

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador: Deivis Perez

Volume VI

Psicologia Social Crítica:

Tecendo redes e articulando resistências em
contextos de retrocessos

Organização

Andréa Moreira Lima
Luiz Felipe Viana Cardoso
Manoela Costa Marra
Tayane Rogéria Lino



ABRAPSO EDITORA

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador

Deivis Perez

Volume VI

Psicologia Social Crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocessos

Organização

Andréa Moreira Lima
Luiz Felipe Viana Cardoso
Manoela Costa Marra
Tayane Rogéria Lino



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre
2019



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2018-2019

Presidenta: Maria das Graças Lima

1ª Secretária: Livia Gomes dos Santos

2º Secretário: Deivis Perez Bispo dos Santos

1ª Tesoureira: Maria Cristina Dancham Simões

2ª Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Suplentes: Ilídio Rodas Neves e Alexandre Pito Giannoni



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela - UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira - Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal - UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda - UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi - UFRGS

Peter Spink - FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

P974

Psicologia social crítica [recurso eletrônico] : tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso / Organização de Andréa Moreira Lima, Tayane Rogéria Lino, Luiz Felipe Viana Cardoso e Manoela Costa Marra. – Porto Alegre: Abrapso, 2019.

203 p.

(Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 6).

ISBN: 978-85-86472-45-9

1. Psicologia social. 2. Políticas públicas. 3. Direitos humanos. 4. Democracia. 5. Brasil. I. Lima, Andréa Moreira. II. Lino, Tayane Rogéria. III. Cardoso, Luiz Felipe Viana. IV. Marra, Manoela Costa. V. Título.

CDU –

Comissão de pareceristas

Prof. Dr. Eric Alvarenga
Prof. Dr. Juliana Sampaio
Prof. Dr. Jullyane Brasilino
Prof. Dr. Maria Lucia Chaves Lima
Prof. Me. Tiago Correa
Prof. Dr. Wanderson Vilton

Comissão de revisoras/es

Carolina Lins
Daniel Coelho
José de Oliveira Neto
Maríllia Torres
Monaliza Nascimento

Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social 7

Apresentação. Psicologia Social Crítica: tecendo diálogos entre profissionais, acadêmicos, militantes e estudantes 10

Andréa Moreira Lima, Tayane Rogéria Lino, Luiz Felipe Viana Cardoso e Manoela Costa Marra

I - Contribuição para a historiografia da Análise Institucional em Minas Gerais 18

Marília Novais da Mata Machado

II - Psicologia Social Comunitária: Percorrendo caminhos em tempos de retrocessos 33

Marcos Vieira-Silva, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Flávia Lemos Abade e Rubens Ferreira do Nascimento

III - Epistemologias feministas e ciência psicológica: Notas para uma psicologia social crítica feminista 52

Andréa Moreira Lima, Tayane Rogéria Lino, Lenise Santana Borges e Cláudia Natividade

IV - Cidades, Territórios, Comunidades e Ocupações: A inclusão a serviço de quem/do que? 71

Márcia Mansur Saadallah e Luiz Felipe Viana Cardoso

V - Ética e participação na prática de pesquisa: Contribuições para o pensamento crítico em Psicologia Social 83

Camila Claudiano Quina Pereira, Pedrinho Arcides Guareschi e Frederico Viana Machado

VI - Psicologia Social Crítica, Direitos Humanos e Políticas Públicas: Fazeres, angústias e resistências 98

Arnaldo Mesquita Santos Júnior, Sonia Sissy Kelly Lopes, Maria das Graças Marchina Gonçalves e Emerson F. Rasera

VII - Processos democráticos na ciência e na política: Metodologias participativas, sujeitos marginalizados e trabalho com a linguagem 116

Brune Coelho Brandão, Juliana Perucchi, Frederico Alves Costa, Luciana Kind e Cintia Maria Teixeira

VIII - Pensando a intervenção: Articulações entre a Psicossociologia e a Psicologia Social do Trabalho 135

Fabiana Goulart de Oliveira, Leny Sato, Maristela de Souza Pereira e Vanessa Andrade de Barros

IX - A “balbúrdia” da construção das universidades como espaços democráticos: Relato de experiências 151

Rafaela Vasconcelos Freitas, Roberto Alves Reis e Dalcira Ferrão

X - Juventude e participação política: Avanços, retrocessos e desafios ... 169

Ana Karina Brenner, Luiz Carlos Castello Branco Rena e Paula A. de F. e Paula

XI - Maternagens violadas e Redes de Cuidado e Atenção em Direitos Humanos 183

Egídia Maria de Almeida Aiexe e André Luiz Freitas Dias

Sobre os(as) autores(as) 195

Coleção Encontros em Psicologia Social

A nossa Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO) nasceu no princípio dos anos 1980 por meio da ação de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que trabalhavam pela democratização do país e que, de maneira justificada, lutavam contra as violências e o terrorismo de estado engendrados pelos dirigentes da ditadura civil-militar sob as bênçãos dos seus apoiadores. Eram tempos em que segmentos de cidadãos autoproclamados cristãos, zelosos pela manutenção da propriedade privada e da família tradicional - supostamente ameaçadas pelo espectro do comunismo - apoiavam os assevajados agentes estatais em sórdidas maquinações dedicadas aos ataques à vida e aos abusos e covardias concretas e simbólicas contra pessoas identificadas como inimigas internas por ousarem rogar pelo respeito à humanidade.

Agora, quase 40 anos depois, encontramos-nos novamente num período ulterior a outro golpe de estado, perpetrado contra uma Presidenta eleita e injustamente deposta, após sombrios arranjos entre parlamentares, setores do judiciário e do empresariado, animados por uma avassaladora campanha midiática que direcionou e conduziu às ruas grupos sociais autoritários escoltados por parvos, hipócritas, cínicos e acumpliciados decididos a identificar e responsabilizar a Presidenta e o seu partido pelas seculares deformidades e vícios da política do Brasil.

O desarranjo sociopolítico provocado por este golpe nos conduziu ao momento presente, em que temos como chefe do poder executivo da república um autocrata, que rotineiramente e com incompreensível filáucia, manifesta ser um azêmola, cuja obscura biografia assinala que foi um ex-militar desconceituado, menosprezado pelos próprios pares e um parlamentar medíocre, que se mostrou incapaz de elaborar um único projeto relevante em décadas de carreira no Congresso.

Este desclassificado, elevado à presidência com a alcunha de *mito*, analogamente ao déspota Luís Bonaparte da França do século XIX, repete o mantra da necessidade de defesa da propriedade, família, religião e ordem e da luta contra as esquerdas políticas enquanto vandaliza todas as maneiras de convivência nordeadas pelo apreço à socialidade ética e, simultaneamente promove a retirada de direitos sociais e cívicos da população, elimina leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora e reduz drasticamente os investimentos em áreas fundamentais como a saúde, a ciência e a educação.

É nesta penosa e fatigante quadra histórica que a ABRAPSO e as pessoas que a integram são solicitadas à lide contra o enganoso, o ilegítimo, o perverso, o cruento, o malévolo, o aviltante e o desumano. Novamente, e como fizeram os pioneiros desta associação, é preciso entrajear os nossos mais elevados propósitos de fortalecimento de uma Psicologia Social engajada e situada socialmente, comprometida com a classe trabalhadora e com o fim de toda a exploração e opressão. É, sem dúvida, uma Psicologia de feições revolucionárias que demanda esforços para a produção e divulgação de saberes, métodos e fazeres sintonizados com a transmutação social na perspectiva da superação das mazelas das sociedades capitalistas. É para atender a essa necessidade que os livros que integram a Coleção *Encontros em Psicologia Social* têm sido regularmente publicados pela ABRAPSO Editora.

Especificamente buscamos alcançar dois objetivos articulados e complementares entre si:

- Registrar, por intermédio da edição das obras da Coleção, a dialgia e os conhecimentos que circularam e foram sistematizados nos

Encontros ABRAPSO dos Regionais Norte, Minas Gerais, Nordeste, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais foram realizados entre meados de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

- Tornar disponíveis e difundir saberes da Psicologia Social em sua interface com os constructos acadêmico-científicos, ensejando tanto a ideação e a consubstanciação de fazeres críticos quanto à integração e cooperação entre professores, estudiosos, especialistas, discentes graduandos e pós-graduandos e integrantes de movimentos sociais para subsidiar e ensejar a superação dos graves e persistentes problemas que vivenciamos no Brasil contemporâneo.

Todos os livros da Coleção estão disponíveis em formato eletrônico e podem ser obtidos gratuitamente no sítio eletrônico da ABRAPSO.

Boa leitura!

Deivis Perez

Coordenador da Coleção

Apresentação

Psicologia Social Crítica: tecendo diálogos entre profissionais, acadêmicos, militantes e estudantes

Andréa Moreira Lima

Tayane Rogéria Lino

Luiz Felipe Viana Cardoso

Manoela Costa Marra

A ruptura com a tríade de conhecimento moderno positivista, baseado em produções supostamente neutras, universalistas e objetivas no contexto brasileiro e o desenvolvimento de investigações científicas estabelecidas a partir da relação entre teoria e prática tem contribuído para construção de uma práxis crítica (Martín-Baró, 1986). Essa lógica, conseqüentemente, tem conduzido ao questionamento da paradoxal separação entre ciência psicológica e política (LANE; CODO, 1989). Assim, como a negação de um papel normativo, adaptativo, sistêmico e comprometido com a produção de um conhecimento a-histórico. A inauguração de uma Psicologia Social Crítica instaurou a ideia de indissociabilidade entre a teoria e a prática, reconhecendo ao sujeito produtor(a) a de conhecimento o papel de agente político, compro-

metido com a transformação da realidade, com o desenvolvimento social de processos emancipatórios. A Psicologia Social Crítica está comprometida com a realidade brasileira, com as questões sociais existentes e com a reconfiguração de pilares epistêmicos, metodológicos, práticos e ontológicos.

Atentar-se para a produção/atuação/intervenção no campo psicológico a partir da marcação da transformação social como horizonte científico é, também, afirmar a conexão entre ciência e política. Essa conexão se refere tanto ao reconhecimento da Psicologia como uma ciência que investiga a esfera pública e, conseqüentemente, o campo do político quanto na nomeação de uma atuação política e engajada no campo *psí*.

O que está posto aqui, é a incorporação de uma perspectiva epistemológica que alicerçam teorizações em Psicologia que se atentem aos fatores que compõe a ordem social, cultural, política e psicológica, com vista a explicar e compreender a realidade social, como um compromisso ético-político (SAWAIA, 1999). Sem perder de vista que o individual e o social estão integrados na vida social, sendo compreendido como psicossocial (LANE; SAWAIA, 1994).

Ao afirmarmos uma prática científica, interventiva e a *práxis* como eminentemente política, assume-se um posicionamento que visa a produção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Nestes termos compreendemos a política como o exercício dos poderes, tal como Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, às práticas mas não se resumi a dimensão governamental-estatal (ARENDRT, 2006).

A política nesta perspectiva é a resultante do exercício do poder que se constitui na esfera pública pela ação em um conjunto das cidadãs(ãos). E deixa de existir no instante em que o agrupamento de cidadã(ãos) se desfaz.

A esfera pública onde a política se institui é produzida, essencialmente, pelo dialógico, pela negociação, o que se contrapõe com a ideia do poder político como dominação e produtor de desigualdades (ARENDRT, 2006). Sendo a política a gestão da vida, dos espaços de

gestão das experiências coletivas e da identificação das relações de poder e saber (FOUCAULT, 1979) é possível afirmar que:

O poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Foi por meio desse paradigma de ciência crítica que a Psicologia Social, ao longo de sua história, passou por várias transformações. No contexto do processo de redemocratização brasileira que surgiu a ABRAPSO, na década de 1980, como uma associação científico-política para analisar e intervir na intersecção entre o indivíduo e a sociedade. Desde então, a Psicologia Social no âmbito nacional, regional e local tem se posicionado como instrumento de resistência em contextos de retrocessos psicossociais e psicopolíticos. Especificamente, em Minas Gerais, a Psicologia Social Crítica se destaca pelo seu compromisso na articulação entre ciência e ativismo, teoria e prática, na busca pela promoção da saúde mental, da dignidade humana e da emancipação subjetiva e social, por meio da transformação de realidades desiguais, injustas e opressoras, como a que vivemos no atual momento.

Com o nosso XXI Encontro Regional da ABRAPSO Minas, cujo tema central foi “Psicologia Social Crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocessos”, buscamos manter vivas nossas inquietações, posicionamentos e reflexões críticas frente aos discursos e práticas de ódio, direcionados à determinadas parcelas da sociedade que não se encontram identificadas ao modelo imposto pela elite dominante que impõe um projeto político de exploração e segregação social. Por isso, esse foi um momento de compartilharmos conhecimentos e práticas da Psicologia Social e de demais campos de saberes interdisciplinares que possam tecer redes e articular resistências aos descasos com as políticas públicas, à precarização dos

direitos trabalhistas e previdenciários, aos direitos de minorias sociais em termos de gênero, sexualidade, raça-etnia, classe dentre outros marcadores sociais de exclusão.

O atual desmonte do Estado nacional, bem como a violação dos direitos sociais e políticos historicamente conquistados e a naturalização de cenas de violência e barbárie impetradas por segmentos conservadores e moralistas da sociedade demonstram um total descomprometimento para com os processos civilizatórios de manutenção da vida digna em sociedade. No atual cenário, urge refletirmos sobre o que podemos fazer para construir resistências, seja como cidadãs e cidadãos, seja como psicólogas e psicólogos. Um primeiro passo pode ser o reconhecimento da nossa corresponsabilidade para a mudança social e o papel da ciência como produtora de novos modos de subjetivação e ressignificação da vida em sociedade, ou seja, garantir o desenvolvimento de uma ciência (psicológica) que problematize a realidade questionando a favor de quê e de quem têm servido as nossas teorias e ações.

Para as pessoas que acreditam e lutam pelo respeito às diferenças e igualdade de oportunidades para todas e todos, temas inerentes a uma discussão crítica sobre subjetividade, não há dúvidas quanto a urgência em discutir as ameaças à democracia e aos direitos humanos na atualidade e, ao mesmo tempo, há a certeza sobre a potência das nossas teorias críticas e ações coletivas para a defesa de um projeto ético de ciência que a Psicologia Social Crítica não se esquivava em assumir.

Nestes termos a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), regional Minas Gerais, considerando a preocupação cotidiana com a produção e divulgação de conhecimentos resultantes de investigações científicas relevantes, com a promoção do debate crítico em Psicologia Social e com a geração de processos democráticos, as reflexões propostas neste livro constituem um espaço de avaliação e reflexão acerca da conjuntura sócio-política e econômica do Brasil e do Estado de Minas Gerais com seus desdobramentos nos campos da pesquisa, da intervenção, atuação profissional e da formação em Psicologia Social.

Vale ressaltar que em um momento sócio-político de tantos retrocessos quanto aos rumos da democracia no Brasil, de tantas incertezas frente as graves violações de direitos e de garantias civis, a ABRAPSO Regional Minas convoca para o debate acerca das formas mais (anti)democráticas de se fazer política e suas interfaces com a Psicologia Social. Acreditamos que é indispensável enfatizarmos as distintas faces dos retrocessos e as atualizações do autoritarismo, há muito, vigente no país.

Dando continuidade a esse posicionamento crítico de resistência, que marcou a história da ABRAPSO Regional Minas e, em especial, as psicólogas e psicólogos mineiros, expressamos nossa alegria e emoção em ter realizado a publicação desse livro como fruto de nossos debates ao longo do XXI Encontro de Psicologia Social Crítica da ABRAPSO Minas. Desejamos que nossas articulações ao longo dessa gestão sejam potencializadoras de reflexões e diálogos que nos afetem na direção de novos e promissores caminhos, melhores condições de ser, estar no mundo e conviver.

Os textos deste livro, são de autoria das pessoas convidadas para as apresentações nas mesas durante o encontro. Um encontro que aconteceu no meio da turbulência do atual contexto sócio-político-econômico do nosso País. Por isso, enquanto uma produção da ABRAPSO MINAS, esta publicação é um meio de deixar claro o nosso posicionamento político frente às desigualdades, violências, desmonte de políticas públicas e perda de direitos. Estas são as questões norteadoras dos textos aqui apresentados.

O primeiro capítulo deste livro é de autoria da querida Marília Novais da Mata Machado, que foi homenageada em nosso encontro por ser uma das fundadoras da Regional Minas da ABRAPSO. Seu texto, intitulado “Contribuição para a historiografia da Análise Institucional em Minas Gerais”, busca apresentar um pouco da história da Análise Institucional no contexto mineiro e a sua contribuição para a Psicologia Social.

Em seguida vem o capítulo “Psicologia Social Comunitária: percorrendo caminhos em tempos de retrocessos”, escrito por Marcos Vieira-Silva,

Maria de Fátima Quintal de Freitas, Flávia Lemos Abade e Rubens Ferreira do Nascimento. Neste texto os autores discutem sobre a formação da Psicologia Social Comunitária e da importância de se revisitar essa história em meio aos retrocessos que presenciamos na atualidade.

O terceiro capítulo, “Epistemologias feministas e ciência psicológica: notas para uma psicologia social crítica feminista”, de autoria de Andréa Moreira Lima, Cláudia Natividade, Lenise Santana Borges e Tayane Rogéria Lino, trata sobre a produção científica a partir da contribuição das epistemologias feministas, oriundas a partir da década de 1970, e que buscam refletir sobre o lugar social da mulher na ciência psicológica.

No quarto capítulo, “Cidades, Territórios, Comunidades e Ocupações: a inclusão a serviço de quem/do que?”, Márcia Mansur Saadallah e Luiz Felipe Viana Cardoso discutem, em meio ao contexto atual do enfraquecimento das políticas públicas devido as conjuntas políticas do país, sobre a questão da inclusão a partir de uma perspectiva psicossocial, no qual entendem que incluir é um processo que engloba questões éticas, sociais, políticas e econômicas.

O quinto capítulo “Ética e participação na prática de pesquisa: contribuições para o pensamento crítico em Psicologia Social” é de autoria de Camila Claudiano Quina Pereira, Pedrinho Arcides Guareschi, Frederico Viana Machado e vem falar sobre as implicações éticas nas pesquisas e intervenções em Psicologia Social.

“Psicologia Social Crítica, Direitos Humanos e Políticas Públicas: fazeres, angústias e resistências”, de autoria de Arnaldo Mesquita Santos Júnior, Sonia Sissy Kelly Lopes, Maria da Graça Marchina Gonçalves e Emerson F. Rasera, compõe o sexto capítulo e apresenta um debate sobre o compromisso da Psicologia Social Crítica na defesa dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas frente aos diversos retrocessos.

O sétimo capítulo, “Processos democráticos na ciência e na política: metodologias participativas, sujeitos marginalizados e trabalho com a linguagem”, escrito por Brune Coelho Brandão, Juliana Perucchi, Frederico Alves Costa, Luciana Kind e Cintia Maria Teixeira, busca

discutir sobre o uso das metodologias participativas na produção do conhecimento científico.

Já as autoras Fabiana Goulart de Oliveira, Leny Sato, Maristela de Souza Pereira, Vanessa Andrade Barros buscam, no texto “Pensando a intervenção: articulações entre a Psicossociologia e a Psicologia Social do Trabalho” refletir sobre a intervenção no contexto do trabalho em diálogo com a Psicologia Social do Trabalho e com a Psicossociologia.

No nono capítulo, “A ‘balbúrdia’ da construção das universidades como espaços democráticos: relato de experiências”, Rafaela Vasconcelos Freitas, Roberto Alves Reis e Dalcira Ferrão trazem uma importante discussão a respeito de experiências de militâncias universitárias em busca de relações democráticas entre os gêneros e as sexualidades no contexto acadêmico.

O décimo capítulo, “Juventude e participação política: avanços, retrocessos e desafios”, de autoria de Ana Karina Brenner, Luiz Carlos Castello Branco Rena e Paula A. de F. e Paula, apresenta um debate sobre a participação e o protagonismo juvenil na importante resistência frente os desmontes na educação pública perpetuados em tempos de golpe.

Fechando o livro, temos o décimo primeiro capítulo “Maternagens violadas e Redes de Cuidado e Atenção em Direitos Humanos” no qual Egídia Maria de Almeida Aiexe e André Luiz Freitas Dias buscam retratar e denunciar a grave violação de direitos de mulheres em situação de rua, sofrimento mental ou com histórico de uso de álcool e outros drogas que nos últimos anos, na cidade de Belo Horizonte, têm tido seus filhos retirados sobre a justificativa do melhor interesse da criança.

Assim, compõe-se esse livro fruto de importantes e potentes discussões realizadas ao longo do XXI Encontro da ABRAPSO Regional Minas. Desejamos que a experiência dessa leitura traga elementos e esperança para que possamos continuar juntas e juntos na tarefa de tecer e articular redes de resistência frente aos contextos de retrocessos, mantendo vivo o nosso compromisso de produzir uma Psicologia Social Crítica que esteja a serviço da emancipação e empoderamento de todas as pessoas e dos coletivos.

Referências

ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. (Org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. (8. ed.). São Paulo: Brasiliense, 1989. [Originalmente publicado em 1984]

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **Novas verdades da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 1994.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma psicologia da libertação. In: Raquel. S. L. Guzzo; Fernando Lacerda Jr. (Org.). **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas, SP: Alínea, 1986, p. 181-198.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.



Contribuição para a historiografia da Análise Institucional em Minas Gerais

Marília Novais da Mata Machado

Um panorama histórico da análise institucional no Brasil é encontrado em pelo menos três textos: o livro organizado por Saidon e Kamkhagi (1987), o capítulo de Rodrigues (2001) e o livro organizado por Ozório (2005). O primeiro foi escrito por psicanalistas mulheres que trabalhavam com grupos e com a análise institucional. Intitula-se *Análise institucional no Brasil: Favela, hospício, escola, Funabem*, e é marcado pela influência teórica e prática dos psicanalistas argentinos exilados no Rio de Janeiro, refugiados da perseguição política em sua terra, dentre eles Saidon, o primeiro organizador do livro.

Essa influência vinda do cone sul-americano é confirmada no segundo texto. Nele, a autora argumenta que o IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições), constituído em 1978, no Rio de Janeiro, tendo como um de seus organizadores o argentino Gregório Baremlitt, desencadeou a Análise Institucional naquela cidade.

O terceiro texto, escrito em francês (*L'Analyse institutionnelle au Brésil*), é uma coletânea de capítulos. Se nos dois primeiros não há qualquer referência à análise institucional em Minas Gerais, nesse

terceiro ela aparece em negativo. Ozório entrevista Lapassade a respeito de suas estadias no Brasil. Ele diz à página 27: “Minha estadia no Rio está descrita no livro *Les Chevaux du Diable*” (LAPASSADE, 1974). Ora, nesse livro de 129 páginas, 106 são dedicadas à missão em Belo Horizonte do criador, com Lourau, da análise institucional. Contudo, pouco adiante, ainda na entrevista, Lapassade diz: “Em 1972, retornei ao Brasil, isto é, dois anos depois, a Belo Horizonte, substituindo René Lourau, convidado por um psicanalista, professor na Universidade de Belo Horizonte, que se chama Célio Garcia. Fiquei lá entre três e seis meses”. (OZÓRIO, 2005, p. 27-28).

A origem do convite foi bem essa. De fato, havia um convênio firmado entre a UFMG, representada por Garcia, e o Serviço Cultural da Embaixada Francesa. Porém, quanto à duração da estadia, segundo os próprios registros de Lapassade, em *Os Cavalos do diabo*, seu livro memória, quase um diário de viagem, ele chegou a Belo Horizonte no dia 24 de julho de 1972. Depois de 57 dias, seguiu para o Rio de Janeiro, no dia 19 de setembro, de onde voltou para a França a 14 de outubro. 33 anos depois, em entrevista a Ozório, aos 84 anos, ele mistura as lembranças de seus 57 dias na capital mineira.

Há fontes belohorizontinas que atestam bem essa missão pioneira sobre análise institucional. Cito primeiro, pois está à mão, o autógrafo de Lapassade no meu volume de *Chaves da Sociologia* (LAPASSADE; LOURAU, 1972), publicado pela Civilização Brasileira em 1972, durante sua missão em Minas:

Pour Marilia,
Ce souvenir de Belo Horizonte, de l'analyse et de la macumba,
Très amicalement
Georges Lapassade
B. H. 3-8-72

Em segundo lugar, cito o volume 67 da *Revista de Cultura Vozes*, de maio de 1973, com textos de Célio Garcia, Marco Aurélio Luz,

Chaim Samuel Katz e Georges Lapassade, entre outros, publicados sem as respectivas autorias, como combinado entre os autores. Questões práticas, teóricas e artísticas se cruzam. Aqui e ali aparece o Setor de Psicologia Social da UFMG, aquele que convidara Lourau a Belo Horizonte e recebera Lapassade.

No volume da revista *Vozes*, com tradução diferente daquela do mencionado livro *Chaves da Sociologia*, de 1972, aparecem os mesmos dispositivos da socioanálise (que é análise institucional na prática de intervenção): análise da demanda, autogestão pelo coletivo cliente, regra do tudo dizer ou da livre expressão, elucidação da transversalidade, elaboração da contratransferência institucional, construção dos analisadores. Por mais de dez anos, em Minas Gerais, esses dispositivos foram empregados no Setor de Psicologia Social, por professores e alunos. Eram praticados, junto à provocação institucional, extremamente apreciada *in loco*.

Ainda na revista *Vozes*, há textos teóricos relativos a grupos, organizações e instituições, frutos de uma reflexão crítica sobre práticas de análise e de formação. Aparecem definições de conceitos da análise institucional, reflexões sobre instituições, linguagem, desejo. Há, sobretudo, descrições de momentos da passagem de Lapassade por Belo Horizonte, como, por exemplo, o episódio do caixão, ocorrido na PUC Minas, então chamada “Universidade Católica”, quando a assembleia (ou coletivo cliente?) decidiu enterrar o analista e a análise institucional.

Depois da revista *Vozes*, até 2006, isto é, por 33 anos, fora de Minas, silenciou-se a respeito do pioneirismo mineiro no que diz respeito à chegada e à prática da Análise Institucional no Brasil. Em 2006, a equipe de historiadoras da Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, liderada por Heliana de Barros Conde Rodrigues, preenche essa lacuna (CUNHA; DORNA; RODRIGUES, 2006). Num exercício de história oral, toma a missão de Lapassade em Belo Horizonte como analisadora do Setor de Psicologia Social da UFMG, designado por elas como “primeiro núcleo organizacional em que a

Análise Institucional ganhou corpo no Brasil” (p. 3). Citando: [foi uma] “Visita ‘intempestiva’, por sinal, para os tempos ditatoriais, já que a AI francesa constitui pensamento/prática tendente ao marxismo libertário e/ou ao anarquismo” (p. 3). Lapassade é apresentado no artigo como “ativo militante do movimento de maio de 68, enfatizando, à época da estadia no Brasil, temas como anticolonialismo, a afirmação da homossexualidade e a denúncia do racismo” (p. 3). Além disso, as autoras lembram que “Em Belo Horizonte, a Análise Institucional não desapareceu do cenário, evidentemente, com a partida de Lapassade” (p. 8). Por exemplo, em 1974, “o projeto autogestionário, tão enfatizado pela AI, encontrará circunstâncias propícias a um exercício radicalizado” (p. 8). As pesquisadoras se referem à reforma do currículo do curso de Psicologia, em que os estudantes tomaram a frente, derubaram as iniciativas de gabinete que vinham sendo tomadas e, em assembleia permanente, propuseram, discutiram, negociaram e, com os professores, criaram, em 1974, o novo currículo.

A vinda de Lapassade a Belo Horizonte foi também tema do artigo publicado em 2008: “Encontro intempestivo: Georges Lapassade no Brasil, 1972”, de Heliana de Barros Conde Rodrigues. Fundamentada no livro de 1974, *Os Cavalos do Diabo*, e em entrevistas realizadas em Belo Horizonte, em 1999, ela retoma analiticamente os dois momentos da missão belorizontina, tal como Lapassade o faz: um oficial e outro livre. Detém-se sobre o tema da divisão do Setor de Psicologia Social:

Segundo Lapassade (1974), “diz-se” que Celio (e uma parte do setor) são a “linha branca” da Análise Institucional, enquanto ele próprio (e um emergente contra-setor) representariam a “linha negra”. Ambigualmente acrescenta: “seria preciso estabelecer se ainda se pode falar em Análise Institucional para designar duas tendências, duas práticas e duas teorias opostas”. De acordo com Celio, o convidado francês “é um personagem controvertido. Creio que seu trabalho se ressentiu de uma formação clínica (...)”. (RODRIGUES, 2008, p. 278).

O principal documento relativo à extensa passagem do analista institucional por Belo Horizonte continua sendo *Os cavalos do diabo*, de 1974, ainda sem tradução publicada (digo “publicada”, porque Heliana Conde Rodrigues e eu já a iniciamos). Bem mais conhecido na França que entre nós, o livro relata as diversas análises institucionais conduzidas por Lapassade, a partir da UFMG: no próprio Setor de Psicologia Social, na atual Universidade Fumec, no DA/FAFICH, no DCE/UFMG, no Instituto de Ciências Biológicas (ICB), então em fase de implantação, na Faculdade de Medicina, na Universidade Católica, entre outras.

Lembro-me que houve uma reportagem em jornal, de Célio Garcia, a respeito da AI, antes da chegada de Lapassade. De meu lado, em minha dissertação sobre a Penitenciária X, defendida na PUC Rio em outubro do ano da missão, menciono 20 vezes a análise institucional (CAMPOS, 1972; ou MACHADO, 2003). Baseei-me no original de Lourau (1970), que viria a ser traduzido três anos depois pela editora Vozes (LOURAU, 1975).

Depois da reforma do currículo de Psicologia, em 1974, o ensino e a prática da Análise Institucional foram contínuos na UFMG, perdendo impulso apenas na década de 1990. Aqui, é necessário abrir um parêntese. Célio Garcia, que coordenava o Setor de Psicologia Social, estudara na França por onze anos. Nesse período, tornou-se amigo dos criadores da ARIP (Association pour la Recherche et l'Intervention Psychosociologiques), especialmente dos psicossociólogos que vieram a ser os primeiros missionários em Belo Horizonte: Max Pagès, em 1964, e André Lévy, 1965. A Psicossociologia foi o referencial teórico inicial que guiou as práticas de intervenção do Setor de Psicologia Social. Como a Socioanálise de Lapassade e Lourau é intervenção, foi qualificada no Setor como dispositivo da intervenção psicossociológica (IPS), mal-entendido que perdurou. Assim, a disciplina surgida no levante autogestionário que reformou o currículo e veio a abrigar o ensino da Análise Institucional recebeu, justamente, o nome de Intervenção Psicossociológica. É bom lembrar que a Psicossociologia já

vinha sendo criticada por Lapassade desde que escreveu, entre 1963 e 1964, o livro *Grupos, Organizações e Instituições* (LAPASSADE, 1977). Mas isso foi sempre denegado e mesmo ignorado no Setor.

Além da PUC e da UFMG, que abrigaram os primeiros cursos de Psicologia em Minas, a Análise Institucional no estado teve um reforço importante, a partir de 1977, com a chegada de Gregório F. Baremlitt, com sua bagagem psicanalítica, institucionalista e esquizoanalítica. Ele já foi mencionado neste texto como um dos criadores do IBRAPSI no Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, onde passou a residir, ele criou o Instituto Félix Guattari, atual Fundação Gregório Baremlitt de Minas Gerais, e finalizou livros importantes, dentre os quais *O inconsciente institucional* (BAREMBLITT, 1984) e o *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes* (BAREMBLITT, 1992a), que veio a se tornar livro de referência na formação de analistas institucionais. Em 1992, em Belo Horizonte, no I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania, Baremlitt ofereceu a oficina “Análise Institucional do Trabalho Interdisciplinar Comunitário” (BAREMBLITT, 1992b). Além disso, criou o esquizodrama, uma convocação à invenção de práticas de intervenção instituintes.

Voltando a Lapassade, o impacto da sua missão em Minas Gerais foi forte e duradouro, mas não se traduziu em material escrito. Cito os poucos textos mineiros que encontrei, sabendo que há outros que não localizei. Em 1981, ainda nos primeiros anos do movimento antimanicomial, no artigo “Anti-psiquiatria e instituição”, Romualdo Dâmaso, membro do Setor de Psicologia Social, apresentou uma análise institucional da antipsiquiatria e propôs “táticas sócio-políticas de resgate dos doentes mentais” (DÂMASO, 1981). Além disso, argumentou que a produção da verdade sobre a doença mental, no discurso da instituição psiquiátrica, associava-se ao exercício do poder de aprisionar, esquadrinhar e controlar corpos.

Outro texto que evidencia a utilização da Análise Institucional recebeu o título “Experiências em intervenção psicossociológica” (MELLO

FILHO; MACHADO; LAIA, 1985), pela razão acima exposta. Mas é bem a AI e seus dispositivos que estão lá, declaradamente, como referencial teórico. Analisadores foram devidamente construídos. Os principais foram: a sugestão de formação de subgrupos unissex de homens e mulheres para discutirem seus problemas em uma moradia estudantil; a revelação do número restrito de crachás para as famílias visitantes de um hospital psiquiátrico que demandara da intervenção, justamente, a abertura de espaço para participação dos familiares na dinâmica hospitalar; a revelação da distância hierárquica, socioeconômica e política de religiosas que viviam, respectivamente, na sede em bairro classe-alta e em um conjunto habitacional de periferia, distância que tinha tudo a ver com os respectivos posicionamentos frente à teologia da libertação.

A AI é mencionada em Machado (1986a). Não se pode dizer que seja de forma elogiosa ao analista institucional missionário:

George Lapassade veio em meados de 1972, quando a repressão política (...) chegava perto.

Lapassade foi desagradável, inconveniente, chato, interessante, espaçoso e rico. Com ele, o grupo [do Setor de Psicologia Social da UFMG] (...) efetivou sua partição: brancos e pretos. Branca, a elite que ia estudar em Paris, detinha a conta bancária, as chefias e decidia as diferentes questões. Preta a ralé instituinte que passava a se autogestionar (...). (p. 39).

Em 1985, em curso oferecido pela ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) no 37^o Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizado em Belo Horizonte, foi proposto, para trabalhos junto a comunidades, o uso dos dispositivos socioanalíticos: análise da demanda, auto-gestão pelo coletivo cliente, etc. (Machado, 1986b).

Em 1987, ousei escrever *Pesquisa socioanalítica* (MACHADO, 1987). Revi o uso do conceito socioanálise nas obras de Elliot Jacques (1951), de Van Bockstälé (com base em Ardoino, 1967), de Lourau (1975) e de Lapassade (1971, 1972). Voltei-me aos dispositivos citados

em *Chaves da Sociologia* (LAPASSADE; LOURAU, 1972). Articulei socioanálise e pesquisa e insisti na importância da análise da implicação do pesquisador, então designada análise da transferência e da contratransferência institucionais.

Em 1992, apresentei um esboço da história da análise institucional em Belo Horizonte (MACHADO, 2004, p. 56-61), em capítulo sobre a disciplina “Intervenção Psicossociológica”, que fora criada no bojo da implantação da reforma universitária no curso de Psicologia da UFMG. Nota-se que, nesse escrito, a AI opera novamente como subtítulo de intervenção psicossociológica e que, numa referência aos tempos de ditadura, seu poder político é acentuado frente às outras formas de intervir: “a perspectiva de análise institucional cresceu porque a única resposta possível, intelectual, teórica e prática, à repressão instaurada pelo regime militar era manter a reflexão sobre a autogestão, noção que se opunha radicalmente à experiência social, política e cotidiana então vivida” (p. 60).

Com a vinda de Lourau ao Brasil, muito bem documentada em *René Lourau na UERJ, 1993: Análise institucional e práticas de pesquisa*, livro organizado por Heliana de Barros Conde Rodrigues (1993), a AI torna-se efetivamente nacional. Foram cinco dias de encontro nos quais Lourau se propôs a expor sobre: (a) conceitos paradigmáticos da AI; (b) conceitos operacionais e pesquisas concretas que realizou sob o nome Socioanálise; (c) Psicoterapia institucional, contratransferência e implicação; (d) relações entre AI e outras disciplinas – Psicologia Social, Psicanálise, Sociologia e Filosofia; (e) discussão de pesquisas em curso na UERJ, no Departamento de Psicologia Social e Institucional. As exposições contaram com a presença de mais de 150 participantes, de diferentes estados brasileiros. O livro resultante é um marco da história da Análise Institucional no País.

Quanto a mim, no início da década de 1990, estava mais voltada para a Psicossociologia francesa e um tanto distanciada da AI, de má vontade com ela. Havia conseguido na França o reconhecimento dos créditos e da qualificação que obtivera na década de 1970

nos Estados Unidos, terminei em janeiro de 1990 meu doutorado, sob orientação de André Lévy, coordenei (1990-1994), no Brasil, o acordo internacional Capes-Cofecub, do qual participaram, além dos psicossociólogos André Lévy, Eugène Enriquez, André Nicolai, Jean Dubost e Jacqueline Barus-Michel, e, pouco depois, Vincent de Gaulejac, ligado à Sociologia Clínica. Com colegas, organizei o livro *Psicossociologia: Análise social e intervenção* (MACHADO; CASTRO; ARAUJO; ROEDEL, 2001), publicado pela editora Vozes em 1994 e reeditado pela Autêntica em 2001.

Ainda ligada à Psicossociologia, escrevi *Três cenários da prática psicossociológica* (MACHADO, 2001) em que o segundo cenário, denominado “institucional”, toma como paradigma a “análise institucional, modelo de inspiração freudo-marxista que propôs uma prática visando à mudança social radical” (p. 193). Novamente, dentro daquela ótica do Setor de Psicologia Social, tomei a AI como um subitem da intervenção psicossociológica. Escrevendo sempre no tempo passado, completei:

A análise institucional foi um sonho revolucionário. As mudanças radicais que chegava a realizar em grupos e organizações eram grandes e rápidas, mas efêmeras, facilmente recuperadas pelos grupos dominantes. Certa nebulosidade acompanhava todo o processo, o que levou LOURAU (1980, p. 231), um dos seus primeiros formuladores e práticos, a propor o abandono da socioanálise, deixando uma interrogação: “Que fazemos exatamente?” (MACHADO, 2001, p. 195).

Mas, apesar desse enterramento, foi com alívio e prazer que vi o forte renascimento da análise institucional em Minas Gerais, movimento também ocorrido no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, dentre outros estados brasileiros. No que me diz respeito, o primeiro sinal desse regresso foi uma demanda de orientação de dissertação dentro dessa linha teórica e prática, em 2011. Isso me forçou a olhar o entorno. Atentei então para os trabalhos de Roberta Romagnoli, da PUC Minas, para a filiação de Cláudia Maria Filgueiras Penido

e de Izabel Christina Friche Passos, da UFMG, à rede internacional *Recherche Avec*, para a ida de Mônica Beato, que fora discente na UFSJ e na PUC Minas, para estudar na França com Gilles Monceau. É especialmente em torno desse professor e pesquisador francês que gira o renascimento da AI entre nós.

Data de outubro-novembro de 2012 o primeiro registro que obtive da presença de Monceau em Minas Gerais. Nessa ocasião, ele foi membro da banca examinadora de defesa da tese de Cláudia Penido (2012) e participou de Roda de Conversa no L@gir, Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais, FAFICH/UFMG em que discorreu sobre a implicação em pesquisas psicossociais.

Sinalizo o que penso ser o primeiro texto inédito de Monceau (2007) publicado no Brasil, *Saiamos de nós mesmos! René Lourau e o dispositivo da AI em Paris VIII*, surgido em *Mnemosine*, revista da UERJ editada por Heliana de Barros Conde Rodrigues, que, novamente, se revela como a principal historiadora da AI no País. Monceau, hoje, está lotado na Universidade de Cergy-Pontoise, onde dirige o laboratório EMA (Escola, Mutação, Aprendizagem). Seu doutorado foi orientado por Lourau. No artigo de *Mnemosine*, ele discorre sobre três importantes iniciativas de seu orientador na Universidade de Paris VIII, às quais ele ajudou a dar continuidade após a morte de Lourau: a revista *Cahiers de l'Implication* (Cadernos da Implicação), o Laboratório (LRAI) e o Seminário de Pesquisas em Análise Institucional. Essas três iniciativas levaram Lapassade a dizer que, afinal, com esse sucesso acadêmico, Lourau fora um mandarim. É um elogio dúbio, está claro.

A esse artigo, seguiram-se outros, em português, pequena mostra da vastíssima produção de Monceau, predominantemente escrita em francês. Menciono alguns escritos, sem a pretensão de ser exaustiva. Assim, há uma tradução: *Transformar as práticas para conhecê-las*, artigo de cunho metodológico (MONCEAU, 2005) que menciona a análise institucional. A “Entrevista com Gilles Monceau”, conduzida por Passos e outros (2008), em que posturas e conceitos antigos e novos da AI são especificados: implicação, sobreimplicação, individuação,

transdução, análise contínua da própria prática, articulação e redução da distância entre prática e teoria e reflexibilidade (“se eu estou sobreimplicado eu não estou reflexivo” (p. 310), diz o entrevistado).

Em português, há ainda “Implicação, sobreimplicação e implicação profissional” (MONCEAU, 2008); “Práticas Socioanalíticas e Socioclínicas na Análise Institucional” (MONCEAU, 2013); “Técnicas socioclínicas para a análise institucional das práticas sociais” (MONCEAU, 2015). Em coautoria, há, entre outros: “Uma pesquisa socioclínica na França: notas sobre a análise institucional” (FORTUNA *et al.*, 2014).

Há referências ao trabalho de Monceau na produção mineira de Roberta Romagnoli: em *Conhecer e intervir* (ROMAGNOLI, 2013), os conceitos implicação primária e secundária (p. 151) são tratados, além da defesa da imprescindibilidade da restituição nas práticas de intervenção (p. 154); em *O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista*, acompanhando Monceau, Romagnoli (2014, p. 46) define implicação como “conceito que confronta as propostas apolíticas e racionais que sustentam o paradigma moderno”; em *Apointamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe*, a Análise Institucional é definida como “quadro teórico da pesquisa socioclínica” usado “na pesquisa-intervenção institucionalista” (ROMAGNOLI, 2015, p. 132).

Por sua vez, outra mineira, Cláudia Penido (2015), em *A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho*, com base na AI e em outros referenciais, mostrou como o trabalho de apoiadores matriciais em saúde mental se transformou a partir de análises da implicação e da sobreimplicação, chegando a uma negociação mais horizontal entre equipes de apoiadores e de saúde da família.

Nessas novas vias, a análise institucional prossegue em Minas Gerais. Vinculada à reflexão universitária, ela inspira construção teórica, prática psicossocial e pesquisa empírica, além de se enriquecer com novos conceitos, intervenções e experimentações. Permanece a colaboração entre os analistas institucionais franceses e mineiros.

Referências

ARDOINO, J. **El grupo de diagnóstico**: instrumento de formación. Madrid: Rialp, 1967.

BAREMBLITT, Gregório F. **O inconsciente institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992a.

BAREMBLITT, Gregório F. Análise Institucional do Trabalho Interdisciplinar Comunitário. In: I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania, **Anais...** Belo Horizonte: O Lutador, 1992b, p. 35-38.

CAMPOS, Marília M. M. **Mudança em organizações sociais: uma avaliação crítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Teórico Experimental) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972. 116 p.

CUNHA, Aline A. G.; DORNA, Lívia B. H.; RODRIGUES, Heliana B. C. Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. **Mnemosine**, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2006.

DÂMASO, Romualdo F. Anti-psiquiatria e instituição. **Boletim informativo**. Sociedade Mineira de Psicologia, Belo Horizonte, 5: 54-63, 1981.

FORTUNA, Cinira M., MONCEAU, Gilles; VALENTIM, Sílvia; MENNANI, Khadija L. Uma pesquisa socioclínica na França: notas sobre a análise institucional. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 255-266, 2014.

JACQUES, Elliott. **The changing culture of a factory**. London: Tavistock Publications, 1951.

LAPASSADE, Georges. **Groupes, organizations et institutions**. Paris: Gauthier-Villars. 1971.

LAPASSADE, Georges. **L'analyseur et l'analyste**. Paris: Gauthier Villars, 1972.

LAPASSADE, Georges. **Les chevaux du diable: une derive transversaliste**. Paris: "Psychothèque" Éditions Universitaires, 1974.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Tradução Henrique A. de A. Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 320p.

LAPASSADE, Georges. L'intervention dans les institutions d'éducation et de formation. In: ARDOINO, Jacques et al. **L'intervention institutionnelle**. Paris: Payot, 1980, p. 145-196.

LAPASSADE, Georges; LOURAU, René. **Chaves da sociologia**. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 203p.

LOURAU, René. **L'instituant contre l'institué**. Paris: Anthropos, 1969. 196p.

LOURAU, René. **L'analyse institutionnelle**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Tradução Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975. 294p.

LOURAU, René. Bilan de l'intervention socianalytique. In: ARDOINO et al. **L'intervention institutionnelle**. Paris: Payot, 1980, p. 199-232.

MACHADO, Marília N. M. Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. In: I Encontro Mineiro de Psicologia Social. **Anais...** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986a, p. 36-43.

MACHADO, Marília N. M. Sugestões para a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana. In: I ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL, **Anais...** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986b, p. 110-113.

MACHADO, Marília N. M. Pesquisa socioanalítica. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, v. 16, n. 2, p. 123-129, set. 1987.

MACHADO, M. N. M.; CASTRO, E. M.; ARAUJO, J. N. G.; ROEDEL, S. (Org.). **Psicossociologia. Análise social e intervenção**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACHADO, Marília N. M. Três cenários da prática psicossociológica. In: ARAÚJO, José N. G.; CARRETEIRO, Teresa C. (Org.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC, 2001, p. 187-206.

MACHADO, Marília N. M. **Mudança em organizações sociais: o caso da penitenciária X**. Rio de Janeiro: Sotese, 2003.

MACHADO, Marília N. M. Intervenção psicossociológica. In: **Práticas Psicossociais: Pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004, p. 49-91.

MACHADO, M. N. M.; CASTRO, E. M.; ARAUJO, J. N. G.; ROEDEL, S. (Org.). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MELLO FILHO, Celso P. de; MACHADO, Marília N. da M.; LAIA, Sérgio A. C. Experiências em intervenção psicossociológica. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 54-78, 1985.

MONCEAU, Gilles. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 467-482, 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

MONCEAU, Gilles. Saíamos de nós mesmos! René Lourau e o dispositivo da AI em Paris VIII. **Mnemosine**, v. 3, n. 2, p. 137-147, 2007.

MONCEAU, Gilles. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19-26, 2008.

MONCEAU, G. Práticas Socioanalíticas e Socioclínicas na Análise Institucional. In: ABBATE, Solange L.; MOURÃO, Lucia Cardoso; PEZZATO, Luciane Maria (Comp.). **Análise Institucional e Saúde Coletiva**, São Paulo: Hucitec, 2013, p. 91-113.

MONCEAU, G. Técnicas socioclínicas para a análise institucional das práticas sociais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 197-217, 2015 (Trad. Roberta C. Romagnoli).

OZÓRIO, Lúcia. (Org.). **L'Analyse institutionnelle au Brésil**. Saint Denis, FR: Université Paris, 2005. (Collection "Transductions")

PASSOS, Eduardo; SCHEINVAR, Estela; ROCHA, Marisa; NASCIMENTO, Maria Lívia do; TEDESCO, Sílvia; CARRETEIRO, Teresa Cristina. Entrevista com Gilles Monceau. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 309-318, 2008.

PENIDO, Cláudia M. F. **Análise da implicação de apoiadores e trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família no apoio matricial em saúde mental**. Tese

(Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

PENIDO, Cláudia M. F. A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. **Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia**. v. 8, n. spe. 2, p. 248-257, 2015.

RODRIGUES, Heliana B. C. **René Lourau na UERJ, 1993**: Análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

RODRIGUES, Heliana B. C. “Um Robespierre rio-platense e um Danton tupiniquim?” Episódios da análise institucional no Rio de Janeiro. In: JACÓ-VILELA, Ana M.; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana B. C. (Org.). **Clio-Psyché hoje**: Fazeres e dizeres *psi* na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001, p. 153-170.

RODRIGUES, Heliana B. C. Encontro intempestivo: Georges Lapassade no Brasil, 1972. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 268-289, 2008.

ROMAGNOLI, Roberta C. Conhecer e intervir: as relações equipe-família no CPP de Nova Lima. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 8, n. 2, p. 148-156, 2013.

ROMAGNOLI, Roberta C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014.

ROMAGNOLI, Roberta C. Apontamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 130-140, 2015.

SAIDON, O.; KAMKHAGI, V. R. (Org.). **Análise Institucional no Brasil**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.



Psicologia Social Comunitária: Percorrendo caminhos em tempos de retrocessos

Marcos Vieira-Silva

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Flávia Lemos Abade

Rubens Ferreira do Nascimento

Introdução

O trabalho que aqui apresentamos foi produzido a partir da participação dos autores na mesa redonda “Psicologia Comunitária: Percorrendo Caminhos em Tempos de Retrocesso”, promovida durante o XX Encontro da Regional Minas ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, realizado nas instalações do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte, durante o mês de novembro de 2018.

Os autores querem ressaltar a alegria e o prazer de trabalharem juntos para a mesa redonda e para a produção do presente texto. Somos parceiros desde há muito tempo e partilhamos sonhos e realizações da ABRAPSO Minas desde seus primeiros momentos. Mais do que nunca vale o lema: “Estamos juntos, ninguém solta a mão de ninguém”.

Acreditamos que falar em Psicologia Social Comunitária em tempos de retrocesso não deveria ser uma novidade para alguns de nós, que temos dedicado parte de nossos trabalhos a práticas que se articulam ou que têm sua origem nesse campo de atuação da Psicologia Social. Boa parte das produções ligadas à Psicologia Social Comunitária em Minas Gerais nasceram em tempos de retrocesso, durante os anos 60 e 70, ou seja, em plena ditadura civil militar.

Psicologia Social Comunitária em Minas: extensão universitária e políticas públicas

Podemos dizer que, a partir da Psicologia Social Comunitária, muitos de nós começamos a fazer políticas públicas durante a ditadura e apesar dela. Muitos poderiam se perguntar: Como? Que sentido faz pensar em políticas públicas durante uma ditadura? Vale lembrar que muitas de nossas ações se desenvolveram a partir de ou em parcerias com práticas, projetos e programas de Extensão Universitária, que resultaram, com a abertura política, nos primórdios de várias políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social. Tanto na UCMG, hoje PUC Minas, quanto na UFMG, professores das áreas de Psicologia Social e Psicologia Educacional desenvolveram, a partir dos anos 70 trabalhos de extensão com comunidades diversas na periferia de Belo Horizonte e no Vale do Jequitinhonha, Campus Avançado da UCMG nos anos 70 e 80, na perspectiva de fundamentação e atuação da Psicologia Social Comunitária.

Com esses trabalhos, criamos metodologias de consulta e práticas de Pesquisa Intervenção Psicossocial quando não se podia conversar com os diferentes, com os diversos, principalmente quando eles eram pertencentes às chamadas camadas populares ou classes trabalhadoras.

Criamos rodas de conversa que se tornaram metodologias muito utilizadas em programas públicos de educação e saúde, quando o silêncio desses sujeitos e a proibição de explicitação de suas demandas psicossociais era a lei.

Contribuímos com a provocação ou fomos a parcela mais atuante de provocadores de mudanças e de criadores de novas possibilidades

de Atenção Psicossocial, durante os anos 70, 80 e 90. Por que, então, haveremos de nos calar agora?

Voltando aos anos 80, temos, em uma das primeiras publicações de mineiros sobre Psicologia Comunitária, Eduardo Vasconcelos (1985) nos propondo pensar em cidadania como tema da Psicologia Comunitária e em atenção psicossocial como estratégia de atenção em saúde e saúde mental. Nos anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social, realizado em 1985, na FAFICH-UFMG, com parcerias da UCMG e ABRAPSO, encontramos menções de Marcos Vieira Silva ao curso Psicologia Social e Educação Popular, realizado pela ABRAPSO, durante a 37ª Reunião Anual da SBPC, na UFMG. Na mesma publicação, Júlio Mourão registra o aparecimento de demandas para a atuação de psicólogos em Saúde Pública, Saúde Mental e Desenvolvimento de Comunidades e a profª Marília Mata Machado apresenta “Sugestões para a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana”, mencionando seus saberes próprios, sua cultura e seus desejos inconscientes de autogestão, aspectos que nos são muito caros até hoje no trabalho com comunidades geográficas ou psicossociais. A profª Elizabeth Bomfim fala da importância de se refazer a história das comunidades e análises do atual momento social. São colocações que valem muito pelo registro histórico mas, também, por serem importantes para as práticas de extensão através das quais ainda trabalhamos com a Psicologia Social Comunitária.

Vale ressaltar aqui que muitas experiências de extensão continuam sendo desenvolvidas em nossas universidades e faculdades, consolidando práticas de atenção e acolhimento em parcerias com políticas públicas, especialmente ligadas ao SUS – Sistema Único de Saúde e ao SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

O tema “Psicologia Social Crítica: tecendo redes e articulando resistências em tempos de retrocesso”, eixo central das atividades realizadas durante o XXI Encontro de Minas, acontecido em novembro de 2018, em Belo Horizonte, estendeu-se de diferentes modos em cada uma das sessões realizadas, revelando assim a abrangência

e sensibilidade dessa questão para com os acontecimentos sociais e políticos atuais.

Psicologia Social Comunitária e vida cotidiana

Falar a respeito do tema da mesa redonda “Psicologia Social Comunitária: percorrendo caminhos em tempos de retrocesso” abre um leque de possibilidades para este campo, seja na dimensão teórico-reflexiva, seja na da práxis e intervenção em defesa da dignidade e justiça nos contextos comunitários. Propõe-se, aqui, fazer um recorte em que sejam consideradas algumas situações e dinâmicas relativas à vida cotidiana, entendendo-a como o cenário central dentro do qual as ações, práticas e formas de luta, práxis de resistência e sobrevivência podem ser forjadas, na direção da construção de processos de participação e conscientização, comprometidos com uma vida mais justa e solidária.

Tempos de retrocesso? Tempos de resistência? Tempos de luta e de esperança? Em pleno fim da segunda década do século XXI, estas indagações, infelizmente, não parecem tão estranhas e de pouco sentido diante do que estamos a viver. Nunca se falou tanto em solidariedade e em direitos humanos; e, ao mesmo tempo, esses direitos e solidariedade parecem mais frágeis, fragmentados e desrespeitados, inclusive a olhos vistos e publicamente. Estes são paradoxos contemporâneos que precisam ser enfrentados para contribuir para uma sociedade mais humana, uma vez que projetos e programas comunitários, mesmo dirigidos à solidariedade, não têm, necessariamente, gerado resultados e benefícios psicossociais dentro de uma perspectiva coletiva e de participação comunitária (FREITAS, 2005).

Que forma de agir e participar as pessoas têm encontrado quando se deparam com situações que atingem e afetam suas vidas, seus grupos, sua coletividade, seu bairro, sua comunidade? (FREITAS, 2002) “Que articulações e sentidos são estabelecidas pelas pessoas, entre a Vida Cotidiana e as Ações Coletivas, mesmo no terreno de sua vida privada?” (FREITAS, 2002, p. 296). Responder a isto, no campo da psicologia social

comunitária, nos leva a pensar no processo de politização da consciência e nas possibilidades de uma participação política libertadora comprometida com mudanças da vida cotidiana no interior das dinâmicas e redes comunitárias. Estas situações apontam para as condições que as pessoas podem ter para fazer coisas, para agir e participar, e também para o significado que atribuem para o que estão fazendo (FREITAS, 2002).

Perceber estes elementos quando da realização das práticas de intervenção em comunidade pode contribuir para que se compreenda quais os impactos que o trabalho comunitário tem sobre a dinâmica das relações comunitárias e, conseqüentemente, sobre a vida das pessoas, podendo ser identificadas importantes repercussões – individuais e coletivas – nas redes comunitárias, para todos os envolvidos, sejam eles profissionais, agentes comunitários, ou diferentes setores da própria comunidade.

Esta articulação entre estes aspectos, que se manifestam no cotidiano das práticas desenvolvidas em comunidade, pode ajudar na identificação e análise das dimensões psicossociais responsáveis pelos avanços e recuos dos trabalhos comunitários, mesmo quando se esperaria que tais movimentos – de avanço ou de recuo – não acontecessem. Isso leva a uma análise da dimensão de prática psicossocial – ligada à ação individual e coletiva – e aos aspectos que se vinculam à consciência desse fazer (FREITAS, 2002), permitindo, então, identificar possibilidades e estratégias de intervenção no cotidiano que contribuiriam com a melhoria da vida concreta das pessoas, em uma perspectiva de redes coletivas mais solidárias e humanas (FREITAS, 2005; MARTÍN-BARÓ, 1987; MONTERO, 1994).

Como fazer com que isso aconteça e que existam formas de resistência e de sobrevivência na vida cotidiana? Na perspectiva da prática dos trabalhos comunitários, é que

A “vida cotidiana” deve ser tomada como elemento central, dentro da ótica da Psicologia Social Comunitária latino-americana, deve ser tomada como um foro específico de ação, de análise e de levantamento de alternativas de sobrevivência psicossocial: é na vida cotidiana e na vida íntima que aparecem os desafios e dilemas exis-

tenciais, mantidos na solidão ou não, e que cada um enfrenta dia após dia, encontrando para isto diversas estratégias psicossociais de sobrevivência e de continuidade da vida (FREITAS, 2002, p. 301).

Nos trabalhos em comunidade, colocar a vida cotidiana como um eixo central, em uma dimensão dialética, exige que ela seja considerada como uma síntese de uma análise molar e molecular das relações travadas entre as pessoas, e que são mediadas pelos projetos políticos, educacionais e sociais que essas pessoas constroem para si e para seu mundo. Este parece ser, também, um desafio para os profissionais que trabalham nos contextos e dinâmicas comunitárias; além de ser a tarefa de todos aqueles que acreditam nas possibilidades de mudança e no lugar do Homem como agente da sua própria história cotidiana. Parafraseando Agnes Heller, pode-se dizer que “é no cotidiano que se faz História” (HELLER, 1978, p. 73).

A Psicologia Social Comunitária é, portanto, uma psicologia da vida cotidiana de comunidades geográficas e psicossociais. A história da PSC no Brasil pode ser eloquentemente resumida por meio dos nomes e trocas de nomes dados a ela: (a) Psicologia na Comunidade (décadas de 1960-1970); (b) Psicologia da Comunidade (década de 1990 em diante) e (c) Psicologia Comunitária (década de 1980 em diante) (CAMPOS, 1996). É, justamente, nomeada como “Psicologia Social Comunitária” ao contemplarmos a natureza histórico-social do ser humano as dimensões coletivas e complexidades do sujeito, da subjetividade e da comunidade, como também a transversalidade da dimensão ético-política e o seu caráter inventivo e emancipatório (DOMINGUES; FRANCO, 2014).

Psicologia Social Comunitária e pesquisa intervenção psicossocial

Pensando, então, nas possibilidades de trabalhos em parcerias e articulações com projetos e programas de extensão universitária das instituições de ensino superior, trazemos, também como contribuições para nossas reflexões coletivas, questões que temos nos colocado

como parte de algumas práticas de Pesquisa Intervenção Psicossocial desenvolvidas a partir do LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei, por graduandos, mestrandos e doutorandos em Psicologia do PPGPSI – Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ. Elas são desenvolvidas a partir de um programa de pesquisa e extensão nomeado como Processos Grupais e Articulações Identitárias – Questões/Parcerias com políticas públicas de saúde e inclusão psicossocial.

Utilizando como referenciais algumas categorias de análise da Psicologia Social Crítica, como Grupo, Processo Grupal, Atividade, Afetividade, Identidade, são investigados e atendidos grupos comunitários e institucionais que têm e nos colocado questões sobre:

- Como o fazer musical promove ou contribui para promover o reconhecimento e a produção da identidade cultural em São João e na região? Que possibilidades de convivência com a cultura e a arte podem ser produzidas a partir destas relações? Em São João del-Rei e na região dos Campos das Vertentes existem, em atividade cotidiana, mais de quinze corporações musicais entre orquestras e bandas, uma tradição centenária, com registros de atividade musical existindo desde a época do império. Aqui, podemos e devemos investigar as relações entre identidade individual, identidade grupal e cultura, na cidade e Região.
- Como podemos/devemos lidar com as implicações psicossociais do *diabetes mellitus*, focando principalmente as relações entre identidade individual, identidade grupal e participação social, particularmente participação em ações de saúde pública e/ou saúde coletiva. A partir dos trabalhos realizados em parceria com a Associação dos Portadores de Diabetes de São João Del-Rei, temos percebido a riqueza do trabalho com grupos de reflexão com a participação de diabéticos e familiares na construção de estratégias de melhor controle da glicemia e de educação nutricional, pensando em novas formas de

lidar com as restrições alimentares que os diabéticos enfrentam em seu cotidiano. Vale lembrar que se tratam de práticas realizadas por grupos interdisciplinares na direção da Atenção Psicossocial, que incluem visitas domiciliares com o envolvimento e participação dos agentes comunitários de saúde e outros profissionais ligados às equipes de ESF e UBS do município.

- Como a atuação e investigação das relações entre ludicidade, afetividade, identidade e memória pode nos ajudar no trabalho com idosos institucionalizados; A criação de centros de convivência com a participação das comunidades locais e as ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos não seria uma alternativa mais articulada, mais coerente com as perspectivas da Atenção Psicossocial?
- Como as categorias de análise afetividade grupal, identidade grupal, afrodescendência, memória coletiva, participação social, grupo e processo grupal, podem ser trabalhadas na perspectiva da Psicologia Comunitária. Como os grupos comunitários atendidos pelo SUAS articulam ou podem articular suas demandas com sua realidade social? Vale lembrar que aqui estamos falando de muitas comunidades que vivenciam situações de vulnerabilidade social.
- Como as ações e reflexões propostas pela Psicologia Comunitária estão sendo encaminhadas pelos profissionais que “fazem a Atenção Psicossocial” no município e na região? Aqui devemos pensar nos Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Referência de Assistência Social, Políticas de Atenção ao Uso de Álcool e outras Drogas, do ponto de vista da Redução de Danos, etc.

Do nosso ponto de vista, defendemos que Pesquisa Intervenção Psicossocial, Atenção Psicossocial e Psicologia Comunitária produzem

relações de colaboração/parceria/envolvimento entre pesquisadores e pesquisados. São estratégias fundamentais para atuação com comunidades psicossociais e geográficas pensadas a partir de políticas públicas de saúde, educação, desenvolvimento social e meio ambiente. Os pesquisadores escutam e conversam com os sujeitos participantes de tais comunidades investigadas e/ou atendidas. As práticas grupais, os grupos de reflexão, grupos operativos e as rodas de conversas continuam sendo estratégias metodológicas privilegiadas em tais circunstâncias. Os Pesquisadores e os sujeitos sociais, juntos, analisam, interpretam, refletem, gravam, filmam, registram. Pesquisadores fazem a devolução do que viram, ouviram, registraram. E então:

Juntos, pesquisadores-consultores e pesquisados-clientes buscam solucionar problemas de ação e de mudança social. Com os clientes e/ou isoladamente, os pesquisadores procedem à elaboração teórica (MACHADO, 2004, p. 15).

E os processos recomeçam...

No que diz respeito às especificidades das contribuições da Psicologia Social Comunitária para a mobilização e participação sociais, propomos: acolhimento e atenção psicossocial pensadas como práticas permanentes de atendimento psicológico em programas e políticas públicas (vale lembrar que a Atenção Psicossocial vem se constituindo como uma perspectiva de atendimento psicológico desde a segunda metade dos anos 1970, com maior desenvolvimento na década de oitenta, a partir do movimento de Reforma da Assistência à Saúde Mental no Brasil, quando começaram a surgir os serviços alternativos ao modelo hospitalocêntrico de assistência à saúde e saúde mental). (VIEIRA-SILVA, 2015).

Políticas públicas de assistência social e comunidade

Consideramos que são oportunas algumas considerações sobre o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, pelas suas implicações

para a prática profissional de um grande número de psicólogos, bem como para outros profissionais das ciências humanas e sociais.

A análise do discurso da Política Nacional de Assistência Social realizada na tese de Abade (ABADE, 2016) revela uma tensão entre o clientelismo e a cidadania em sua dimensão sócio-histórica e cultural.

As condições de produção da Assistência Social brasileira são marcadas pelas relações escravocratas no Brasil que propiciaram uma convivência ao mesmo tempo “familiar” e cruel entre senhores e escravos que compartilhavam o mesmo espaço doméstico, gerando a cultura do chamado compadrio, do favor e da subserviência. Daí se desenvolve uma espécie de “cordialidade” que marca a cultura brasileira com uma certa aversão ao conflito (ALBUQUERQUE, 2006, p. 9).

O reflexo disso no processo histórico da administração pública brasileira e da política de assistência social é a combinação, em ambos do formalismo legal, que pressupõe impessoalidade, com um sistema de acomodação das demandas pessoais e troca de favores, base do clientelismo. Além disso, a concepção de família patriarcal fornece o grande modelo em que vai se calcar a relação entre governantes e governados.

Importante destacar também que um dos marcos da Assistência Social Brasileira foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, pela, então, primeira dama Darcy Vargas, que caracterizava-se pela simbiose entre iniciativa pública e privada, presença da classe dominante como poder civil e pela relação benefício/caridade, estreitando os vínculos clientelistas entre população mais carente e o Estado.

A Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), todavia, busca estabelecer uma outra hegemonia. O artigo 203 da CF 1988 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar e dá a ela um novo um novo posicionamento no cenário político. Ainda que a Assistência Social tenha ganhado outro *status* com a nova constituição, a lei, apenas, não é condição suficiente para dar concretude a um direito. Um direito social prestacional, como é o caso, depende “de normas

de processo e de gestão governamental que lhe imprimam sentido real”, como nota Stuchi (2015, p. 114). Ou seja, sua constituição como direito requer um arranjo institucional para sua organização e operacionalização, e exige o estabelecimento de uma política e de serviços, bem como mudanças nas relações sociopolíticas e culturais estabelecidas anteriormente.

Em sua dimensão social histórica, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), então, buscou estabelecer em seu discurso outra hegemonia, não mais aquela das práticas assistencialistas realizadas por entidades religiosas ou filantrópicas e reguladas pelo clientelismo, mas de ações de caráter estatal, pautadas por pressupostos éticos e conhecimentos teóricos e metodológicos que visam à autonomia, à participação social e ao exercício da cidadania. Na dimensão socioinstitucional, por sua vez, as tensões reveladas na análise da Política Nacional de Assistência Social giravam entre o individual e o coletivo, e o que é e o que não é objetivo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que foi o principal objeto de estudo da tese em questão.

O trabalho social com famílias é um conjunto de ações que devem ser realizadas no PAIF que, em contraposição à lógica tutelar, se organiza como discurso de promoção de direitos, no qual são fundamentais os pressupostos éticos e os conhecimentos científicos que embasam a prática. É um trabalho que requer articulação da rede intersetorial, metodologias participativas e a integração de ações coletivas e individuais no território de atuação do PAIF. No discurso dos operadores da política, o coletivo emerge como uma forma de atendimento, em contraposição ao atendimento individual, enquanto no discurso normativo da PNAS (BRASIL, 2004), o sentido do coletivo se expressa numa posição política que valoriza a participação como modo de consolidação das práticas democráticas.

A articulação do PAIF com o Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, coloca para o serviço a dificuldade de estabelecer a sua finalidade. Embora, no discurso dos operadores da política, o fortalecimento de vínculos para superação de vulnerabilidades seja o

principal objetivo do serviço, a operação é marcada pela identificação das famílias de baixa renda, público-alvo do PBF, e atravessada pelas práticas de verificação acerca do cumprimento das condicionalidades para recebimento da bolsa família. Ou seja, a articulação entre o PBF e o PAIF direciona, ainda que não seja a intenção, o olhar do profissional para as necessidades das famílias, em detrimento do olhar sobre o uso do território e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A identidade do PAIF precisa ainda se estabelecer frente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que, muitas vezes, é realizado por entidades parceiras da assistência social e que deveriam ter o caráter de complementaridade. O desafio se coloca frente ao processo de alinhamento e sistematização das metodologias de trabalho, individuais e coletivas, nos dois serviços.

Diante de tantas complexidades, o PAIF é a expressão de uma formação de compromisso, frente à necessidade de articulação do Programa de Transferência de Renda (PBF), financiado pelo Banco Mundial, com os serviços socioassistenciais previstos na PNAS (BRASIL, 2004), realizados por um serviço público estatal (PAIF) e por entidades parceiras da assistência social, como o SCFV. Emergem, como sintoma dessa formação de compromisso, dificuldades para operacionalização das ações coletivas e preventivas, seja por diferenças de concepção política de proteção social, seja por diferenças teóricas metodológicas. No discurso acadêmico, o sintoma dessa formação de compromisso é a responsabilização do profissional pelas dificuldades de operacionalização de atividades coletivas no PAIF. No discurso da prática profissional, o sintoma é a “confusão”: os profissionais às vezes se posicionam como quem não sabe o que fazer para alcançar os objetivos do serviço, nem quais são exatamente esses objetivos. Dessa maneira, as ações coletivas assumem o sentido de um trabalho desafiador que precisa lidar com tensões teóricas metodológicas, socioinstitucionais e políticas.

Neste contexto em que diversas formações discursivas estão em disputa, os conceitos de território e comunidade podem emergir

como categorias orientadoras da ação para lidar com as tensões entre o clientelismo/patrimonialismo/assistencialismo e a cidadania e ética do bem viver. O conceito de comunidade se relaciona ao sentimento de pertencimento, aos processos de construção de identidade coletiva e ao uso do território, mas não se restringe a eles.

Em tempos de retrocesso, comunidade tem sido identificada com o espaço geográfico, espaço de pobreza, favela. É preciso compreender, contudo, o uso do território e a dinâmica dos lugares. Lugar como espaço geográfico do acontecer solidário, que define usos e geram valores culturais, econômicos e sociais. Lugar como espaço da existência e da coexistência, no qual há possibilidade real e efetiva de comunicação e construção política (SANTOS, 2005). É preciso compreender também comunidade como uma unidade estruturada, organizada, formada por grupos e dispendo de um conjunto de valores. Conforme Agnes Heller, quem escolhe um conjunto de valores e aspira a sua realização (e as duas coisas são inseparáveis) escolhe também, no mais amplo sentido da palavra, uma comunidade. Em tempos de retrocesso, então, torna-se cada vez mais relevante reconhecer as configurações que as ações coletivas podem assumir, os valores que constituem nossas comunidades, os usos do território e as formas de interação e relação social que se constituem nos espaços públicos.

Psicologia Social Comunitária e mediação comunitária

Para finalizar nossas considerações, apresentamos, a seguir, proposições e questionamentos sobre algumas relações entre mediação comunitária e Psicologia Social Comunitária, a partir do trabalho desenvolvido com o projeto de extensão “Mediação Comunitária”, realizado na PUC Minas – Unidade São Gabriel. Ele enfrenta na prática o desafio de fazer jus ao nome. De mediação na e para a comunidade vir a tornar-se, efetivamente, mediação com e pela comunidade. Procuramos relacionar as práticas do mediador comunitário, facilitações

de resoluções de conflitos em mediação ou justiça restaurativa(JR), com a atuação em Psicologia Social Comunitária.

A mediação comunitária está sendo entendida aqui como modalidade contemporânea afim à Psicologia Social Comunitária. A mediação como prática de resolução de disputas é remota na humanidade. No início do século XX, nos Estados Unidos, já havia iniciativas deste método gestadas por comunidades. Na América Latina, a mediação de conflitos foi iniciada na Colômbia e se destaca na Argentina. No Brasil, ela teve início nos anos 1990 e o século XXI é o tempo de sua ampliação e consolidação (BRIQUET, 2016). A justiça restaurativa surge na década de 1970. Ela vem sendo debatida e aplicada em vários países e, a partir de 1990, ganha a condição de um dos principais movimentos de reforma do sistema criminal. Compreender a justiça restaurativa implica questionar a justiça retributiva punitiva e “trocar as lentes”, os paradigmas. Há três princípios fundamentais dos quais parte a JR: (I) O crime causa dano(s) às pessoas e comunidades; (II) Causar dano acarreta obrigação; e (III) A principal obrigação é reparar o dano (ZEHR, 2008). A mediação de conflitos e a justiça restaurativa se encontram na mediação penal, mas também na mediação comunitária com a proposição de uma justiça a ser construída pela coletividade, “justiça comunitária”. Partimos do princípio de que tanto facilitadores de JR quanto mediadores de conflitos facilitam processos e também de que nos dois tipos de “facilitação”, há intervenções mediativas, ou seja, mediação.

A mediação comunitária é uma estratégia metodológica e prática que promove a facilitação de resolução de conflitos interpessoais, intra e intergrupais, institucionais, comunitários e intercomunitários por meio de métodos como a mediação de conflitos e processos restaurativos, tendo como objetivos e metas a prevenção à violência, o fazer justiça de modo dialogal e comunitário, a transformação das relações e a promoção de uma cultura de paz. Implica, também, no conhecimento da comunidade e da rede social e o desenvolvimento comunitário orientado pelos direitos humanos e a educação para autonomia e a emancipação social (MOURÃO; NAIDIM, 2019).

Sobre a participação dos mediandos, é possível colocar a mediação judicial e a mediação comunitária em dois extremos contrários. Para Vezzulla (2010), quanto mais regulação e controle, menos transformação social, e quanto menos regulação e controle, mais transformação social. Entre as três escolas de mediação, a tradicional de Harvard é centrada no acordo e se assemelha à Conciliação, a Circular-Narrativa foca no acordo e na relação e a Transformativa¹ está mais orientada para a transformação nas relações, sendo o acordo uma possível consequência.

Na justiça restaurativa, considerada como metodologia, o terceiro é o facilitador de processos dialogais, na mediação vítima-ofensor (MVO), e de processos grupais, nas conferências grupais familiares, sendo também participante de uma microcomunidade nos processos circulares de construção de paz². A aposta do facilitador de JR é que as transformações almejadas se deem mais pela força das tramas relacionais do que devido à sua condução. Entretanto, como o mediador, ele também conduz, não sendo nem neutro, nem imparcial.

O mediador comunitário está entendido como um interventor psicossocial, um educador social que, nos processos de mediação e de facilitação de justiça restaurativa, educa e é educado. É um pesquisador “com” os participantes e comunidades, sobre as interações e relações conflitivas e sobre si mesmo nessas relações de poder, que podem ser de dominação e/ou comunitárias. O diálogo, numa compreensão freireana, pressupõe o conflito. Na mediação opressor-oprimido, um dos elementos básicos é a prescrição. Uma consciência se impõe sobre à outra (Freire, 1987). O mediador comunitário pode intervir nesse tipo de relação de dominação e pode também observar-se ocupando um ou outro desses lugares de poder. Ele facilita processos, porém, os protagonistas são os atores e o próprio coletivo local que, sendo

.....

1 Escola de mediação de conflitos com mais proximidade com a orientação epistemológica do projeto de extensão.

2 Métodos de justiça restaurativa.

sujeitos da própria experiência, a constituirão em um saber político com capacidade de promover transformações.

O mediador comunitário, em sua posição epistemológica, não é nem neutro nem imparcial. Ele se coloca como um terceiro a favorecer uma distribuição equitativa de poder entre os mediandos em disputa por meio de um posicionamento de equidistância entre aqueles (SOUZA, 2003). Ele se localiza ainda como terceiro “possuidor da habilidade de reconhecer as diversas motivações, razões e versões de cada um dos participantes” (COMISSÃO TÉCNICA DE CONCEITOS, 2011, p. 166). Também a compreensão crítica das dimensões estrutural, funcional, intersubjetiva e subjetiva dos conflitos pode ser somada à tese de Boonen (2011) de que a justiça restaurativa favorece a educação para a cidadania e a formação de sujeitos de direito (facilitadores de JR) formadores de outros sujeitos de direitos (os demais participantes da micromunidade).

A mediação comunitária, sob uma orientação crítica, explicita os componentes ético-políticos vinculados aos compromissos com a transformação social, a luta contra desigualdades, o empoderamento ou conquista de autonomia por grupos sociais subalternizados, a defesa dos direitos humanos e a ampliação da democracia. Realizada assim, terá, efetivamente, afinidades com a Psicologia Social Comunitária.

Considerações finais

Buscando uma conclusão que nos ajude a contemplar, de maneira problematizadora as temáticas e considerações que apresentamos aqui, trazemos uma consideração de Silvia Lane que, ao nosso entender, nos ajuda,

Sintetizando, o psicólogo na comunidade trabalha fundamentalmente com a linguagem e representações, com relações grupais – **vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade** – e com as emoções e afetos próprios da subjetividade, para exercer sua ação no **nível da consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos que irão, algum dia, viver em verdadeira comunidade** (Lane, 1996).

Referências

ABADE, Flávia Lemos. **Os sentidos das ações coletivas no PAIF**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (Org.). **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

BOONEN, Petronella Maria. **A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS Brasília, DF: MDS, 2004. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRIQUET, Enia Cecília. **Manual de mediação: teoria e prática na formação do mediador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CAMPOS, Regina H. de Freitas. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COMISSÃO TÉCNICA DE CONCEITOS. **Programa mediação de conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. Recuperado de <http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/732b97393c88308cb2d84dc9c406c1cb.pdf>

DOMINGUES, Adriana R.; FRANCO, Erich M. Reflexões teóricas sobre sujeitos coletivos e experiências comunitárias. In STELLA, Claudia (Org.). **Psicologia Comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 15-27.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. de F. Quintal de. Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. In PIPER, I. (Comp.). **Políticas, Sujetos y Resistencias – Debates**

y **Críticas en Psicología Social**. Santiago de Chile. Editorial ARCIS, 2002, p. 293-306.

FREITAS, M. de F. Quintal de. (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da libertação e comunitária. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 47-54. 2005.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LANE, Silvia T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In CAMPOS, Regina H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 17-34.

MACHADO. M. N. M. (2004). **Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente. Carácter ideológico dei fatalismo latinoamericano. In: MONTERO, M. (Coord.). **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas: Editorial Panapo, 1987, p. 135-162.

MOURÃO, Barbara M.; NAIDIN, Silvia. (Org.). **Mediação comunitária no Brasil: diálogo entre conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: CESeCMediare, 2019.

MONTERO, Maritza. Un Paradigma para la Psicología Social. Reflexiones desde el quehacer en America Latina. In: **Construcción y Crítica de la Psicología Social**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994, p. 27-48.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina** [on-line], v. 6, n. 16, p. 251-261, 2005. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

SOUZA, Rosane M. Mediação Social: uma experiência de trabalho em comunidade de baixa renda. In: MUSKAT, Malvina, E. **Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência**. São Paulo: Summus, 2003, p. 89-117.

STUCHI, Carolina Gabas. O reconhecimento do direito à assistência social. In: OLIVINDO, Karoline Aires Ferreira; ALVES, Sandra Mara Campos; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. (Org.). **Olhares sobre o direito à assistência social**. Brasília, DF: Fiocruz; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015, p. 107-124.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

VEZZULLA, Juan C. A Mediação Comunitária: Desafios e Perspectivas. **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, n. 11, p. 47-60, 2010.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Práticas em Psicologia Comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, 2015. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200007

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2008.



Epistemologias feministas e ciência psicológica:

Notas para uma psicologia social crítica feminista

Andréa Moreira Lima

Tayane Rogéria Lino

Lenise Santana Borges

Claudia Natividade

Yo no tengo intención de apartarme de ese modo de pensar en el cual las cosas, sencillamente, ocurren, las mujeres evidentemente existen y yo soy una de ellas. (Luisa Murano, 2007).

Em muitos lugares, ainda hoje, afirmar-se feminista é motivo de constrangimentos para quem se diz ser e para quem assiste esse proferimento. Nas palavras de *bell hooks* (2019, p. 11), “a tendência é ouvir tudo sobre a maldade do feminismo e as feministas “elas” odeiam homens, “elas” querem ir contra a natureza (e Deus); todas “elas” são lésbicas...” e por aí vai. A proposta dessa autora, e de várias outras feministas, na verdade é um convite para se aproximar do feminismo. O problema que este campo de estudos sempre buscou tematizar e

combater é o sexismo e como ele se relaciona com as estruturas patriarcais de dominação das mulheres (e de quem não segue a lógica cis-hétero-normativa) que se conectam com o racismo, o classismo, o elitismo e o imperialismo. O feminismo e os movimentos feministas se voltam, na verdade, para um sonho de justiça e liberdade.

Importante destacar que a ciência feminista teve suas origens juntamente com o movimento social e, a partir dele, com a perspectiva de aumentar a consciência social (MEYER, 1993). As teorias convencionais da ciência foram contestadas pelo movimento social e as teorias feministas vieram incorporando uma reflexividade no conhecimento a partir da investigação da experiência (MORAWSKI, 1993). Por isto, a teoria feminista tem como foco a análise da experiência das/os sujeitas/os sociais (fazemos aqui uma subversão proposital da linguagem tradicional) lembrando, junto com Morawski (1993, p. 218), que “a construção da teoria feminista necessita de autoconsciência reflexiva e da lembrança constante da força das estruturas do conhecimento”, levando em consideração que a própria experiência é estruturada pelas relações sociais, pela linguagem e pela cultura. Segundo essa autora, ao mesmo tempo que as teorias feministas se dão conta desses atravessamentos e condições da produção do conhecimento, podem também experimentar interpretações imaginativas e poderosas.

É lógico que este *quantum* de subversão e contestação tem conduzido várias teóricas feministas ao isolamento, por opção ou de forma compulsória, rotulando as pesquisas como pouco científicas, emocionais ou com temas repetitivos. No entanto, são inegáveis os avanços da ciência a partir dos estudos feministas, pois eles modificaram completamente as formulações das questões da pesquisa e operacionalizaram a construção de hipóteses de forma a se aproximar das experiências das/os sujeitas/os. Por fim, mas não menos importante, as teorias feministas deslocaram o papel hierárquico e autoritário de dizer “a verdade” sobre as experiências das/os sujeitas/os, ressignificando o modo de fazer ciência. Este modo diz respeito à forma como se criam

as próprias teorias a partir da análise crítica dos dados e não lendo os dados a partir de teorias fechadas e pré estabelecidas.

O feminismo e a crítica a ciência moderna

O feminismo é compreendido como um conjunto de pensamentos que estabelecem uma suspeita, uma desconfiança sobre uma igualdade, supostamente instituída. Para tanto, suas proposições teóricas têm atuado de modo a desvelar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas na ciência, na política e no contexto social moderno. O feminismo seria a partir deste olhar uma hermenêutica da suspeita (AMORÓS, 2000). É pela hermenêutica da suspeita que rompemos com a hermenêutica da dominação, questionando, desconstruindo e (des)mistificando discursos naturalizantes sobre sujeitos e corpos que legitimam e mantêm um dado *status quo*. Ou, dito de outro modo, o feminismo é uma corrente que se debruça sobre o processo de decifração dos conteúdos e significações explícitas e implícitas que instituíram e continuam a perpetuar diferenças como desigualdades.

Vale ressaltar que existem diversas controvérsias entre as formas de abordar a história do feminismo na história da sociedade ocidental. O que tem alimentando um intenso debate e instigantes discussões nos espaços científicos de todo mundo e, isso, não é diferente no Brasil. Se contamos e (re)contamos esta história por ondas/correntes, por perspectivas teórico explicativas, por um caminho temporal, bandeiras de luta, uma genealogia, entre outras. No entanto, o que desejamos aqui é uma reflexão sobre: se, como e porquê o feminismo tem causado abalos sísmicos na ciência e (re)significado este espaço. Neste sentido, compreendemos que o feminismo, em seus distintos movimentos, tem ocupado as esferas sociais e investigado as experiências existentes por detrás da produção de saberes e poderes. Neste caminho investigativo, uma pergunta se faz presente na produção das interpelações acerca da

produção científica moderna: Quais verdades tem angariado *status* de universal, e qual projeto de sociedade está em jogo?

O campo teórico feminista tem atuado com o fim de construir estratégias de reivindicação política que colocam as mulheres em uma posição de negociação em torno de direitos sociais pelas lutas por pertencimento. Nestes termos, a investigação sobre a participação das mulheres no campo científico, em uma sociedade em que o saber se torna cada vez mais importante, já que a ciência¹ tem instituído um espaço privilegiado de poder e decisão, a vida do intelectual caracteriza-se como um campo que pode intervir e transformar a sociedade, sendo ele um espaço de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

As feministas não foram as primeiras, e muito menos serão as últimas, a elaborar uma crítica à ciência moderna (BANDEIRA, 2008; CALVELLI; LOPES, 2011). É sabido que distintas correntes teóricas do pensamento realizaram apontamentos sobre a universalidade, a neutralidade e a objetividade científica. Tal afirmação conduziu Lourdes Bandeira (2008) para duas perguntas: “Quais teriam sido então as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade centrou-se a crítica feminista?” (p. 209). Na busca pelas especificidades da crítica feminista à produção científica hegemônica, vamos considerar estas perguntas a partir do contexto presente. O que fazemos aqui é retirar estas perguntas do “tempo passado” e trazê-las para o “tempo presente”: Quais são as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade se centra a crítica feminista?

.....
1 O campo científico é abordado como o resultado de disputas entre agentes e posições por capital simbólico (BOURDIEU, 1983). Em outras palavras, o campo científico é uma arena em que distintos sujeitos lutam por legitimidade e reivindicam reconhecimento destes como produtores de verdades. Nos termos bourdieusianos, a posse de capital nesta proposta resulta em autoridade intelectual e científica. O campo científico é nomeado por Pierre Bourdieu (1983) um campo de disputa, o que resulta na construção de uma definição hegemônica de ciência, e, desta maneira, instaura um “paradigma”. A partir disso, todo conhecimento que se pretende legítimo deve se aproximar do padrão científico hegemônico moderno.

A crítica feminista explicita o caráter particularista, ideológico, sexista, burguês, racista e LGBTfóbico da ciência ocidental, e, ao fazê-la, denuncia a situacionalidade não declarada da ciência hegemônica. A crítica feminista firmam que as noções de objetividade e neutralidade são carregadas por valores masculinos, que a produção do conhecimento se configura a partir de uma concepção de humano que pode ser entendida como o conceito universal de homem (ARRAZOLA, 2002), que é branco, heterossexual e cidadão do primeiro-mundo, questionando a ideia de neutralidade. E, ainda, que a produção científica tem sido historicamente um domínio destinado aos homens (BANDEIRA, 2008; CALVELLI; LOPES, 2011; HARDING, 1996; LIMA, 2002).

Pode-se dizer que o pensamento crítico feminista tem origem no questionamento de uma racionalidade machista a qual estava submetida a ciência e na denúncia do *ethos* masculinista na ciência. Assim, as críticas feministas versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico.

As feministas denunciam a impossibilidade da neutralidade e da objetividade até então proposta, sob a justificativa que os cientistas são sujeitos marcados pela experiência subjetiva, são portadores de um gênero, uma raça, uma orientação sexual, uma classe social e cultural.

As críticas feministas à ciência trazem ainda importantes reflexões sobre a ciência, na medida em que insere o conceito de gênero e o apresenta como uma categoria analítica. Nas palavras de Lourdes Bandeira (2008), “a crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais” (p. 222).

Outra pergunta parece assombrar as teóricas feministas: qual os efeitos da crítica feminista à ciência? Enquanto algumas autoras escolhem discorrer, com certa certeza, sobre as contribuições feministas à ciência (BANDEIRA, 2008), outras perguntam se o feminismo teve algum impacto na produção científica, ou ainda, se o feminismo mudou a ciência (SCHIEBINGER, 2001). Mesmo não havendo um consenso

em torno de uma mudança no projeto hegemônico de ciência a partir das críticas feministas, há, invariavelmente, o sentimento de que “avanços” aconteceram, principalmente nas ciências das humanidades, para além do aumento da presença de mulheres na ciência. Ainda que não tenha sido da forma como muitas imaginavam, de várias maneiras, as teorizações feministas mudaram a percepção das mulheres na ciência e, em consequência, sua posição na mesma (KELLER, 2006).

É imperativo afirmar que a crítica feminista à ciência contribuiu para denúncia do androcentrismo e do sexismo que se manifestam em desigualdades nas ciências, o que trouxe um amplo e irremediável debate para a própria ciência (ARRAZOLA, 2002).

As críticas feministas se constituíram juntamente com um pensamento feminista, que entendeu que as críticas não bastavam para promover mudanças na conjuntura teórica-explicativa que governava a ciência. Era necessário propor um outro modelo, um referencial que não exclui sujeitos da experiência científica, que aborde a subjetividade como parte da produção científica, que rompa com o dualismo e o sujeito universal da ciência. Certamente, esta foi uma importante contribuição para a ciência.

As teóricas feministas procuram evidenciar o caráter reducionista, essencializador e falocêntrico da ciência hegemônica (PELÚCIO, 2012), a partir de uma reflexão que visa (re)estruturar a tradição científica, inclinando-se sobre metodologias, teorias, conceitos e epistemologias clássicas. Nos termos propostos, as teorias feministas têm, desde seu início, o intuito de reinterpretar os discursos sobre a ciência, sobre a mulher na ciência e em todas as outras instâncias sociais, tornando as relações de gênero analiticamente visíveis (HARDING, 1993).

Contribuições das epistemologias feministas à ciência

O campo hoje conhecido como “epistemologias feministas” vem sendo construído desde a década de 1970, no bojo da “segunda onda

do movimento feminista”, a partir dos estudos de gênero acerca do lugar social da mulher na ciência. Esse debate tem sido realizado, principalmente, por mulheres que se dedicaram aos estudos das epistemologias, que, em sua forma mais ampla, podem ser definidas como o estudo do conhecimento e dos modos de conhecer. Nesse sentido, a expressão “epistemologia feminista” se refere a uma vertente de análise da ciência a partir de marcadores sociais, com foco na influência das questões de gênero na produção científica.

Grande parte das pesquisadoras epistemólogas feministas (por exemplo, HARAWAY, 1988; HARDING, 1987, 1993; KELLER, 1984; LONGINO, 1999) argumentaram que o conhecimento não pode ser dissociado do tempo e do lugar de sua produção. Dessa forma, destacaram que as hierarquias de gênero – representada na dominação masculina e na subalternidade feminina – têm influências diretas na forma como a ciência é construída e organizada. Os estudos dessas pesquisadoras apontavam, por exemplo, a existência de um silenciamento das vozes femininas e uma ausência e/ou invisibilidade das mulheres nas pesquisas, algo que permitiu questionar os princípios tradicionais da ciência: a objetividade e a universalidade.

Harding (1996) problematiza o “princípio de objetividade”, insistindo no convite ao alargamento do diálogo e à troca de estudos e experiências, o que possibilitaria a explicitação e compartilhamento das possíveis influências temporais e contextuais sobre a pesquisa. Seu argumento pode ser complementado pelas contribuições de Haraway (1988), a partir do conceito de “conhecimentos situados”, isto é, de um conhecimento que deve ser contextualizado por marcadores de classe, raça-etnia, sexo, gênero, geração etc. Nesse sentido, a interação e a tradução de múltiplos pontos de vista entre os(as) pesquisado-res(as) alargaria o conhecimento acerca da complexidade do fenômeno estudado, favorecendo uma análise mais reflexiva e crítica sobre a objetividade da ciência.

Essas epistemólogas destacaram a existência de diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem na ciência, mostrando

como essas diferenças culminaram em estudos que desconsideravam o gênero feminino. Em geral, podemos levantar três pontos nos quais a parcialidade de gênero se faz visível: (a) na constatação da diferente proporção de homens e mulheres na ciência – o número de mulheres continua sendo bem menor; (b) nos problemas que são vistos como necessitando de atenção por parte da comunidade científica; e (c) no próprio modo como a ciência investiga (KELLER, 1984) – haja vista, por exemplo, as pesquisas médico-psicológicas, principalmente aquelas realizadas em laboratório, que, em grande parte, têm o sexo masculino como único modelo para seus estudos.

Vamos apresentar alguns exemplos a fim de elucidar estes três pontos.

A pílula anticoncepcional, de uso feminino, encontra-se disponível no mercado desde o início dos anos 1960. Contudo, uma pílula contraceptiva de uso masculino começou a ser desenvolvida apenas a partir de 2006, não sendo ainda comercializada em escala significativa. Além disso, dos diversos métodos contraceptivos existentes, apenas três são destinados ao uso masculino (preservativo, vasectomia e coito interrompido). As epistemólogas feministas denunciam que esses objetivos científicos, ou seja, essa escolha acerca do que se pesquisar e produzir, contribuiram para que o planejamento familiar fosse visto como responsabilidade exclusiva da mulher. Além disso, elas argumentam que quando as pesquisas desenvolvidas na área da sexualidade envolvem a responsabilização – como, por exemplo, o desenvolvimento de métodos contraceptivos – elas têm como foco o público feminino; em contraposição, quando as pesquisas, na área da sexualidade, visam a produção de alternativas médicas para questões relativas ao desejo ou ao prazer sexual, elas têm como foco prioritário o público masculino. Para fundamentar esse segundo argumento, basta observarmos a comercialização, desde 1998, de remédios para o tratamento de diversas disfunções sexuais masculinas. Desde então, surgiram mais de duas dezenas de fármacos destinados ao tratamento de problemas sexuais do homem, enquanto que apenas em 2015 um

fármaco similar, de uso feminino, teve a sua comercialização aprovada pelas agências reguladoras.

Com relação ao homem, pelo padrão dos estudos médico-psicológicos, podemos mencionar o fato de que, até a década de 1990, as mulheres eram desconsideradas em 80% dos testes de medicamentos para hipertensão, embora elas já fossem igualmente acometidas por este problema. Mais especificamente, no ano de 2003, por exemplo, quase 40% das mortes de mulheres, nos Estados Unidos, deveram-se a doenças cardiovasculares. Desse modo, as feministas denunciaram que os resultados dos testes não poderiam ser generalizados para a população de pacientes femininas. Após tais denúncias, os órgãos de saúde americanos questionaram a validade de muitos estudos que visaram o desenvolvimento de medicamentos cardiovasculares (FRENCH, 2007).

No âmbito da Psicologia, podemos ressaltar os experimentos realizados com animais, por áreas da psicologia experimental: via de regra, utilizam-se nas pesquisas animais machos, geralmente camundongos. As justificativas do campo para tal prática se pautam na maior variação hormonal nas fêmeas, devido à existência de ciclo menstrual, o que as tornariam mais propensas a se comportarem de formas instáveis durante o período menstrual. Desse modo, o macho se torna a norma; a fêmea, um desvio da norma. Porém, se os organismos das fêmeas são mais complexos, por conta de uma maior variação hormonal, por que não estudar o organismo das fêmeas e, depois, extrapolar os resultados para organismos mais “estáveis”, no caso, os dos machos? Ter como foco um organismo mais “estável” pode, na verdade, prejudicar o entendimento científico acerca da amplitude e da complexidade do objeto de estudo da Psicologia, que é o ser humano ou a subjetividade, de uma forma mais ampla e pluralista. Essa crítica, contudo, não se dirige apenas à psicologia experimental. Pesquisas em neurociência ou em farmacologia, a título de exemplo, adotam práticas similares, embora já existam tentativas, em diversas dessas áreas, de mudança deste viés de gênero.

Estes exemplos, sobretudo os do laboratório, denotam que, na ciência, aquilo que é visto, em algumas épocas, ou por um dado grupo de cientistas, como uma prova ou como um exemplo de rigor e objetividade, pode, na verdade, ser apenas expressão de uma tradição. Neste caso, de uma tradição sexista que produz desigualdades de gênero e relações de hierarquização que implicam na subalternidade das mulheres em relação aos homens, inclusive na ciência.

Feminismos e as psicologias no Brasil – para uma psicologia feminista?

Não há como falar das relações entre os feminismos e as Psicologias² sem, contudo, reconhecer a importância dos estudos feministas e de gênero na elaboração dos marcos epistemológicos, teóricos e metodológicos que circundam esse debate. A crítica feminista à Ciência e a defesa incontestada da não indissociabilidade entre teoria e política produziram e continuam produzindo efeitos sobre a forma como pensamos e fazemos psicologias no Brasil. A reflexão feminista tem permitido problematizar a ideia de neutralidade, tendo como um dos seus pilares a questão de que não é possível realizar uma ciência feminista sem que esse lugar seja interessado e politicamente comprometido. Por outro lado, as psicologias têm sido convocadas a repensar suas formas de teorizar e colocar em prática seu arsenal teórico.

Desde sua gênese a Psicologia esteve intimamente ligada ao projeto de modernidade, utilizando-se de várias categorias coerentes com a construção do pensamento científico moderno, tais como, verdade, objetividade e neutralidade. Com seus discursos generalizantes e universalistas, apresentava-se como uma ciência neutra, na qual a linguagem utilizada recorria ao uso do genérico e universal masculino, obscurecendo o caráter generificado, racista, elitista e heteronormativo da ciência e suas implicações na forma de eleger e conceber as questões

.....

2 Utilizamos os termos feminismos e psicologias no plural, pois reconhecemos a pluralidade e os múltiplos posicionamentos que tensionam e constroem tais campos de saberes.

sobre as quais se debruçava (MAYORGA; PRADO, 2010). A Psicologia, ao desenvolver certos tipos de saberes, tornou possíveis certas práticas sociais, impossibilitando outras, ao sustentar determinadas “verdades”, inibiu o aparecimento de outras (ÍÑIGUEZ, 2003).

A centralidade do pensamento positivista não possibilitava perceber que a trajetória da Psicologia estava demarcada por tensões epistemológicas, metodológicas ontológicas, éticas e políticas que acompanhavam desde o seu início. Algumas dessas tensões são clássicas. Tomamos como exemplos a dissociação entre teoria e prática, conhecimento e realidade, indivíduo e sociedade, só para citar algumas (SILVEIRA; HÜNING, 2007)

Na corrida para se tornar Ciência, a Psicologia elegeu a razão como referência e produziu critérios que permitiram a emergência de categorias como certo e errado, bem e mal, verdadeiro e falso, real e irreal, normal e desviante, concebidas como “naturais”, contribuindo assim para a regulamentação das formas de viver e manutenção das normatividades. Essa aspiração a se tornar reconhecida como ciência dentro dos moldes modernos teve e ainda tem efeitos na constituição desse campo de saber, bem como sobre nossas atuações profissionais.

No entanto, foi a partir da insatisfação com esse tipo de ciência, e por que não dizer a partir desse “mal estar”, que a psicologia foi impelida a buscar diálogos com teorias, pessoas, territórios, processos que a levaram além dos horizontes permitidos pela tradição acadêmica. No processo de busca de algo mais sintonizado com a complexidade e demandas da contemporaneidade emerge a Psicologia Social Crítica. A crise epistemológica que se abateu nas Ciências Sociais nos anos 1970 instaurou um processo de questionamento e ruptura de paradigmas que acabaram por reverberar também na Psicologia. Tal período, considerado de grande efervescência teórica, permitiu a entrada de ideias advindas de outros campos e de categorias consideradas “estranhas” ao *mainstream*, como as teorizações feministas e conceitos advindos desses estudos.

Apesar da palavra “crítica” estar muito batida e esvaziada, a entendemos como um marcador discursivo expressivo e indicativo de

que há algo de “podre” na Psicologia, que vem gerando um grande mal estar e conseqüentemente é lugar fértil para mudanças. Como assinalam Bock (2003); Leite e Dimenstein (2002) e Borges e Cordeiro (2007) a história da Psicologia tem sido construída diretamente vinculada ao projeto de modernidade.

O enfoque crítico na Psicologia Social possibilitou tomar a psicologia como objeto de reflexão, produtora de conhecimento, em oposição radical à aproximação naturalista convencional. Como assinala Burr (2003), a crítica adotada na Psicologia refere-se às questões com as quais ela se ocupa, os métodos que adota para investigá-las, bem como às respostas tradicionais que fornece. Para Burr (2003), a Psicologia Crítica ocupa-se em perceber como o indivíduo se localiza na sociedade em relação às marcas de diferença, às iniquidades e às relações de poder, possibilitando leituras alternativas para uma série de fenômenos psicológicos naturalizados como doença mental, inteligência, personalidade, agressão e sexualidade.

Dentre as várias oposições ao modelo de ciência positivista, resalta-se a crítica à concepção representacionista do conhecimento, à objetividade, à ideia de causalidade e de cumulatividade do conhecimento. Várias vertentes teóricas se alinham a essa oposição da ciência como uma forma de saber privilegiado, entre elas, a Teoria Crítica, as Representações Sociais, a Psicologia Sócio-Histórica, a Psicologia Política e o Construcionismo Social, só para citar algumas.

Sem querer entrar no mérito da pluralidade de visões que compõem o mapa das ideias que circulam sobre o guarda chuva da Psicologia Social Crítica, tal proposta pode ser entendida como um modo de pensar e agir que visa refletir sobre a produção e a sustentação do conhecimento, as interligações entre conhecimento e ação, e a importância de uma postura crítica e reflexiva (BORGES *et al.*, 2014). O caminho que tem levado interconecção dos feminismos com as Psicologias no Brasil tem sido polissêmico, engloba desde posições que acolhem o termo Psicologia Feminista, a exemplo de países como os Estados Unidos e Portugal, àquelas que abrigam a perspectiva fe-

ministra no contexto da Psicologia Social Crítica. Apesar de entender que esse debate não é simplesmente uma variação semântica, pois a linguagem é ação, torna-se importante entender como um termo ganha visibilidade, quais são os contextos em que ele emerge, quem o utiliza, qual a matriz discursiva o sustenta e para que utilizá-lo.

Vale lembrar que o campo psi, sobretudo os cursos de psicologias, ainda permanecem muito resistentes às teorias feministas. As experiências têm demonstrando que o fazer acadêmico conectados aos estudos feministas e de gênero torna-se uma estratégia que proporciona um arejamento e uma abertura que transcende as disciplinas. Apesar de saber o quanto as teorias feministas contribuem para desafiar o pensamento disciplinar, especialmente presente nos cursos de graduação, inclinados a seguir uma coerência disciplinar, ainda permanece certa desconfiança sobre os limites e possibilidades nessa relação. Em algumas universidades, a incorporação das ideias feministas às disciplinas psicológicas têm ainda se dado de forma muito tímida. É só dar uma olhada nos conteúdos que formam a matriz curricular e veremos quão distante estamos de uma formação mais plural e problematizadora dos modos de se pensar e fazer uma Psicologia perpassada pela transversalização da perspectiva feminista e de gênero como uma ação que alcance as diversas possibilidades de ensino que o curso de psicologia oferece: ensino, extensão, pesquisa. Tal transversalização deveria estar contida nas diversas ênfases do currículo de psicologia – Processos Psicossociais e Processos de Avaliação, Clínico e de Saúde – tendo como referência discussões teóricas e metodológicas sobre os feminismos e suas articulações com as políticas públicas.

Entendemos que as articulações entre os feminismos e as Psicologias não podem estar fora do escopo de temas abordados pelos cursos de Psicologia. Eles devem ser referência para uma formação integral e crítica do profissional da área. Defendemos que eles devem ser transversais a todas as ações relacionadas à formação acadêmica de nível superior. Sem isso, estaremos formando apenas bons técnicos,

mas sem a devida sensibilidade e preparo para lidar com os processos que promovem sofrimento mental, exclusão e injustiça social, como o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e todos os demais sistemas de opressão que se conjugam estruturalmente e cotidianamente.

Considerações finais

Os feminismos e suas proposições teóricas têm atuado de modo a desvelar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas na ciência, na política e no contexto social moderno. Para tanto, esses movimentos têm ocupado as distintas esferas sociais e investigado as experiências existentes por detrás da produção de saberes e poderes. Assim, temos questionado quais verdades tem angariado *status* de universal e qual projeto de sociedade está em jogo (COSTA, 2004). Nestes termos, as teorias feministas buscam contribuir para uma reinterpretação histórica da sociedade a partir do lugar social das mulheres, se atentando principalmente à presença destas nas ciências e nas organizações políticas em torno do acesso à esfera pública no Ocidente.

Neste mesmo caminho, é importante reconhecer o trabalho da psicologia, especialmente da Psicologia Social Crítica que, contestando a ciência tradicional, contribuiu muito nessa guinada nos estudos psi. Des-essencializar, des-hierarquizar, de-colonizar são as palavras de ordem de uma ciência atual e, se tomamos como dado inegociável que pesquisadoras/es precisam estar conscientes dos impactos da pesquisa na sociedade, não nos restam dúvidas sobre o que precisamos fazer, como precisamos produzir ciência, ou seja, qual caminho trilhar.

Mas então como pensar a relação entre a Psicologia Social Crítica e a Teoria Feminista? Ao estabelecermos uma conexão entre a Psicologia e o Feminismo, em diálogo com um vasto conjunto de teóricas/os, reconhecemos uma proposta de mudança, de si e do espaço social brasileiro. Esta proposta científica, de alguma maneira, pode incomodar, porque tiram certezas reconfortantes sobre o que

é ser uma profissional de psicologia, sobre a investigação acerca do indivíduo e da subjetividade. Tal perspectiva traz uma instabilidade aos lugares tradicionais do saber, e solicita a seus sujeitos produtores de conhecimento descer do pedestal, minuciosamente desejado pelo modelo científico hegemônico, para assim, reconhecer que todas e todos temos que renunciar ao nosso pedaço de poder que a ciência positivista oferece.

Baseados nestas “certezas epistêmicas”, gostaríamos de argumentar aqui a necessidade de se afirmar o uso da nomeação Psicologia Feminista para significar este campo de estudos que expomos neste capítulo, por diversos motivos. Primeiro, porque a Psicologia Feminista se apresenta intrinsecamente ligada às lutas sociais pela liberdade e defesa do reconhecimento, diversidade e pluralidade das subjetividades, posição esta inegociável no âmbito dos estudos críticos. Segundo, por ela ter desenvolvido um arcabouço teórico-conceitual de fôlego, que deu origem a mapas analíticos complexos e que se interrelacionam de forma conjugada e contrastante, construindo, portanto, instrumentos científicos do qual podemos (e precisamos) nos orgulhar. Terceiro, porque é uma questão de justiça dar visibilidade à Psicologia Feminista já que ela foi (ainda é) significada como restrita a determinadas temáticas (por exemplo, a temática das mulheres, o que é uma inverdade), ou demasiadamente repetitiva (mas ainda não conseguimos tudo o que queremos, então temos que prosseguir... repetindo) e até mesmo questionada no estatuto de ciência e que, por isto, não daria conta de responder a determinadas questões. Sobre este último ponto, devemos lembrar que essa é uma velha tática de exclusão e desautorização que, por sinal, é para onde voltamos nossas pesquisas, questionando a forma como estes conteúdos entram nas relações com objetivos de dominação, controle e subjugação.

Nestes termos, ao afirmarmos uma Psicologia Feminista, reconhecemos que o posicionamento na prática psicológica cria condições para o rompimento de desigualdades e um conjunto de dicotomias e hiatos instaurados pela ciência hegemônica, que materializam obs-

táculos para uma transformação psicossocial da realidade brasileira e dos problemas concernentes à Psicologia.

Problematizar a tradição hegemônica na prática cotidiana de ensino, pesquisa e extensão, para elas, passa por um comprometimento ético com o sujeito investigado a partir da horizontalidade e do reconhecimento de que o saber só se produz em relação. O que se materializa em uma implicação social de pesquisadores e pesquisadoras no “campo psi” exige posicionamentos políticos, engajamento social e dúvidas em uma persistente hermenêutica da suspeita sobre o próprio processo investigativo. Sendo assim, para nós, posicionamento, criticidade e saberes localizados compõem uma outra tríade epistêmica que compactua com o rigor científico e com a coerência metodológica, epistemológica e ontológica que constituem os pressupostos que sustentam o processo investigativo em Psicologia.

Mas ainda cabe aqui o questionamento: como e por que fazer uma ciência psicológica feminista? Porque precisamos e o fazemos juntas. É este fazer que constitui nossa trajetórias e processos, de maneiras diferentes, pululam aqui e ali a montagem de um percurso de encontro com desejos, enfim, com nós mesmas. O que se processa é uma espécie de exercício de elasticidade de um “eu” e um “nós” (PRADO, 2002). Ou ainda, nas palavras de Virgínia Woolf, “peço-lhes que escrevam todo tipo de livros, não hesitando diante de nenhum assunto, por mais banal ou mais vasto que sejam. (...) para seu bem e para o bem do mundo em geral” (1985, p. 143). Fazer ciência em Psicologia, nestes termos, é estar radicalmente comprometida com a interseção entre as transformações psíquicas, sociais e políticas para quem investiga e para quem é investigada ou investigado.

Referências

- AMORÓS, Celia. (Org.). **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.
- ARRAZOLA, Laura S. Duque. Ciência e crítica feminista. In: COSTA, Ana A. Alcântara; SARDENBERG, Cecília M. Bacellar (Org). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: Redor, 2002, p. 67-77.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à Ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.
- BOCK, Ana M. B. Psicologia e sua ideologia – 40 anos de compromisso com a elite. In: **Psicologia e compromisso social**. São Paulo, Cortez, 2009, p. 15-29.
- BORGES, Lenise S.; CORDEIRO, Rosineide L. M. Psicología Social, construccionismo y abordajes feministas: diálogos desconcertantes. **Rev. Fermentum.**, Venezuela, v. 17, n. 50, p. 599-616, 2007.
- BORGES, Lenise Santana et al. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- BURR, Vivien. **Social constructionism**. New York; London, Routledge, 2003.
- CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In: IV Congresso Scientiarum Historia, **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 347-353. Recuperado de <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 23-36, 2004.
- FRENCH, S. Gender Bias. In: **Science: Key Concepts in Philosophy**. London: Continuum, 2007, p. 74-96.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science questionin feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-99, 1988.

HARDING, Sandra. **Feminism & methodology**. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press; Open University Press, 1987.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. (Trad. Bhuvan Libânio). 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. (Trad. Luis Repa). São Paulo: Editora 34, 2003.

IÑIGUEZ, L. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista. Historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: XII Encontro Nacional da ABRAPSO, **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Conferência de abertura).

KELLER, Evelyn F. **Reflections on Gender and Science**. New Haven: Yale University Press, 1984.

KELLER, Evelyn F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, 27, p. 13-34, 2006. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>.

LEITE, Jader F.; DIMENSTEIN, Magda. Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-26, set. 2002.

LIMA, Nádia R. L. de Barros. As mulheres na ciência: o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o público. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA; Redor, 2002, p. 51-66.

LONGINO, Helen Elizabeth. Feminist Epistemology. In: GRECO, J.; Sosa, E. (Org.). **Blackwell Guide to Epistemology**. Malden, MA: Blackwell, 1999, p. 327-353.

MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco A. M. Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. (Org.). **Universidade cindida**: Universidade em conexão ensaios sobre democratização da Universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 46-70.

MEYER, Joan. Pensamento feminista e psicologia social. In: GERGEN, Mary McCanney (Ed). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 129-147.

MORAWSKI, J. G. Impasse no pensamento feminista? In: GERGEN, Mary McCanney (Ed). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 209-219.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

SILVEIRA, Ronie A. Teles da; HUNING, Simone M. A angústia epistemológica na psicologia. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 473-480, 2007.

IV

Cidades, territórios, comunidades e ocupações: A inclusão a serviço de quem/do que?

Márcia Mansur Saadallah

Luiz Felipe Viana Cardoso

Introdução

Esse artigo tem como objetivo relatar a experiência vivida na Roda de Conversa realizada no Encontro da ABRAPSO Minas, ocorrido em novembro de 2018. Inicialmente, queremos ressaltar a importância do Encontro, e dessa roda também, no momento histórico que vivíamos e temos vivido ainda hoje. O Encontro aconteceu pós eleições presidenciais, e o momento era de receio e desesperança, apontando para a desresponsabilização do papel do Estado na garantia de universalização dos direitos, o que vinha de encontro ao processo de democratização política, econômica e social iniciada em nosso país nos últimos 15 anos. Além disso, o contexto de crise política, social, ética e econômica acontecia não só no Brasil, mas em escala internacional. Enfim, momentos de precarização, de perdas, de retrocessos.

Dessa forma, o encontro da ABRAPSO possibilitou a busca de força e resistência. Os encontros, conversas, trocas e afetos oportuni-

zaram a construção de novos olhares, novas formas de enfrentamento, de organização e ocupação dos espaços políticos.

A Psicologia Social ajuda a compreender o momento histórico como processo. Isso se torna fundamental na busca de caminhos para superação dessa crise que vivemos. Entendê-la como um processo cíclico, como parte de um jogo de forças e interesses e de disputa de poder nos faz reafirmar posições e nos fortalece em nossas crenças e ideais.

Iniciaremos então nossa discussão com a análise desse cenário brasileiro a partir de dois eixos orientadores: o do viés econômico e, o outro, de concepções político ideológicas e ético-políticas. Torna-se importante identificar a postura de quem faz essa análise: psicólogos(os) sociais, com posicionamento de esquerda, que acreditam e lutam por um projeto de justiça social. Esse posicionamento dará o tom crítico às análises.

Questões econômicas

A partir de 2016, e de forma mais intensa em 2018 e 2019, observamos a volta de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de riquezas e de renda imposto no Brasil na década de 1990, e que retorna agravando com problemas sociais, econômicos e culturais em todo país. Nos anos 2000, a partir da eleição de Lula em 2003, o Estado passa a se responsabilizar pela garantia dos direitos sociais aos cidadãos. Com a implantação de políticas sociais e o início da criação de um sistema de proteção social, os indicadores de inclusão social e de redução da pobreza começam a aparecer. Políticas voltadas não só para o enfrentamento da exclusão econômica, mas também social, cultural e política são iniciadas, e vislumbra-se um caminho de desenvolvimento e inclusão social. Entretanto, com o golpe de 2016, o Brasil foi novamente enquadrado na agenda neoliberal, que volta a ampliar a exclusão e aprofundar as desigualdades, influenciando de maneira negativa as relações sociais, políticas e econômicas.

Na concepção neoliberal, o crescimento econômico se torna fim em si mesmo, diferente do Estado de proteção social, em que o for-

talecimento da economia é também importante e fundamental, mas como meio de financiamento das políticas sociais. Esse modelo gera pobreza, destrói oportunidades de trabalho, atenta contra as identidades e a diversidade culturais. Assim, as ações propostas atualmente para a “saída da crise econômica” incluem na agenda política reformas que alteram negativamente o rumo que o país vinha seguindo. A Reforma Trabalhista, aprovada dia 12 de julho de 2017, e a PEC n. 287/20016 da Reforma da Previdência são exemplos desastrosos do desmonte da proteção social em construção no Brasil. Além disso, a Emenda Constitucional n. 95/2016 (Teto dos Gastos Públicos), limita os gastos do governo para os próximos vinte anos, inviabilizando os investimentos nas políticas sociais, especialmente na Seguridade Social (Saúde, Previdência, e Assistência Social), e a consequente garantia dos direitos sociais.

No momento atual, em 2019, já se percebe na prática as consequências e os efeitos das opções políticas e econômicas ocorridas no Brasil em 2018: privatização em alta, cortes orçamentários, desemprego em massa, aumento da população de rua e da desigualdade social. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 16 de outubro de 2019, revelam o aumento dessa desigualdade (IBGE, 2019). A diferença entre o topo e a base da pirâmide da desigualdade, segundo o IBGE, é a mais alta da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. A distância salarial vinha caindo até 2013, ficando estável em 2016. Essa tendência foi revertida a partir de 2017, se alargando em 2018. A pesquisa mostra que aumento da desigualdade coincidiu com a queda no atendimento do Bolsa Família. 1% dos brasileiros ganham 34 vezes mais do que 50% da população. Com isso, o Índice de GINI, que mede a concentração de renda, subiu de 0,537 para 0,545, levando em consideração todas as rendas das famílias (trabalho, aposentadoria, pensões, aluguéis, Bolsa Família e outros benefícios sociais). Esse é o maior GINI desde 2012, ano em que foi publicada a primeira pesquisa (Brasil de Fato, 2019).

Concepções político ideológicos e ético-políticas

Além dos retrocessos econômicos, mas no mesmo caminho deles, analisaremos os retrocessos ocorridos na lógica dos direitos construídas nesses 30 anos da Constituição Federal de 1988. Observa-se que a ação conservadora do Estado gera um processo de destituição de direitos, com um crescente e persistente sucateamento dos serviços públicos, que mostram total descrédito e desrespeito aos direitos consagrados na Constituição de 1988. Os direitos sociais foram conquistados através da ampla mobilização de forças sociais que lutaram pela democratização da sociedade e do Estado no Brasil. E o que temos percebido é que sua concepção e tudo o que significa essa conquista têm se diluído e se perdido nesse caminho. Dessa forma a noção de direitos se esvazia de sentido, assim também como a noção de Estado. Nas palavras de Vera Telles (1994), trata-se do “encolhimento do horizonte de legitimidade dos direitos”, que transforma a noção de direito em privilégio.

Mais uma vez, relembremos a importância da historicidade nas leituras dos processos sociais. A valorização, entendimento e produção de sentido das conquistas requerem um conhecimento do processo histórico vivido no Brasil. O modo como as concepções e valores estão se perdendo de forma tão rápida nos últimos anos deve nos fazer refletir sobre nossa história, sobre a formação política da nossa sociedade, sobre as narrativas construídas sobre essa história e seus processos. O pensamento colonializado, os poderes e privilégios, as relações clientelistas e patrimonialistas estabelecidas no Brasil entre os donos do poder e a população são agora ressignificados e atualizados na prática.

A meritocracia, ideologia tão arraigada em nossa sociedade, ganha cada vez mais defensores. Souza (2013) traz uma reflexão importante sobre a meritocracia a partir da análise sobre a classe média. Segundo o autor

a meritocracia é uma forma de justificação das posições sociais de poder com base no merecimento, normalmente calcado em

valências individuais, como inteligência, habilidade e esforço. Supostamente, portanto, uma sociedade meritocrática se sustentaria na ética do merecimento, algo aceitável para os nossos padrões morais. (SOUZA, 2013, p. 4).

Entretanto, essa justificação ignora as diferenças e características individuais, as histórias, as oportunidades e os meios e condições diversas que interferem na inclusão ou exclusão social. Dessa forma, ela não pode ser utilizada como critérios de valores sociais coletivos e universais (SOUZA, 2013).

Continuando nossa análise, não podemos deixar de ressaltar a onda conservadora que invade nossas relações, e como o Estado e também grande parte da sociedade o tem defendido. O conservadorismo representa um conjunto de posições político-filosóficas, alinhadas com o tradicionalismo, que em geral se contrapõem a mudanças abruptas de determinado marco econômico e político-institucional ou no sistema de crenças, usos e costumes de uma sociedade. Da mesma forma que a meritocracia, o conservadorismo também está arraigado em nossa sociedade, e se concretiza em pensamentos e ações de cunho moral/religioso, a partir do controle, da culpabilização e de ações punitivas e repressivas. Observamos ainda que esse forte moralismo e conservadorismo presente na sociedade estão muitas vezes arraigados também nos profissionais atuantes nas políticas públicas, entre eles, a (o) psicóloga (o). Isso acarreta ações prescritivas, fiscalizadoras e culpabilizadoras das famílias e comunidades mais vulnerabilizadas.

A criminalização dos movimentos sociais é uma das consequências dessa ação conservadora. Além disso, pelo menos quatro dos principais alvos dessa concepção têm relação direta com os conflitos ligados ao tema aqui tratado: questões indígenas, jovens negros favelados, ocupações urbanas e quilombolas. Podemos apontar os principais conflitos ligados a essas questões e de seus desdobramentos no contexto político: o conflito agrário, a guerra ao tráfico nas favelas e periferias, terra e a soberania de comunidades tradicionais, mobilidade, entre

outros. O novo reordenamento da política no país tem impactado nesses conflitos.

Toda essa vivência traz para o sujeito um sofrimento que Sawaia (2002) denomina Sofrimento Ético Político. Para a autora, as desigualdades e exclusões geram subjetividades. Assim, o sofrimento humano é ético e político e não tem origem somente no indivíduo, mas também, nas relações construídas socialmente. Ou seja, as emoções provocadas pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa gera sofrimento e constrói subjetividades

A inclusão a serviço de quem/do que?

Nós psicólogas(os) muitas vezes somos chamadas(os) à tarefa de atuar nos processos de inclusão, seja no espaço escolar, no comunitário, no social, no organizacional e do trabalho, dentre outros. A grande questão que colocamos aqui é a serviço de quem e do que buscamos essa inclusão? Nos parece que muito é requisitado da Psicologia, como a área de conhecimento responsável pela subjetividade humana, pensar justamente nos processos subjetivos ou psicológicos a respeito da dimensão. Não que essa tarefa realmente não faça parte do nosso fazer psi, mas limitar-se somente a isso pode acabar por reduzir a inclusão em apenas aspectos subjetivos.

Nesse sentido, defendemos aqui uma visão que pensar na inclusão, e aqui tomamos a inclusão social, é também olhar para aspectos objetivos e concretos da realidade, ou seja, para fatores e circunstâncias sociais, tais como o atravessamento das políticas econômicas, a falta de políticas inclusivas e de promoção de igualdade, dentre outros, que também interferem na maneira em como entendemos a inclusão. Assim, cabe nos questionarmos também sobre a serviço de quem ou do que a nossa atuação enquanto psicólogas(os) busca atender, e quais os desafios que estão implicados nesse contexto.

Ao olharmos para os espaços das cidades, territórios, comunidades e das ocupações, seja em qual for, vemos algo que é comum a todos

eles, que é marcadamente visível: a desigualdade pode ser vista não só nos indicadores sociais, mas também na própria realidade espacial. Como apontou Santos (2013), o espaço geográfico une, mas nos separa num mesmo território. Fazendo uma análise sobre o vídeo “BH vista de cima”¹, podemos facilmente identificar o quanto a desigualdade pode ser vista no próprio território, quando aspectos como a disposição das ruas, arborização, equipamentos de lazer (quadras, piscinas), as condições das moradias, sendo que nos bairros de classe média alta o metro quadrado de apenas uma casa corresponde ao conjunto de diversas moradias em uma ocupação ou bairro de periferia. Muitas vezes, nos grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, e que é a metrópole retratada no vídeo, essas realidades contraditórias são vistas lado a lado, ou seja, basta andar alguns quarteirões para vermos realidades tão distintas. A denúncia que o vídeo faz é que se compararmos também os índices de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) destes territórios, vemos que aquilo que vemos a olho nu se reflete também nos diferentes números, sendo que os lugares com maiores índices também são os que apresentam melhores estruturas sociais. Assim, é possível verificar que não se trata apenas de uma coincidência, mas do resultado de uma política social que contribui para que tenhamos realidades sociais tão diferentes, resultando em dados que colocam o Brasil em no *ranking* dos países com maior índice de desigualdade social no mundo.

É importante ressaltar que não se trata apenas de uma questão de estrutura física, mas em como esta e tantas outras questões estão associadas de forma a contribuir para essa realidade de desigualdade. Olhar para esses espaços territoriais tão diferentes nos faz pensar também em como o acesso aos direitos são também tão diferentes. Assim, uma reflexão importante que apontamos aqui é que a situação social em que vive o indivíduo interfere em sua subjetividade, ou seja, na maneira em como ele também vivenciará a sua experiência de pertencimento e de inclusão no território em que vive. Nesse sentido,

.....

1 Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=F161PwDa-U>

para Gunder (1996, p. 1 *apud* SANTOS, 2013) os pobres “não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos”.

O termo comunidade diz respeito ao lugar “comum”, ou seja, de certa forma, algo homogêneo. Contudo, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária, é impossível pensar no espaço comunitário, que mesmo dividindo um mesmo território, como algo homogêneo, em um mesmo espaço, diversas realidades são co-existent, visto que não nos referimos apenas a uma proximidade física, mas também a uma dimensão de inclusão, na qual as pessoas podem dividir o mesmo espaço, mas não necessariamente fazer parte da mesma comunidade (GÓIS, 2005).

A partir do olhar da Psicologia Social Crítica, é importante problematizar que os espaços e comunidades também são marcados pela lógica de um modelo capitalista, na qual o individual está colocado em contraposição ao social o tempo todo. Assim, viver em comunidade também passa a ser um desafio numa sociedade na qual a ideologia neoliberal está posta, visto que é comum a esse modelo o lugar da exclusão. Deste modo, Sawaia (2002) considera que a exclusão social é um processo sócio histórico e complexo, e que por isso é mais adequado falar em uma dialética da inclusão/exclusão, vistas as diversas contradições existentes na sociedade. A sociedade exclui para incluir, mas essa inclusão acaba por constituir uma inclusão perversa, ou seja, o indivíduo é integrado de forma precária à sociedade, pois sua participação não é total, porque acaba não tendo acesso aos bens sociais e culturais da mesma forma que as pessoas mais privilegiadas e de alto poder aquisitivo.

A partir dessa crítica, é sensível analisar que a exclusão não é uma consequência, mas parte do objetivo do próprio modelo, no qual segregar é parte constituinte das relações de poder, movimento no qual Nasciutti (2007) entende como uma forma de instituição social, pois a invisibilidade social e a exclusão passam a ser algo institucional, ou seja, socialmente legitimadas.

Por meio desta análise, entendemos que a inclusão vai muito mais além do que a inserção social, pois como pontua Sasaki (1997), no movimento de inclusão, é preciso olhar para as contradições e desigualdades ao mesmo tempo em que se busca condições de equidade. Assim, a inclusão deve considerar também o sentimento de pertença dos indivíduos pelo seu espaço social e comunitário, ao mesmo tempo em que deve ter a sua subjetividade respeitada (SHORE *et al.*, 2011). Incluir significa compreender o apreço e valorização do sujeito em relação à sua participação social, econômica, política e cultural dentro de sua comunidade (CRAWFORD, 2003).

E qual é a saída?

Sem pretensões de apontar uma única e resolutiva saída, até porque as questões levantadas por nós são amplas, gostaríamos de propor algumas reflexões. Uma delas é a respeito da coletividade. Entendendo que a comunidade vai muito além do instituído, visto que ela tem uma forma de organização completamente singular, dentro de micro e macrossistemas, à luz da Psicologia Social Crítica acreditamos que uma das saídas é a aposta na autogestão e no empoderamento comunitário, considerando as pessoas que habitam os territórios como agentes ativos de transformação e de resistência, na mesma direção colocada por Rocha de que:

A potência da multidão reside em seu poder constituinte, que por sua vez é um exercício de resistência na invenção de formas democráticas de participação política. A multidão opõe-se à massa pelo fato de que não vem a constituir-se como unidade nem é homogênea. (ROCHA, 2012, p. 6).

Acreditamos e defendemos que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem um posicionamento e um compromisso ético em defesa da garantia de direitos de todos, numa busca pela igualdade social e

de inclusão. Assim, nós psicólogas(os) precisamos exercer uma postura ética-política em nossa prática profissional, considerando também o horizonte ético-político no qual estamos submetidos, de forma a buscar as potencialidades dos indivíduos e dos coletivos, despindo de preconceitos e de visões modeladoras e normatizadoras em relação ao outro, as famílias, as comunidades etc. Entender que estamos submetidos a diferentes relações de poder, sobre as quais precisamos criar um movimento de resistência.

Outro caminho importante é que precisamos estar junto das minorias sociais, colaborando para um movimento de empoderamento e de participação social, refletindo sobre o que nos une, visto que as divergências internas nos enfraquecem, especialmente no momento político em que estamos vivendo. É preciso potencializar a participação social, visto que:

A potência da multidão reside justamente na riqueza de sua heterogeneidade, suas singularidades, que circunstancialmente se agenciam através de esquemas de cooperação, redes autônomas que se cruzam. São dessas formas associativas e solidárias que advém o poder constituinte da multidão, sua capacidade de resistir à racionalidade capitalística e sua capacidade de inventar outras racionalidades que devolvam a potência à vida. (ROCHA, 2012, p. 6).

Embora a perspectiva neoliberal se utilize de inúmeros mecanismos para dividir a sociedade, é por meio da ação coletiva que são criadas condições concretas para a justiça social. É necessário que tomemos uma direção ético-política que recuse a adoção de abordagens conservadoras, autoritárias ou disciplinadoras, que individualizam, moralizam ou patologizam/terapeutizam a questão social, culpabilizando ou criminalizando os sujeitos pela sua condição de pobreza.

Enquanto psicólogas(os), somos chamadas a lutar por um Estado que recupere a capacidade de direção política e reconstrua as bases de legitimidade social junto à população, recusando, portanto, qualquer padrão minimalista para seu funcionamento negando essa máxima

neoliberal de que o Estado deve ser mínimo, pois a estrutura estatal deve estar a serviço de seus cidadãos, guiado por um compromisso social e não por uma lógica excludente e de mercado.

Referências

CRAWFORD, C. **Towards a common approach to thinking about and measuring social inclusion**. Toronto: L'Institut Roehrer, 2003.

GÓIS, Cezar W. de Lima. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNAD**. Brasília, DF: Autor, 2019. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. de F. (Ed.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 100-126.

ROCHA, Tatiana G. da. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 3, n. 4, p. 1-6, 2012. Recuperado de <https://www.gjcpp.org/pdfs/2012-Lisboa-063.pdf>

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 100-116.

SHORE, L. M.; RANDEL, A. E.; CHUNG, B. G. et al. Inclusion and diversity in work groups: A review and model for future research. **Journal of Management**, v. 37, n. 4, p. 1262-1289, 2011. Recuperado de <http://doi.org/10.1177/0149206310385943>

SOUZA, Renato S. de. **Desvendando a espuma: o enigma da classe média brasileira**. Recuperado de <http://jornalggn.com.br/autor/renato-santos-de-souza-ufsm-rs>

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.



Ética e participação na prática de pesquisa:

contribuições para o pensamento crítico em Psicologia Social

Camila Claudiano Quina Pereira

Pedrinho Arcides Guareschi

Frederico Viana Machado

Introdução

Este capítulo parte de discussões realizadas no XXI Encontro da Regional Minas da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO Minas), na mesa intitulada “Ética em tempos de crise: contribuições para o pensamento crítico em Psicologia Social”, composta por Pedrinho Arcides Guareschi (UFRGS), Maria das Graças de Lima (Unipaulistana/ABRAPSO Nacional), Frederico Viana Machado (UFRGS), sob a coordenação de Camila Claudiano Quina Pereira (Univás/Núcleo Sul de Minas).

Nossa proposta aqui é discutir as implicações éticas nas pesquisas e intervenções realizadas na perspectiva da Psicologia Social, como uma forma de tensionar e aprofundar o relativamente recente debate sobre

a regulação da ética em pesquisa com seres humanos (CARVALHO; MACHADO, 2014). Por um lado, lidamos com uma série de regulamentos formais, tais como resoluções do Conselho de Psicologia e do Conselho Nacional de Saúde, que pretendem assegurar que a pesquisa seguirá princípios éticos e não causará danos para as pessoas que com ela colaboram. Por outro lado, argumentamos que nada disso garante que de fato esta investigação será útil para as pessoas, que a postura ética na investigação foi assegurada e não impede que as relações de poder existentes na relação pesquisador-pesquisado sejam mantidas.

Além disto, a estruturação dos protocolos que supostamente garantem a postura ética e protegem os “sujeitos” da pesquisa, tais como roteiros predeterminados e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, podem contribuir para manter a assimetria entre a academia e território, e reproduzir as desigualdades sociais e relações de opressão que condicionam a vida de grande parte das pessoas, sobretudo aquelas nos quais os/as psicólogos/as sociais têm sido convocados/as a trabalhar. Pensar o comprometimento social e político do trabalho de pesquisa passa por reconhecer que é nossa responsabilidade responder às expectativas e demandas provenientes do território. Por esta razão, metodologias participativas podem ser uma alternativa eficiente para que nosso trabalho seja construído de forma coletiva e, sobretudo, possa promover transformações afinadas com as demandas sociais.

Para aprofundarmos o debate sobre ética em pesquisa, trataremos sobre a implicação do pesquisador/a no território, discutindo dois casos de investigações que trazem elementos para questionar a padronização de procedimentos na regulação da pesquisa. Estes casos nos ajudarão a reconhecer as implicações na relação pesquisador/pesquisado e pensar estratégias para que nossas pesquisas sejam acessíveis e úteis para a comunidade e respondam a princípios éticos em uma perspectiva processual e não procedimental. Antes, apresentaremos alguns elementos teóricos sobre ética em pesquisa que fundamentam a discussão dos casos.

Importante ressaltar que a Psicologia Social Crítica, sobretudo a que é desenvolvida ao redor da ABRAPSO, já dava uma grande importância ao conceito de ética, associada, inclusive, à noção de “crítica” e a um caminho para questionar desigualdades e denunciar injustiças (PLONER *et al.*, 2008). Nesta perspectiva, a ética deve ser compreendida como radicalmente relacional e reflexiva, inacabada e tomada como instância crítica para questionar o que está pronto e institucionalizado (GUARESCHI, 2008). Como argumenta Guareschi (2008, p. 23), a “crítica resgata a dimensão ética de toda ação humana. Mas ao mesmo tempo não fecha a questão sobre a presença de uma dimensão ética específica”.

1. Sobre a ética na pesquisa: foco nos documentos e resoluções ou nas pessoas?

Antes de discutirmos diretamente os casos de pesquisa e suas questões éticas, paramos um instante para refletir sobre alguns pressupostos epistemológicos que na verdade estão sempre presentes e são inevitáveis, se assumimos que a epistemologia discute o que é saber e como se conhece. Ninguém pode duvidar que o pesquisar, e a pesquisa, são também “saberes”. Dois pontos que poderão contribuir para nos questionarmos sobre os pressupostos do ato de pesquisar e que carregam consigo, direta ou indiretamente, questões referentes à ética.

O primeiro tem a ver com uma reflexão – e com experiências – que poderiam ser chamadas de “círculos epistemológicos” (ROMÃO *et al.*, 2006). Ele parte de uma das intuições mais profundas de Paulo Freire no campo da pedagogia, com consequências éticas bem visíveis. Sabe-se que Freire começava seus “encontros” com as pessoas que desejavam ser alfabetizadas com os chamados “círculos de cultura”. O pressuposto que fundamentava esses círculos era o de que: “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1987, p. 68). Tal pressuposto é revolucionário tanto no campo da epistemologia como da pedagogia. Jovchelovitch (2008)

discute em profundidade o que significa “saber”, e mostra que é impossível afirmar que há diferenças de saberes, pois o saber é uma experiência absolutamente única, pessoal. Ela também mostra que o próprio conhecimento é um saber, e que não há diferença entre um saber que se queira racional, apenas cognitivo, que alguns denominam conhecimento, e os outros saberes. Todo saber/conhecimento está impregnado de afetos, valores, crenças etc. Nos “círculos de cultura” todos sabiam, partilhavam seus saberes, e não havia o que ensinava e o que aprendia. Como Freire dizia: ninguém ensina nada a ninguém, aprendemos juntos, mediados pelo mundo.

Apliquemos isso agora à pesquisa. Ela também é um saber. O pesquisador não é um privilegiado que detém esse saber especial. Os supostos pesquisandos também possuem um saber sobre aquilo que desejamos pesquisar/saber. Os círculos epistemológicos, desse modo, seriam os círculos de cultura aplicados à pesquisa. As teses de doutorado de Aline Accorssi sobre “pobreza” com moradores de periferia (ACCORSSI, 2011) e a de Cristiane Redin sobre “As Representações Sociais de usuários da Assistência Social” (REDIN, 2014) trabalharam com esse método com excelentes resultados.

Um segundo ponto, agora mais referente à metodologia, é o que os pesquisadores Martin Bauer e George Gaskell (2004) chamaram, entre outras, de uma boa prática de pesquisa: a “validação comunicativa”. Esse método consiste em que os pesquisadores, após terem chegado a alguns resultados que a seu ver se mostravam fundamentados nas falas ou práticas dos investigados, retornassem aos seus sujeitos para testar e, até certo ponto, validar melhor os resultados obtidos. Evidentemente, nem sempre isso é possível, mas em muitos casos tal prática contribuirá muito para que se tenha presente a dimensão ética em nossas investigações.

No entanto, é preciso reconhecer que ao propor a discussão sobre a postura ética nas pesquisas, comumente vem à tona questões relacionadas às prescrições e normatizações, tais como os códigos de ética elaborados para servir como um parâmetro para as práticas de

pesquisa e proteger os participantes quantos aos riscos provenientes da investigação. Tal como o Código de Nuremberg (1947), a Declaração de Helsinque (1964) e as resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Entende-se por “ética prescritiva” as prescrições éticas materializadas em resoluções e outros códigos com características disciplinares que visam assegurar que tais orientações sejam cumpridas. Trata-se de uma ética baseada em uma moral contratual, como um conjunto de valores e regras provenientes de uma determinada época e sociedade (SPINK, 2000). Estas normas abarcam os aspectos amplos da pesquisa, para fins de generalização e aplicação em qualquer contexto, portanto, não alcança as especificidades que lidamos no cotidiano das pesquisas em Psicologia Social.

Nas pesquisas sociais reconhece-se que estas diretrizes oficiais não são suficientes para garantir uma postura ética na investigação. As discussões sobre a inadequação do sistema CEP/CONEP para avaliação de pesquisas em ciências sociais e humanas reclamam de uma padronização da regulação ética, com grande enfoque na problemática da subordinação das ciências sociais às ciências naturais e biomédicas (FLEISCHER; SCHUCH, 2010; GUERRIERO; MINAYO, 2013; VÍCTORA *et al.*, 2004).

É preciso avançar para uma ética da responsabilidade, pautada em uma competência ética de todos os envolvidos neste processo, uma ética dialógica, que implica em uma postura processual, compreendendo a ética não como uma prescrição, mas como algo que é negociado e construído (CORDEIRO *et al.*, 2014; SPINK, 2000). Conforme alerta Spink (2000, p. 20) “pesquisador e pesquisado estão, necessariamente, inter-relacionados desde o momento do primeiro encontro até as últimas ressonâncias do processo de interpretação dos dados”, por isso, a competência ética supera as prescrições apresentadas nos documentos, sendo que os colaboradores de nossas pesquisas são nossos interlocutores durante todo o processo, inclusive no momento da divulgação dos resultados. Muitas pesquisas ao serem publicadas conferem autoridade pública a movimentos sociais, ou produzem dados que são utilizados em disputas políticas, o que demanda uma

aproximação entre instâncias de regulação da ética em pesquisa e os atores políticos envolvidos (MACHADO; MACHADO, 2017). Devemos reconhecer que “sem a colaboração dos nossos sujeitos não teríamos os dados necessários para o processamento e interpretação das informações (SPINK, 2000, p. 20). Logo, são os co-autores neste processo de produção de informações.

Argumentamos que a reflexividade é uma postura imprescindível neste processo, que implica “questionar e analisar os pressupostos teóricos que nos orientam, as posições e os lugares que ocupamos como pesquisadores” (BRIGAGÃO, 2016, p. 363). Portanto, reconhecer que a relação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma assimétrica – afinal as relações de poder nos parecem inevitáveis – mas também complementar, já que o trabalho de pesquisa envolve direta e indiretamente um conjunto de atores que farão parte da construção e/ou serão destinatários dos conhecimentos construídos.

2. Pesquisando no território: os casos de análise

2.1. Problematizando a dialogicidade na transmissão dos resultados da investigação: o caso da pesquisa na região de M’Boi Mirim - SP.

Quando pesquisamos no território, reconhecemos a necessidade de estarmos inseridos no cotidiano de vida nas pessoas, a fim de criar um canal de comunicação para conhecer o contexto e as questões que os afetam: “principalmente, se nossas questões fazem sentidos para elas e em que medida desejam colaborar com a nossa pesquisa” (BRIGAGÃO, 2016, p. 366). Um exemplo são as pesquisas realizadas por uma rede de pesquisadores/as orientados por Mary Jane Spink e Peter Spink, na região de M’Boi Mirim, zona sul de SP, que se destaca pelos altos índices de exclusão social na cidade, com expressivas taxas de violência e moradias em área de risco.

Observa-se a preocupação destes investigadores em manter a dialogicidade nas interações face a face nos locais da pesquisa, por exemplo, com

a participação efetiva nos fóruns da região, parcerias com organizações sociais e comunitárias, sobretudo com a Sociedade dos Santos Mártires. Destacamos os esforços desses pesquisadores em compartilhar as informações construídas no percurso da investigação, como, por exemplo, a criação da Estação de Pesquisa M'Boi Mirim, sediada no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo – CEAPG da FGV-SP. Trata-se de um repositório digital onde são disponibilizados os relatórios, artigos, dissertações e teses provenientes da pesquisa, de forma que sejam acessíveis e sirvam para outras ações, tais como embasar os fóruns locais e suas reivindicações, as práticas de profissionais da rede de cuidados e, até mesmo, para a formulação de políticas públicas para o bairro.

Ao tratar sobre a inserção dos pesquisadores nas comunidades, na ocasião do IV Encontro de Rede (Pós) Construcionista, no ano de 2018, Peter Spink comentou que quando iniciou seu trabalho nesta região, as pessoas estavam receosas e desanimadas com a quantidade de pesquisadores que chegavam no bairro, obtinham as informações e nunca mais voltavam para contar o que foi feito. Por esta razão, ao realizar a pesquisa, faz o seguinte compromisso com as pessoas: eles (pesquisadores) não vão embora; o que for produzido ali, fica ali; e o que for para o outro lado da ponte (na academia), vai voltar. Um exemplo disto foi o livro *Viver em Áreas de Risco*, de Mary Jane Spink (SPINK, 2019), que foi lançado no bairro e distribuído gratuitamente para as pessoas que participaram do estudo, inclusive repassado uma quantidade dos exemplares para a Sociedade dos Santos Mártires, a fim de que este conhecimento compartilhado possa ter outras utilidades. Além disso, a autora disponibilizou a obra em formato *e-book*, para acesso gratuito na versão digital, somando esforços para que as informações sejam acessíveis e úteis.

Este posicionamento nos remete ao compromisso do pesquisador para que as pessoas de fato tenham acesso às informações produzidas ali, e mais, considerá-los como co-autores, contribuindo assim para uma relação mais simétrica entre os envolvidos no objeto de estudo.

A problematização sobre o acesso às informações é visível inclusive na defesa dos trabalhos. No dia da defesa de doutorado de Roberth

Tavanti (TAVANTI, 2018), observamos uma cena incomum nos corredores da universidade: representantes dos movimentos sociais e outras lideranças do bairro ocuparam as cadeiras do auditório. A pesquisa, que foi concebida na região de M'Boi Mirim, teve o objetivo de estudar as manifestações políticas e culturais na periferia, razão esta que permitiu ao investigador circular pelo bairro, experimentar o dia-a-dia na comunidade, participar de diversos saraus, envolver-se com as questões que afetam as pessoas que vivem neste local, participar de eventos culturais e, inclusive, fazer amizades.

Por esta razão, o autor convidou todas estas pessoas para o prestigiarem no ato da defesa. Logo, dois personagens principais desta história, que eram os coordenadores do sarau que foi foco do estudo, ocuparam seus lugares ao lado do pesquisador, como se juntamente, fossem defender a pesquisa. No desenrolar na história, vibravam. Em outro momento afligiam-se. Para nossa surpresa, após a arguição da banca, a presidenta da comissão de avaliação passou a palavra para que eles pudessem fazer suas considerações. Nesta arguição, nada comum, numa linguagem nada acadêmica, mas de fato genuína, relataram que muitas pessoas os procuravam para fazer entrevistas, mas era a primeira vez que foram convidados para a apresentação dos resultados. Nos demais casos, sequer tinham informações sobre que fim teve aquela entrevista. Tal situação provocou os participantes da banca, intelectuais renomados, a questionarem que na verdade, aquela defesa deveria acontecer na comunidade, juntamente com as pessoas que construíram aquele conhecimento e, mais ainda, que aquelas pessoas estariam mais aptas para fazer a avaliação e, de fato, dizer se aquilo que foi produzido e traduzido nas páginas da tese era coerente com a realidade vivenciada pelos moradores.

Este pesquisador, imerso no território da pesquisa, não se limitou ao contexto da pesquisa, mas também ajudou a organizar eventos, participou de passeatas e, embora a pesquisa de doutorado tenha encerrado, sua participação na comunidade teve outros desdobramentos. Conforme alerta Brigagão (2016), a inserção no território gera expec-

tativas, por isso a necessidade de se fazer uma pesquisa comprometida e responsável. Para a autora, estas expectativas não concernem apenas ao anseio para acesso aos resultados do estudo, mas está voltada para as problemáticas locais, afinal, por estarmos inseridos nestes espaços, circular nos locais e sermos vistos como especialistas, podemos nos tornar referência como um profissional com o qual a comunidade pode contar para solucionar os problemas que estão além daquele previsto na pesquisa: “ao fazer pesquisa, a colaboração é um processo de mão dupla: esperamos que os/as outros/as colaborem conosco e estamos dispostos a colaborar com eles/as” (BRIGAGÃO, 2016, p. 367).

2.2. Pesquisando a participação social na atenção básica: o caso dos Conselhos Locais de Porto Alegre

A pesquisa intitulada “Desafios da Participação Social na Atenção Básica: Análise dos Conselhos Locais de Saúde na Cidade De Porto Alegre” visava conhecer a estrutura institucional e dinâmica de funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) implantados nas Unidades de Saúde de Atenção Básica de Porto Alegre. Queríamos mapear e analisar as ações desenvolvidas pelos CLS, bem como suas potencialidades, as experiências exitosas, os desafios e os impactos destes arranjos participativos na política de saúde local.

A pesquisa foi uma iniciativa do Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAPPACS/UFRGS) em parceria com o Conselho Municipal de Saúde (CMS) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Inicialmente, o LAPPACS se interessou pelas questões trazidas por estagiários e residentes da universidade que desenvolviam práticas nos serviços de atenção básica. Entretanto, ao fazermos a primeira aproximação com o campo, notamos que algumas de nossas inquietações já haviam sido respondidas pelo trabalho da equipe técnica do CMS e outras eram também demandas levantadas por eles. Assim, iniciamos um trabalho conjunto para projetar e executar uma pesquisa que atendesse aos

objetivos acadêmicos, técnicos e políticos que articulavam os atores envolvidos. Os problemas de investigação, os objetivos, a construção dos instrumentos e a devolução da pesquisa foram pensados conjuntamente de forma participativa.

O processo de construção do questionário utilizado na pesquisa reflete este momento recíproco entre interesses acadêmicos e organizacionais. Inicialmente, tínhamos um questionário com perguntas abertas, que usamos nas primeiras entrevistas exploratórias. Nas idas a campo, descobrimos que havia um questionário quantitativo elaborado pelos técnicos do CMS para levantar dados sobre os CLS. Nossa equipe elaborou uma síntese destes dois instrumentos e, na medida em que submetemos esta versão do questionário à testagem e ao diálogo com os integrantes do CMS, chegamos a versão final que foi efetivamente aplicada.

Como é comum em pesquisas de campo, os informantes manifestam incompreensões sobre os objetivos da pesquisa, seus efeitos, e reclamam que não obtêm qualquer retorno sobre os resultados. Os informantes expressaram a sensação de estarem sendo “usados” por acadêmicos que fazem suas pesquisas e não retornam para discutir um trabalho que na verdade foi construído com a colaboração dos “sujeitos pesquisados”. Deste modo, o trabalho de campo nos fez assumir o compromisso ético de retornar os resultados da pesquisa aos participantes. Para tal, após o término do trabalho de campo, elaboramos em conjunto com o CMS oficinas de devolução e discussão dos resultados.

Buscando aprofundar nosso compromisso ético com o território, projetamos uma oficina que deveria ser: interventiva, pois esperávamos produzir efeitos entre os participantes; (a) formativa, por possibilitar a construção de novos saberes, pois uma das demandas mais frequentes era a ausência de capacitações em participação social; (b) descentralizada, buscando a diversidade dos territórios, com representação nas diversas regiões da cidade e integrando trabalhadores e usuários; (c) participativa, por incluir as diversas perspectivas das pessoas envolvidas em todo o processo de construção, que puderam ser ouvidas

contribuindo para a própria análise dos resultados e projetando conjuntamente os desdobramentos da pesquisa; (d) inclusiva, ofertamos lanche, pois sabemos que muitos participantes teriam dificuldade em comprar alimento nas redondezas da universidade e optamos por oficinas aos sábados, para atender aos usuários e trabalhadores que trabalham. Esta oficina pode ser vista como um exemplo de validação comunicativa, que apresentamos acima (BAUER; GASKELL, 2004)

Essa parceria rendeu o convite para a construção do livro *25 anos do Conselho Municipal de Saúde POA*, para o qual escrevemos um capítulo para este livro em coautoria com uma funcionária do CMS, intitulado “Os Espaços de Controle Social como possibilidade de formação e o papel estratégico da Educação Permanente” (MACHADO *et al.*, 2018). Esta escrita simboliza a troca de saberes e a construção conjunta que procuramos desenvolver como parte de nosso compromisso ético com os princípios epistemológicos que garantem a excelência do trabalho acadêmico, mas sobretudo com as necessidades dos territórios e de seus habitantes.

Um indicativo de que nossa estratégia deu resultado, ao menos no que tange a preocupação com a construção de relações éticas no cotidiano da pesquisa, no estabelecimento de relações de confiança e na aposta em um ecologia de saberes (SANTOS, 2000), foi o LAPPACS ter sido indicado e vencido, na categoria Comunicação em Saúde, o Prêmio Destaque em Saúde 2019. Este prêmio é desenvolvido pelo CMS e na entrega os apresentadores proferiram o seguinte discurso:

O LAPPACS/UFRGS, criado em 1999, tem o objetivo de desenvolver atividades de ensino pesquisa e extensão relacionadas à análise de políticas públicas, movimentos sociais e saúde coletiva. A parceria entre o CMS/POA e o LAPPACS, entre 2016 e início de 2018, tornou possível a realização de uma pesquisa em 32 CLS, que analisou a estrutura institucional e a dinâmica de funcionamento. Investigando, ainda, o perfil dos participantes e como influenciam no funcionamento dos serviços e na política municipal voltada para a participação e o controle social. Em 2018, nos dias 24 de novembro e 1º de dezembro, o CMS/POA

e o LAPPACS realizaram uma importante oficina para apresentar os resultados da referida pesquisa “Desafios da Participação Social na Atenção Básica: Análise dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) na Cidade de Porto Alegre”. Também, a partir dos resultados dessa pesquisa, esta instituição contribuiu intensamente para a divulgação e disseminação do controle social do SUS através da cartilha elaborada e entregue aos participantes. Tudo isso influenciou, inclusive o planejamento do CMS/POA.¹

Para concluir, um trecho de nosso discurso de agradecimento:

Esta premiação significou muito para nós, pois o reconhecimento do CMS nos indica que estamos no caminho certo para produzirmos conhecimento afinado com as necessidades da gestão e dos territórios, e também com a democratização da sociedade. É combustível para seguirmos apostando na participação popular e nos serviços públicos mesmo em contextos tão obscuros e avessos à democracia².

Esta experiência é uma tentativa de desenvolver pesquisas questionando as assimetrias de saberes que colocam a ciência como detentora da “Verdade”, com V maiúsculo, em detrimento dos saberes produzidos nos territórios e pelos movimentos sociais. Tal como na noção de “círculos epistemológicos” (ROMÃO *et al.*, 2006), partimos do pressuposto de que os atores participantes da pesquisa produzem saberes, seu trabalho também resulta de/em construções teóricas.

Considerações finais

Propomos que a aprovação no comitê de ética e o uso do termo de consentimento livre e esclarecido não é o suficiente para assegurar uma postura ética na relação pesquisador-pesquisado. O fato de aten-

.....
1 **Prêmio Destaque em Saúde, 2019.** CMS/POA, Porto Alegre/RS. (discurso dos apresentadores).

2 LAPPACS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

der aos aspectos normativos, tais como as resoluções do CNS, não garante que as pesquisas serão úteis para as pessoas, transformativas para os territórios. Em outras palavras, os aspectos normativos não garantem que o exercício da crítica seja capaz de resgatar a dimensão ética das ações humanas (GUARESCHI, 2008). A investigação gera expectativas não apenas quanto aos seus resultados, mas também um anseio da população pesquisada de que os cientistas poderiam contribuir com soluções para problemas locais.

A pesquisa social implica assumir um posicionamento ético e político, propondo um diálogo com todas as pessoas envolvidas no estudo. É um processo de constante reflexão a respeito das implicações éticas e os efeitos de nossa presença nos espaços que não são nossos, afinal, após a “coleta de dados”, nós vamos embora, por isso, é preciso pensar alternativas para que a assimetria nestas relações possa ser minimizada, bem como as distâncias geográficas e sociais. Compreende-se a pesquisa como uma prática colaborativa, construída a muitas mãos.

Por isso, é necessário refletir a respeito da devolutiva das informações, e propor alternativas para que nossas produções acadêmicas sejam traduzíveis e acessíveis, afinal, sabemos que a escrita acadêmica é normatizada por regras e circulam entre um público muito específico. Portanto, convidar as pessoas a participar dos processos de validação do conhecimento produzido, propor oficinas e outras metodologias para que as informações voltem para o local onde foi produzido, pode ser uma opção para contribuir com o contexto no qual pesquisamos. Isto torna-se ainda mais premente quando estamos trabalhando junto com populações que estão sendo vulneradas por conta das desigualdades e opressões sociais. É preciso voltar-se para os pequenos grupos, dialogar com as pessoas e juntos propormos soluções ou estratégias de enfrentamento. Portanto, argumentamos a necessidade de se pensar pesquisas comprometidas política e socialmente, que sejam úteis para o público investigado e que compreendam o conhecimento como sendo uma construção coletiva.

Referências

ACCORSSI, A. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Metodologia Qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRIGAGÃO, J. I. M. Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 16, n. 2, p. 363-372, 2016.

CARVALHO, I. C. M.; MACHADO, F. V. A regulação da pesquisa e o campo biomédico: considerações sobre um embate epistêmico desde o campo da educação. **Práxis Educativa**, v. 9, p. 2, 2014.

CORDEIRO, M. P.; FREITAS, T. R.; CONEJO, S.; LUÍS, G. M. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J. *et al.* (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 31-56.

FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica**. 1. ed. Brasília, DF: Letras Livres; Editora da UnB, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUARESCHI, P. A. Ética e paradigmas na psicologia social: Ética e paradigmas. In: PLONER, K. S. *et al.* (Org.). **Ética e paradigmas na psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 18-38. Recuperado de <http://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>

GUERRIERO, I.; MINAYO, M. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, 2013.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do Saber – Representações Sociais, Comunidade e Cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, F. V.; MACHADO, P. S. Assimetrias na regulação da ética em pesquisa: Notas sobre as potencialidades políticas e pedagógicas do Sistema CEP/ CONEP. In: SANTOS, L. H. S; KARNOPP, L. B. (Org.). **Ética e pesquisa em**

Educação: questões e proposições às Ciências Humanas e Sociais. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 139-160.

MACHADO, F. V.; BAPTISTA, G. C.; ALENCAR, H. H. R. Os Espaços de Controle Social como possibilidade de formação e o papel estratégico da Educação Permanente. In: BAPTISTA, G. C.; ALENCAR, H. H. R.; LUCAS, L.; ALTAMIRANO, M. M. (Org.). **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre: 25 anos de lutas e realizações no exercício do controle social no SUS**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2018, p. 28-37.

PLONER, K. MICHELS, L. SCHLINDWEIN, L.; GUARESCHI, P. (Org.). **Ética e paradigmas na psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Recuperado de <https://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>

REDIN, C. D. **A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROMÃO, J. E. *et al.* Círculo epistemológico círculo de cultura como metodologia de pesquisa. **Educação & Linguagem**, Universidade Metodista de São Paulo, n. 13, p. 173-195, 2006.

SANTOS, B. **A Crítica da Razão Indolente**. Porto, PT: Afrontamento, 2000.

SPINK, M. J. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, v. 31, n. 1, p. 7 – 22, 2000.

SPINK, M. J. **Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais**. São Paulo: Terceiro Nome; EDUC, 2019.

TAVANTI, R. M. **A rebelião das andorinhas: saraus como manifestação político-cultural na zona sul de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.; MACIEL, M.; ORO, A. (Org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 2004, p. 21-32.



Psicologia Social Crítica, Direitos Humanos e Políticas Públicas:

Fazeres, angústias e resistências

Arnaldo Mesquita Santos Júnior

Sonia Sissy Kelly Lopes

Maria das Graças Marchina Gonçalves

Emerson F. Rasera

Introdução

O que pode fazer a Psicologia Social Crítica quanto à defesa dos Direitos Humanos, à construção e manutenção das políticas públicas, principalmente em um contexto de retrocesso como o que vivemos? Talvez esta seja uma (de tantas outras) perguntas que provocam esta reflexão. Para respondê-la, múltiplos olhares e experiências: da vida que se confunde em luta para sobreviver e sobrevivendo, luta constante por direitos; das reflexões teórico-políticas que fazem a caminhada da Psicologia Social e que nos impulsionam (ou

não) neste momento; da construção de uma política pública que possibilita a manutenção de direitos e o reconhecimento de uma população no espaço universitário.

A produção do saber e das práticas que pautam a Psicologia Social está, ou ao menos deveria estar, ligada às vidas cotidianas, seja de quem produz, seja “sobre” o que/quem se produz. Isto sem dúvida nenhuma coloca-nos num lugar de produção que reconhece as diversas experiências e produz com e a partir delas.

Neste sentido, buscamos refletir neste texto a partir de três lugares-práticas distintos, que se tocam, e que nos provocam a pensar o nosso fazer de pessoas, de militantes, e de produtores do conhecimento. Neste último, muito maior deve ser o nosso “compromisso”, pois o papel de quem produz conhecimento “é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso” (FOUCAULT, 2016, p. 132-133).

Acreditamos que o tempo em que vivemos nos traz desafios específicos, principalmente no cenários sócio-político brasileiro (e não somente), no qual as conquistas e os direitos produzidos desde o processo de redemocratização vêm sendo ameaçadas, quando não destruídas, por uma (necro)política violenta, que não reconhece direitos, a diversidade, e que busca, perversamente, fazer morrer aqueles e aquelas que não lhes servem, principalmente aos seus interesses de produção e mercado.

Longe de querermos desanimar, pensamos que ouvir as histórias e experiências das pessoas que estão na luta, assim como as experiências que vêm sendo construídas, nos levaram a refletir sobre o nosso fazer, sobre o fazer da Psicologia Social, e principalmente sobre as (im)possíveis formas de resistir. Este é o objetivo principal deste texto: provocar reflexões sobre as nossas dificuldades e necessidades, para dar impulso à construção de resistências, de luta, de uma Psicologia comprometida com a transformação da sociedade, em uma sociedade onde todas e todos sejam reconhecidos e tenham seus direitos garantidos.

Direitos humanos e políticas públicas: luta pela vida, luta para sobreviver

“Nós resistimos, porque nós não existimos”

Sonia Sissy

Me chamo Sonia Sissy Kelly Lopes, sou uma travesti idosa. Fui uma prostituta na ditadura militar. A minha luta começou logo muito cedo, desde que saí da casa dos meus pais, aliás, antes de sair a luta já havia começado, porque eu tinha certeza absoluta que eu tinha que abandonar a minha casa, porque a minha família não ia entender a minha orientação sexual e minha identidade de gênero. Se a família nos põe na rua, se a escola não nos acolhe, se o mercado de trabalho não nos aceita, como vamos fazer?

A minha luta começou cedo, pela minha vida, luta pela vida.

Dentro do movimento social, eu iniciei meu ativismo na redução de danos, dentro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, vivendo e convivendo com HIV/Aids, a luta também pela saúde. A gente avançou bastante dentro do quesito saúde, com a pasta da Aids. A gente conseguiu trabalhar as questões de vulnerabilidade e conseguiu trabalhar os direitos humanos da população LGBT. Avançamos bastante, mas nesses últimos anos a gente percebe um retrocesso geral nas políticas já conquistadas. A gente tem que estar muito atentos para que a gente não perca todos os nossos direitos já conquistados, garantidos, com muita luta, com muito trabalho dos movimentos sociais.

Em Belo Horizonte, tenho focado bastante dentro do fórum de população em situação de rua, os direitos das pessoas trans em situação de rua, e/ou em trajetória de rua, no uso do seu nome social e da sua identidade de gênero, nos equipamentos sócio-assistenciais da prefeitura de Belo Horizonte. Graças a Deus, conseguimos avançar. Precisamos de mais conquistas, precisamos de mais abrigos para o

gênero feminino, para que possamos incluir nossas mulheres travestis e transexuais nesses abrigos. Mas, não queremos mais também, apenas abrigos. Abrigo é apenas o passo inicial. Nossa luta maior é por moradia.

Para a população em geral, a população de rua é marginal, é vagabunda, é preguiçosa, não quer trabalhar. Porque, muitas vezes, as pessoas aproximam da população de rua, não sendo população de rua, trazendo esse estigma para a gente de traficante, marginal. São pessoas que infiltram no nosso meio e acabam fazendo com que nós sejamos vistas como marginais ou pervertidas. Esquecem que existe na população de rua, assim como em qualquer outro local, filósofos, médicos, engenheiros, serventes de pedreiro, pedreiro. Mas a partir do momento em que você tem uma trajetória de rua, você não tem mais oportunidade no mercado de trabalho. Assim como uma pessoa que passou pelo sistema prisional não tem mais oportunidade também. É um país heterocisnormativo, né? A partir do momento em que perguntam o seu endereço, e o seu endereço é de uma instituição, eles te descartam automaticamente.

O que leva uma pessoa a ter uma situação de rua é o vínculo familiar fragilizado ou rompido. Normalmente, a maior parte é masculina, porque socialmente quem cuida dos filhos é a mãe, as mulheres. Porque elas, apesar do sofrimento que têm, geralmente não abandonam o filho. Já o homem, joga isso tudo para o alto e vai para a rua. Fica com vergonha, porque não pode pagar a conta de luz, conta de água, sustentar a família, começa a usar álcool e pode começar a usar outras drogas e vai para a rua. E é difícil sair da rua, porque não há um trabalho de resgate de cidadania, não tem uma resposta, o Estado não oferece nada que presta para a população de rua, nós não temos uma saúde integral para a população de rua. E é complicado, muito complicado.

Acredito que precisamos estar atentas, porque a população em geral envelhece, e junto com a população que está envelhecendo, envelhecemos também nós, LGBT, e envelhecemos sem nenhum tipo

de políticas públicas e sociais para a população LGBT idosa. Muito retrocesso na saúde, principalmente no quesito, no departamento de Aids, que perdemos o departamento de Aids. Perdemos as nossas pesquisas, perdemos o dinheiro de fazer nossas prevenções etc. Então, as coisas não andam bem para nós aqui no Brasil, também na questão da Arte e Cultura. Estamos vivendo um momento de muito retrocesso. Precisamos estar atentos, de mãos dadas de verdade, para que não possamos perder todas as nossas conquistas.

Estive institucionalizada em Belo Horizonte por vários anos, na casa de apoio à saúde Nossa Senhora da Conceição e na república Maria Maria, no bairro Colégio Batista. Ao sair da política do adulto e entrar para a política do idoso, é lamentável que o Brasil não investe em políticas públicas realmente para pessoas idosas, e quando se trata de pessoas idosas LGBT, nós não existimos nesse contexto de políticas públicas.

Não encontrei nenhuma ILPI (Instituição de Longa Permanência) que pudesse me acolher, então recorri ao movimento de Luta por Moradia, MLB, Movimento de Luta por Moradia de Bairro, Vilas e Favelas. Fui morar na ocupação Carolina Maria de Jesus, estou na ocupação há dois anos, onde luto pelos direitos da população LGBT em situação de rua a lutar pela sua moradia; tendo em vista também a situação da saúde integral da população LGBT, que precisamos estar atentos, para que não possamos ser confundidos com Aids, porque as pessoas, o estigma, ainda é muito grande com a população, principalmente trans, quando a gente precisa recorrer ao médico, sempre eles encaminham a gente para o ambulatório de Aids. Nós precisamos de uma saúde integral, nós não somos sinônimos de Aids.

É lamentável que a gente esteja aqui em 2019, ainda lutando por nome, banheiro e identidade de gênero. Nossas mulheres travestis e transexuais, ainda são, 90%, obrigadas a viver da prostituição, uma prostituição compulsória. A prostituição em si não é pecado, a prostituição em si não é crime, mas a prostituição compulsória, isto sim, é crime do Estado contra nós. Lamentável que 90% das mulheres travestis e

transexuais ainda tenham que sobreviver apenas da prostituição. É lamentável que em algumas pesquisas constatam que 42% das nossas mulheres travestis já entraram em contato com o vírus HIV, isso significa que nossas mulheres travestis e transexuais não têm procurado os serviços de saúde, porque elas não têm os seus nomes sociais respeitados nesses espaços, não têm suas identidades de gênero respeitadas. Precisamos de uma capacitação permanente, desde o porteiro desses postos de saúde, e grandes ambulatórios, até os médicos. Os médicos saem da faculdade sem saber nada de direitos humanos, chamando as travestis e transexuais pelo nome de registro. É lamentável que a gente tenha que lutar tanto pelos direitos humanos, e ainda existe essa caça dos militantes dos direitos humanos. Trabalhar pelos direitos humanos... a gente corre um sério risco de amanhecer morta, como aconteceu com a Marielle, no Rio de Janeiro.

A gente não quer só comida, a gente quer comida, casa, trabalho, educação, segurança. A gente precisa avançar nos direitos humanos. E com este governo atual, avançar nas conquistas dos direitos humanos será uma tarefa difícil, eu acredito que nós vamos ter alguns anos ainda de muita luta, com este desgoverno, que além de não fazer nada, está desmontando tudo o que foi feito hoje.

É preciso lutar para garantirmos saúde integral, é fundamental, vendo realmente o que significa saúde integral do homem trans, da mulher trans, da travesti. Educação garantida, de qualidade e grátis. E moradia para a população trans em situação de rua, porque é uma população doente. É muito difícil você não ver uma trans que esteja na rua e que não esteja doente. Como uma pessoa pode ir para uma escola ou para um curso se ela não tem moradia, se exigem que essa pessoa esteja limpinha em sua higiene pessoal, se essa pessoa vai cuidar de sua higiene pessoal na rua? Você não vai cuidar da sua doença crônica se estiver na rua, né? E trabalho, trabalho. Precisamos dar trabalho para a população LGBT.

Então fica aqui um recado para os movimentos sociais, todos os movimentos sociais populares: vamos estar atentos, trabalhando as questões dos direitos humanos de verdade, porque, para ter direito, para ter direitos humanos, basta ser humanos. Não temos tempo de

temer a morte. Se a gente for temer a morte, a gente vai morrer antes de matarem nosso corpo. (NLUCON).

Psicologia social crítica, direitos humanos e políticas públicas

Esta discussão sobre Psicologia Social Crítica, Direitos Humanos e Políticas Públicas ocorre em uma conjuntura adversa, em que, diferentemente do que discutíamos nos últimos 30 anos, desde o processo de democratização e de elaboração da Constituição de 1988 e, principalmente nos anos 2003 a 2016, em relação a como fazer avançar a garantia de direitos no país, neste momento, precisamos resistir ao desmonte das políticas públicas e de processos institucionais diversos que caminham na direção de negação de direitos.

Não se trata, entretanto, de discussão simples, se queremos que esteja devidamente fundamentada e apresentada como aquilo que é: a defesa de um projeto de sociedade que representa um avanço civilizatório, que representa, historicamente, a ampliação do acesso a condições de vida mais dignas para parcelas da população que ainda carecem do que é mais básico e fundamental.

A fundamentação que nos propomos a trazer aqui brevemente é a que analisa a defesa de direitos no âmbito das experiências humanas históricas desenvolvidas em torno da noção de igualdade. Que experiência histórica é essa? O que a humanidade coloca como busca da igualdade? Como essa questão é atravessada por características do processo de constituição da sociedade brasileira, país colonizado, escravagista por longo período, periférico no capitalismo mundial, marcado pela violência, autoritarismo, desigualdade social, racismo estrutural? Articulada a essa discussão e permitindo sua concretização está, exatamente, a questão dos direitos, mais especificamente, dos direitos sociais.

Os direitos sociais representam, historicamente, conquistas dos trabalhadores no enfrentamento da exploração do capital (SINGER,

2003), e representam a recolocação do ideal de igualdade, trazido ideologicamente pela burguesia, mas revisto à medida que os limites do modo de produção capitalista se evidenciam: a igualdade liberal, uma igualdade individual e, “de saída”, alimentada pela ideologia da meritocracia, serviu, na verdade, para justificar a desigualdade, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo mostrou desde sempre a impossibilidade de garantir justiça social e vida digna para todos.

As lutas dos trabalhadores desde o século XIX e durante o século XX mostraram esses limites e foi possível contrapor outra ideia de igualdade: a de chegada – todos devem ter acesso à riqueza produzida pela sociedade, como direitos fundamentais, sem avaliação ou premiação meritocráticas. Todos os trabalhadores e, por extensão, todos os cidadãos devem ter garantidas as condições mínimas para uma existência digna.

Essa concepção nunca se realizou plenamente e, à medida que a desigualdade produzida pelo capitalismo se aprofunda, fica mais longe de ser realizada. Na verdade, no âmbito do capitalismo, a “maior” igualdade possível ocorreu no âmbito do estado do bem-estar social, nos países do capitalismo central (GONÇALVES, 2010).

No caso da América Latina, seu lugar e seu papel mostram diferenças em relação ao estado do bem-estar social dos países desenvolvidos (SPOSATI, 2011). E traz as marcas de sua história de colonização e de escravidão. Pode-se dizer que a regulação social na América Latina foi “tardia”, ocorreu em momento histórico diferente dos países desenvolvidos da Europa. Mas ocorre também pautada por essa história que implica na exclusão de negros e povos tradicionais, comprometendo, de saída, a perspectiva de igualdade e cidadania que os direitos sociais carregam por meio da perspectiva de universalização das conquistas. No Brasil, não foi diferente, a herança colonial e escravocrata limitou a universalização de direitos.

Tal herança articula-se, entretanto, com os preceitos neoliberais que orientam de maneira vigorosa a economia no período subsequente à promulgação da Constituição de 1988, e que se esperava

fosse dedicado à concretização do que ali está previsto. Dos preceitos neoliberais vem a máxima “menos Estado, mais mercado”, contrapondo a implementação de políticas sociais como responsabilidade do Estado à privatização e aposta na perspectiva mercantil de oferta de serviços. Tivemos claramente essa disputa na década de 1990, o que representou atrasos na implementação de políticas públicas para garantia dos direitos sociais preconizados na Constituição de 1988.

A seguir, entretanto, tivemos algumas perspectivas de avanços com o fortalecimento do SUS, a criação e implantação do SUAS, a criação do Sistema de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e várias iniciativas em outros setores, na direção da universalização dos direitos, nos governos Lula e Dilma. Trata-se de um período em que claramente se desenvolvem políticas sociais, o que permite o enfrentamento da desigualdade social, mesmo que por vezes de maneira contraditória e sem grandes alterações estruturais (ARRETCHE, 2018; POCHMANN, 2015).

A atual conjuntura social e política no Brasil, considerando as mudanças ocorridas em 2016¹ e que tendem a se aprofundar no atual governo, apresentam uma nova e perversa realidade para o campo das políticas públicas sociais. O que temos é uma nova investida neoliberal, com ajuste fiscal, corte de recursos nas áreas sociais e reformas profundas nas políticas sociais, além de retomada, em um processo acelerado e sem debate público, da privatização de empresas ligadas à exploração de riquezas naturais e produção de infraestrutura. Tudo isso coloca em questão a relação igualdade-direitos.

Historicamente, como se coloca a questão dos direitos humanos nesse contexto? Proclamados em sua versão mais recente em 1948, após o final da II Guerra Mundial, serviram desde então de instrumento de enfrentamento da barbárie e, frente às desigualdades profundas e às democracias frágeis, representam apoio à luta por direitos sociais. Ou seja, situações de profundas e históricas desigualdades, situações

.....
1 Referimo-nos aqui ao golpe jurídico-parlamentar impetrado contra o governo da Presidente Dilma Roussef e que colocou no poder seu vice, Michel Temer.

produtoras de vulnerabilidades complexas requerem intervenções por vezes mais pontuais, mas urgentes. Nesse campo, os direitos humanos são reforço necessário para a realização de políticas públicas de garantia de direitos. Por exemplo, nas questões de gênero, em relação ao racismo, em relação à violação de direitos de pessoas encarceradas, ou da população de rua, entre outros. Por isso, na história recente do Brasil, a luta pelos direitos sociais, por meio da implementação de políticas públicas é, muitas vezes, uma luta por direitos humanos.

Com essa perspectiva, a luta por direitos representa na história recente do Brasil um projeto de sociedade que aponta para a igualdade, com a defesa de direitos universais. É o reconhecimento da possibilidade de enfrentar a desigualdade, apontando para a igualdade de chegada a que nos referimos anteriormente. Representa também a questão da democracia, ampliando a concepção de direitos, com sua universalização. A mesma luta tem também reconhecido que, frente às desigualdades históricas e estruturais da sociedade brasileira, é preciso ter a equidade como princípio das políticas sociais. Além dos princípios da integralidade e participação. Por isso, também aponta para a necessidade de criação de políticas que enfrentem a violação dos direitos humanos de maneira mais direta, como as políticas de igualdade racial, de atendimento a situações de violência de gênero, de diversidade de gênero e sexual; são expressões de urgências, que requerem cuidado específico, na direção da universalização de todos os direitos e da equidade nos atendimentos.

Entendemos que, atrelada a isso, está a defesa de uma concepção de sujeito, o sujeito de direitos. Essa compreensão indica um compromisso para a Psicologia. Um compromisso que reconhece que nos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003, o incremento de políticas sociais representou ampliação do campo de trabalho de psicólogas(os). Mas, que, em uma perspectiva de enfrentamento da desigualdade, impõe associar esse reconhecimento àquele que toma a possibilidade de desenvolver um projeto ético-político para a profissão como forma de ocupar esse espaço. Ou seja, mais que “mercado de trabalho”, devemos lutar por garantir direitos.

Nesse sentido, nossa oposição ao projeto autoritário, antidemocrático e neoliberal que o atual governo impõe se dá por essas duas razões centrais: é um projeto que nega direitos, prega a violência, desmonta todas as conquistas da luta por direitos e democracia dos últimos anos; e, por um segundo motivo: acaba com o campo de trabalho das psicólogas(os), aquele comprometido com um projeto de garantia de direitos, de enfrentamento da desigualdade.

Podemos dizer que são mudanças que revelam um desmonte avassalador de uma onda civilizatória que o país vinha construindo nas últimas décadas. Nesse contexto, enquanto vemos as políticas sociais serem solapadas e os direitos sociais violados, temos que produzir uma resistência sólida. A Psicologia também deve se posicionar politicamente e participar desse processo.

Toda essa complexidade de fatores, determinantes e mediações deve ser considerada na atuação em políticas públicas e na discussão de um projeto ético-político para a profissão. Nessa direção, defendemos o compromisso social da Psicologia e propomos análise constante da historicidade dos processos que configuram, delimitam e determinam, dialeticamente, a pesquisa e a prática profissional em psicologia.

Política LGBT na universidade: o caso da Universidade Federal de Uberlândia²

O objetivo desse relato é apresentar a experiência de construção da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. Especificamente, buscaremos descrever o contexto no qual foi desenvolvida, o processo de construção e as dimensões abordadas nessa política. Trata-se de uma tentativa, por um lado, de

.....
2 Escrevo esse texto a partir do lugar de presidente da comissão que redigiu a minuta da resolução da Política de Diversidade Sexual da Universidade. Trata-se de um relato pessoal, atravessado por minha visão de mundo e que oferece um olhar, dentre vários outros possíveis, sobre esse processo. Agradeço à PROAE\UFU e a todos os membros da comissão que tornaram esse trabalho possível.

narrar o cotidiano de construção de uma política, suas motivações e embates, e os diversos processos que possibilitam sua constituição. Por outro lado, esse texto busca afirmar tal experiência como uma prática de resistência e reconhecer o protagonismo da universidade pública como agente de transformação social, capaz de influenciar na construção de políticas públicas.

No campo das políticas voltadas às questões LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais), a história recente do país contempla alguns poucos avanços e vários retrocessos. Assim, pudemos ver iniciativas governamentais como a criação do programa “Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2004) e a aprovação da “Política Nacional de Saúde Integral LGBT” (BRASIL, 2013). Contudo, os equívocos recentes promovidos por certo discurso sobre a “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018) e o avanço do movimento “Escola sem Partido” (GUILHERME; PICOLI, 2018) ameaçam a agenda promotora dos direitos humanos da população LGBT. O papel da universidade no enfrentamento desses desafios se faz fundamental e se coloca de forma urgente, contemplando não apenas investigações criteriosas sobre essa temática, como também um olhar reflexivo sobre como se dão as relações no interior da universidade e suas implicações para a sociedade.

É nesse panorama histórico nacional que se situa a experiência de criação de uma política de diversidade sexual na Universidade Federal de Uberlândia³. No contexto local, a Universidade já contava com vários projetos de extensão, cultura e pesquisa dedicados às questões LGBT, bem como experimentava nos últimos anos a atuação de diferentes coletivos estudantis voltados a essa temática. Politicamente, já tinha sido divulgada uma carta aberta à comunidade com as de-

.....
3 A Universidade Federal de Uberlândia foi fundada em 1969 e conta atualmente com 22.453 alunos, 1913 docentes e 3201 técnicos administrativos. Além do campus de Uberlândia, ela ainda possui campi em Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo. Seus cursos abrangem todas as áreas de conhecimento, com diversos cursos de graduação e pós-graduação.

mandas da comunidade LGBT, aprovada a resolução de uso do nome social, bem como, ocorrido uma experiência de assinatura de carta de compromisso dos candidatos à reitoria com aquelas demandas. Ao mesmo tempo, foi criada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e, nesta, a Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional. Sensível a esse contexto, essa Divisão articula a criação da comissão para proposição da política de diversidade sexual da universidade, em novembro de 2016.

A Comissão foi composta por membros da comunidade universitária envolvidos com as questões LGBT, com representantes de estudantes, técnicos e docentes, contando com 18 pessoas, nomeadas em portaria da reitoria. Após seis meses, dadas as dificuldades de presença e participação efetiva de alguns membros, ela foi recomposta, mantendo-se aqueles disponíveis e interessados e incorporando novos membros. Por meio de reuniões mensais, a comissão atuou em duas fases: (a) levantamento de dados; e (b) redação da minuta da resolução. Na primeira fase, o grupo se dividiu em três grupos de trabalho: GT Legislação e Jurisprudência, que buscou identificar leis, resoluções, normativas e outros documentos legais referente ao assunto; GT Experiências Universitárias, que analisou de que forma outras instituições de ensino superior se organizavam para tratar das questões LGBT; e o GT Demandas Locais, que mapeou os problemas e as sugestões da comunidade local.

De forma breve, o GT Legislação e Jurisprudência resgatou as proposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta, no contexto mundial. No contexto brasileiro, ela destacou o artigo 5º caput da Constituição Federal, que estabelece que todo brasileiro é igual perante a lei, sem qualquer distinção; a CNJ/ADI 4277/ADPF 132, que produziu o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero; a ADI 4275/PGR, que permitiu o reconhecimento de mudança de nome para pessoas transexuais sem necessidade de modificação biológica; e a LDB, em seu art. 3º incisos I e IV, que estabelece a igualdade de condições para

o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e apreço à tolerância. No âmbito municipal, ela destacou a aprovação do uso de nome social na cidade de Uberlândia. No contexto interno da Universidade Federal de Uberlândia, ela identificou a resolução que aprova o uso de nome social e o Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, que estabelece a defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania, a construção de uma sociedade democrática e ética que preza pela igualdade, e a interação social com os mais diversos grupos sociais.

O GT Experiências Universitárias fez um levantamento junto a 48 instituições de ensino superior no Brasil. Por meio de mensagens eletrônicas, foram solicitadas informações sobre políticas próprias referentes à população LGBT. Das 20 instituições respondentes, apenas três contavam com uma política estabelecida com normativas e ações bem definidas; outras 14 informavam possuir somente uma resolução sobre o uso do nome social; e três esclareciam que estavam no processo de construção da referida política. A análise dos documentos enviados mostrava que a estrutura organizacional que sustentava o desenvolvimento das ações previstas nas políticas institucionais estava vinculada diretamente à reitoria da universidade ou à pró-reitoria de extensão. Além disso, as ações realizadas compreendiam fóruns, eventos, capacitações, e estímulo à ensino, pesquisa e extensão

O GT Demandas Locais realizou reuniões com associações de docentes, técnicos e estudantes. Nessas reuniões, observou-se que os docentes e técnicos apresentavam poucos relatos sobre desafios vividos, bem como, poucas demandas. A comunidade estudantil, entretanto, relatou várias situações que demandavam transformação visando o respeito à população LGBT. Além disso, apresentaram sugestões como o fortalecimento e qualificação da ouvidoria, a fiscalização das baterias dos cursos e os hinos e músicas tocados, a criação de oportunidades de formação em gênero e sexualidade para toda a comunidade universitária, o desenvolvimento de campanhas informativas, e ações de esclarecimento na semana de acolhimento ao calouro, entre outras.

A partir das reflexões fomentadas pelo conjunto de informações apresentadas por cada grupo de trabalho a todos os membros da comissão, iniciamos a redação da minuta de resolução. Após várias reuniões, definimos uma proposta de minuta. Sua estrutura consta de capítulos que contemplam sua definição e princípios, objetivos, programas, gestão, e disposições finais⁴. Buscamos criar uma política que fosse transversal e intersetorial, assim, por um lado, deveria contemplar aspectos relativos ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, e, por outro, seria de co-responsabilidade das várias pró-reitorias da instituição. Em decorrência dessa característica, optamos pela criação de uma comissão permanente de gestão da política, composta por representantes dos diversos setores da comunidade universitária, com mandato definido e vinculada diretamente à reitoria.

No processo de redação da minuta, além de debates teórico-políticos sobre as nomenclaturas a serem utilizadas, as formas de entender a diversidade sexual e o combate à discriminação e violência, um aspecto significativo envolveu a motivação e o foco da política. A tese sustentada por vários membros na comissão era de que a política era necessária não apenas para proteger a população LGBT da universidade, entendida como uma minoria sujeita a discriminações específicas, mas fundamentalmente para formar integralmente os alunos dos seus diversos cursos, visando uma atuação profissional que respeitasse os direitos humanos. Ou seja, debatia-se que a política era necessária mesmo que não houvesse um aluno ou servidor LGBT, pois ela não contemplava apenas uma dimensão interna, mas correspondia, sobretudo, aos interesses e necessidades da sociedade.

Após a produção de uma primeira versão da minuta, foi chamado um debate público da proposta, a toda a comunidade universitária, bem como a outras pessoas interessadas. Considerando algumas sugestões apresentadas, o documento foi revisto e apresentado à reitoria da universidade, em novembro de 2017. A proposta, então, foi

.....
4 A Resolução pode ser acessada em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2019-10.pdf>

encaminhada ao Conselho Universitário, que, após algumas reuniões, decide pela aprovação da Resolução sobre a Política da Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, com poucas modificações da minuta original, em setembro de 2019. No momento em que escrevemos esse texto, estão sendo aguardadas as primeiras providências para constituição da comissão de acompanhamento da política e o desenvolvimento das ações previstas.

Esperamos que esse relato sirva como inspiração para que outras universidades assumam a tarefa de combater a discriminação e violência contra a população LGBT, contribuindo para uma formação profissional e um ambiente universitário que promovam a defesa dos direitos humanos e a construção de uma sociedade diversa e democrática. Trata-se de uma luta política a ser enfrentada por todos nós, nos diversos contextos que vivemos. Alunos, docentes e técnicos têm uma responsabilidade significativa nessa luta!

À guisa de conclusões

Diversas são as formas de se compreender e produzir a Psicologia. No que toca a Psicologia Social Crítica, pensamos que não podemos abrir mão de um “compromisso” com o reconhecimento das pessoas, da diversidade e das múltiplas formas de ser e se fazer no mundo. De uma forma mais ampla, não podemos abrir mão dos direitos humanos, mesmo com as críticas que lhes são necessárias.

Para além, compreendendo nossa própria história, é preciso estar atentas e atentos às políticas públicas, uma vez que são uma forma de transformar os direitos (humanos) em algo prático, são uma forma de provocar mudanças que as experiências e as teorias vão apresentando como urgentes e necessárias.

Neste sentido, é preciso discutir mais e mais sobre o papel da Psicologia Social na construção e na defesa dessas políticas. É preciso conhecer mais as histórias daquelas e daqueles que militam e dedicam a sua vida à construção dessas políticas. É preciso conhecer e

reconhecer as experiências que demandam e produzem as políticas públicas e replicá-las, para que tantos mais, e outrora todas e todos, tenham acesso a elas.

Muito além de um campo de trabalho, que já seria em si um fortíssimo motivo para compreender e defender as políticas públicas, para a Psicologia Social Crítica, elas são uma forma de garantir direitos, mas também, de concretizar um “compromisso” ético-teórico-político que perpassa a compreensão teórica e a atuação prática-política⁵ de quem se dedica à Psicologia Social. É a ética da Psicologia Social Crítica que faz com que cada pessoa que se interessa por ela, se interesse necessariamente na transformação do mundo, uma vez que esta ética exige muito mais do que as leituras teóricas, exige a prática, e uma prática transformadora.

Acreditamos que há muito o que se fazer, principalmente neste momento histórico-político no qual os direitos são ameaçados e as conquistas enfraquecidas, quando não destruídas. Compreendemos que é um momento difícil e de urgentes articulações. Assim como, de grandes angústias e, mesmo, medo. Mas, é hora de ouvir-nos uns aos outros, aprender com nossas histórias, memórias e teorias, e mais além, unirmo-nos em redes, articulando, uns com os outros, tecendo resistências na construção de uma sociedade melhor para todas e todos.

.....
5 Atuação prática-política aqui refere-se a um sentido amplo da palavra política, que abrange todas as práticas, principalmente as coletivas, que são práticas políticas.

Referências

ARRETCHE, Marta. Trinta anos da Constituição de 1988- razões para comemorar? **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 37, n. 03, p. 395-414, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GONÇALVES, M. Graça M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUILHERME, Alexandre A.; PICOLI, Bruno A. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018.

UEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

NLUCON. “**Vivo abaixo da linha da invisibilidade**”, diz ativista trans Sissy Kelly, aos 60 anos. Entrevista. Novembro, 2016. Recuperado de <https://nlucon.com/2016/11/01/vivo-abaixo-da-linha-da-invisibilidade-diz-ativista-trans-sissy-kelly-aos-60-anos/>

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

SINGER, Paul - A cidadania para todos. In PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-263.

SPOSATI, Aldaíza – Tendências latino-americanas da política social no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jun./2011.

VII

Processos democráticos na ciência e na política:

Metodologias participativas, sujeitos marginalizados e trabalho com a linguagem

Brune Coelho Brandão

Juliana Perucchi

Frederico Alves Costa

Luciana Kind

Cíntia Maria Teixeira

Pretendemos neste capítulo discutir o uso das metodologias participativas na produção do conhecimento científico. Inicialmente, apresentaremos considerações sobre a produção de invisibilidade e de marginalização de determinados sujeitos e de suas experiências pelo modelo de ciência que se tornou hegemônico no século XIX e foi dominante na maior parte do século XX. Em seguida, refletiremos sobre como o debate crítico na América Latina se fortaleceu e construiu uma forma ímpar de produção de conhecimento, problematizando o modo de se fazer ciência. A mudança de paradigma no contexto latinoamericano se processou quando optamos por metodologias

participativas e colaborativas como instrumento mediador no contato com a pluralidade de sujeitos. Assinalamos, com mais ênfase, que ao aproximarmos das realidades dos sujeitos, que por muito tempo foram narrados e impedidos de nomear suas experiências nos espaços de produção científica, tornou-se possível produzirmos um processo mais democrático tanto na ciência quanto na política. Para tanto, foi indispensável que pesquisadoras e pesquisadores problematizassem a relação construída com os sujeitos pesquisados, convidando-nos ao reconhecimento do lugar de fala de cada atriz e ator envolvidos no processo de construção do conhecimento. Por último, compartilharemos como o grupo de pesquisa Narrativas, gênero e Saúde (NaGeS) tem utilizado da pesquisa narrativa como prática emancipatória, colaborativa, ética e comprometida politicamente.

Ciência tradicional e a invisibilidade e marginalização de experiências

Historicamente, não somente o Estado, mas também a comunidade científica legitimou um modelo de sociedade no qual parcela significativa dos sujeitos tinham suas experiências narradas por outros sujeitos por terem comportamentos e experiências reconhecidas como marginais. Sujeitos, portanto, impedidos de exercerem efetivamente a produção de narrativas de si, vozes silenciadas cotidianamente em seus espaços de sociabilidade. Pessoas nessas condições encontram-se, frequentemente, em situação de vulnerabilidade e, não raramente, são submetidas a processos de discriminação e de (auto)reconhecimento depreciativo historicamente reiterado (CARDOSO; FERRO, 2012; RAMOS; CARRARA, 2006; RIBEIRO; SOARES; SOARES; SEVERO; MOÇO, 2005; SIQUEIRA, 2006; SPRANDEL, 2004). É nessa seara que designações, atribuições e posições de sujeito são ancoradas em práticas de dominação, que repercutem, danosamente, na vida das pessoas que se encontram nessas condições, desde uma constituição identitária que, infelizmente, é ancorada em representa-

ções de passividade, de abjeção e de inferioridade (MARTÍN BARÓ, 1998; PRINS; MEIJER, 2002; MOANE, 2003).

Portanto, se for considerado que o sujeito hegemônico da política e da ciência, na sociedade moderna, é homem, branco (SPIVAK, 2010), cisgênero (VERGUEIRO, 2014, 2015) e heterossexual (CORNEJO, 2011), pode-se conjecturar: quais os efeitos da perspectiva desses sujeitos estão contempladas na construção de conhecimentos cientificamente válidos e de políticas que terão impactos, diretamente, na vida de toda a população? Não se trata, portanto, apenas de compreender a ciência em sua funcionalidade, ou como representação de um conhecimento puro, mas sim, reconhecê-la como poderoso dispositivo de produção de verdades e de posições de autoridade, de saber-poder sobre o outro: sobre suas práticas, suas identidades e, sobretudo, acerca da possibilidade ou não de determinadas pessoas participarem, enquanto sujeitos autônomos, dos processos políticos e científicos das nações. Se houver a concordância de que o conhecimento cria condições para o exercício do poder, então, o que se pretende destacar aqui é exatamente a perspectiva de que conhecer não é uma forma de descobrir uma verdade pura nas coisas, ou de acessar o “em si” (FOUCAULT, 2005, 2012).

Acompanhar tal perspectiva implica, necessariamente, na realização de uma crítica sobre a própria concepção epistemológica da realidade empírica ou, dito de outro modo, sobre a própria noção de empiria, que é tão dominante na ciência. Vale destacar, inclusive, que o surgimento da própria noção de ciência, em seu sentido moderno, fundamenta-se na busca de um “acesso imediato às coisas mesmas” (LACLAU, 2005, p. 80), ou seja, a tentativa de se produzir um conhecimento a partir de uma objetividade extradiscursiva. Obviamente que esse atributo da ciência foi problematizado por diferentes correntes teóricas dentro do que se convencionou chamar de pós-estruturalismo. Vale destacar que a teoria pós-estruturalista rejeita a possibilidade de tal acesso a algo “em si”, afirmando a hipótese de que não apenas o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida

discursivamente. Portanto, o próprio conhecimento e o trabalho de produção dele, inevitavelmente, são atravessados por contingências e condicionantes do campo simbólico e político da linguagem. Assim, o que a perspectiva crítica nega não é a existência de objetos externos ao pensamento; mas que tais objetos possam constituir a si mesmos como objetos fora de quaisquer condições discursivas de emergência de possibilidades (LACLAU; BHASKAR, 1989, p. 108).

Conhecer cientificamente consiste em, efetivamente, construir narrativas consideradas legítimas e verdadeiras para se pensar o outro, sua constituição enquanto realidade em nosso contexto enquanto sujeito (FOUCAULT, 1995, 2012). Neste sentido, se ciência e política são feitas majoritariamente por homens brancos cisgêneros, heterossexuais e de classe média alta, como esperar que as vozes de “outros” sujeitos se façam ouvir, ou possam mesmo ser entoadas em um efetivo e democrático processo de tensionamento político e de produção de verdades sobre esses mesmos sujeitos? Dito de outro modo, a designação de posições de agência e autonomia dos sujeitos perante os campos da política e das ciências são condicionadas e constringidas por rígidos e, muitas vezes, invisibilizados, marcadores sociais da diferença. Sejam tais diferenças, de gênero, de classe social, de raça, territoriais ou geracionais.

Portanto, parece ingênuo pensar que todo trabalho político ou científico, mesmo que se dê no âmbito das democracias, tenham sempre como finalidade expandir um campo de possibilidades para a vida dos sujeitos. Vale destacar, neste sentido, que, durante o século XX, os discursos sobre patologização e criminalização de questões raciais, de classe social, de gênero e da sexualidade fabricaram uma realidade de sofrimento e acesso limitado a direitos para pessoas negras, pobres, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outros sujeitos marginalizados (CRENSHAW, 1994; FOUCAULT, 2005; LEITE, 2012; NEPOMUCENO; XIMENES, 2015; RUBIN, 2003; SILVEIRA; NARDI, 2014; VERGUEIRO, 2014). Portanto, pensar tais processos de fabricação de realidades e de verdades científicas

exige o reconhecimento acerca de como tais fabricações impactam e desdobram-se inexoravelmente na produção de políticas públicas de saúde, de educação, de segurança pública, etc. Quem define o “pobre, preto e favelado” como criminoso, ou a população LGBT, atualmente com ênfase à população T, como pessoas mentalmente doentes ou com características psicopatológicas de negação daquilo que é tido como sendo “a verdade” da natureza? Ou mesmo, quem estabelece os parâmetros racistas que concebem a população negra como menos capaz intelectualmente ou mais propensa à criminalidade? Talvez tratem-se de questões que exigem um debruçar-se reflexivamente sobre as posições designadas a determinadas pessoas na sociedade e, sobretudo, em uma sociedade de economia periférica no capitalismo global, como é o caso da sociedade brasileira.

Não é novidade que, por muito tempo, a ciência cumpriu eficientemente esse papel de subjugação do outro, de aniquilamento de suas narrativas e de seus processos constitutivos enquanto sujeitos (FOUCAULT, 1995, 2012). Os discursos científicos, muito fortes no século XX, legitimaram formas de violência simbólica que não traduzem os ideais democráticos que atualmente buscamos (não sem resistência). A sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais, acabou por tensionar esse saber hegemônico e reivindicar espaços de fala e de representatividade na constituição política do Estado. O movimento feminista e o movimento negro, por exemplo, reivindicam para si novas formas de pensar as ciências, de modo mais democrático e que reconheça, de fato, os sujeitos que participavam do processo do fazer científico (HARAWAY, 1995). Na esteira dessas reflexões oriundas dos movimentos sociais foram questionados, inclusive, a linguagem e os termos utilizados para nomeá-las/os. A proposta seria, portanto, a de se criar uma epistemologia que contemple demandas dos sujeitos e de se reconhecer o papel político da ciência, de modo a reiterar seu comprometimento social com as populações marginalizadas (HARAWAY, 1995; SPINK; MEDRADO; MELLO, 2014; SPIVAK, 2010; VERGUEIRO, 2015).

Nesse sentido, o trabalho com metodologias participativas é um caminho interessante e, também, necessário para se problematizar não apenas o acesso à produção de conhecimento e, portanto, ao próprio conhecimento, mas, sobretudo, que as pessoas consideradas como destinatárias das intervenções políticas e científicas possam, então, protagonizar as definições e discussões sobre si mesmas. Desse modo, pesquisadoras e pesquisadores abdicariam criticamente de aportes científicos inadequados do ponto de vista de estratégias participativas, lançando mão de métodos e procedimentos que se aproximem das realidades dos sujeitos, potencializando a coparticipação dos sujeitos no processo de produção científica do conhecimento. Nesse processo, deve-se reconhecer quais as contingências históricas, políticas e sociais que colocam alguns sujeitos em uma posição de subordinação a outros de acordo com seus marcadores sociais da diferença, que atuam de modo simultâneo sob os sujeitos (CRENSHAW, 1994, 2004).

Metodologias participativas e sua relação com a expansão da democracia

O debate crítico na América Latina sobre metodologias participativas na produção de conhecimento científico, mais especificamente na psicologia social, tem se fortalecido, sobretudo, a partir dos anos 1980. Este debate inseriu-se no continente em um contexto mais geral de problematização desde os anos 1960 sobre os fundamentos da abordagem positivista de ciência, hegemônica até a segunda metade do século XX (GERGEN, 1973; KUHN, 1998). Mas também sob condições específicas vividas na América Latina: (a) a participação de acadêmicos na luta política por democracia, uma vez que vivíamos regimes autoritários em diferentes países; (b) a crítica à reprodução a-crítica de teorias e metodologias produzidas em outros continentes na formação dos estudantes, portanto, de perspectivas que buscavam responder a problemas constituídos em contextos distintos do latino-americano; (c) a afirmação de que era necessário produzir conhe-

cimentos que contribuíssem para a transformação social e, portanto, de que o pesquisador deveria estar comprometido politicamente com o enfrentamento a relações de dominação e com a promoção de uma sociedade igualitária e justa (LANE, 1987; LANE; SAWAIA, 1991; MARTÍN-BARÓ, 1986; MONTERO, 2004; SANDOVAL, 2002).

O deslocamento produzido pelas metodologias participativas encontra suporte na sua filiação à concepção de que a produção do conhecimento é uma construção social e, assim, na problematização relativa à desvalorização do conhecimento produzido pelo “outro”, isto é, por aquelas e aqueles que constroem a realidade a partir de estratégias distintas das legitimadas tradicionalmente pela comunidade científica (MONTERO, 2004). A afirmação dessa metodologia como participativa implica exatamente em reconhecer que o conhecimento, ao invés de ser produção de um indivíduo isolado sobre um determinado fenômeno que está “lá fora”, é produzido na relação com os “outros” a partir de olhares distintos sobre um fenômeno que é “parte” desta relação. “Parte” tanto no sentido da relação pesquisador-pesquisado ser constituída também pela delimitação de um fenômeno a ser investigado, quanto no que se refere à realidade ser concebida como interpretativa (dependente de quem olha) e não como objetiva (a-histórica e universal). Deste modo, quem produz o conhecimento no processo de pesquisa são todas e todos envolvidos na reflexão sobre o fenômeno delimitado para ser investigado. O que só se torna possível se essas pessoas reconhecerem a “igualdade de qualquer um com qualquer um” (RANCIÈRE, 1996).

Uma consequência direta deste reconhecimento é o distanciamento de propostas que se caracterizam por “levar” respostas prontas para problemas que se pressupõe existir em determinados territórios e, muitas vezes, por discriminar posteriormente e novamente os “outros” quando se observa que estes não aderiram às “iluminadas” respostas. As metodologias participativas ao reconhecerem que tanto os problemas quanto as respostas só podem ser delimitados junto com os sujeitos que vivem no território, diferente daquelas propostas não-participativas,

compreendem que a adesão dos sujeitos as estratégias elaboradas é condição constitutiva da própria construção destas estratégias, pois são formuladas “com” e não “para” os sujeitos.

Este debate sobre quem produz o conhecimento no processo de pesquisa conduz-nos à vinculação entre metodologias participativas e democracia a partir do necessário reconhecimento do “outro” como igual, questionando sua eliminação enquanto sujeito epistêmico.

Uma segunda questão evidenciada pelas metodologias participativas é “para que se produz conhecimento?”. Esta preocupação traz à cena o caráter político da ciência, ou seja, a compreensão de que o conhecimento traduz práticas sociais que organizam as relações sociais, de modo que ao se conceber as metodologias participativas a partir de uma perspectiva crítica faz-se necessário produzir conhecimentos para a transformação social.

Gostaríamos de enfatizar este caráter político não em termos da promoção de uma transformação social concebida a partir de um ideal comunitarista, fundado em um bem comum substancializado e, assim, no estabelecimento de uma comunidade consensuada, como já observado em algumas perspectivas da Psicologia Comunitária Latino-Americana (PRADO, 2002). Nossa posição vai ao encontro dos conceitos de “político” e de “política” propostos por Mouffe (2015), que, a partir da defesa da radicalização da democracia (afirmação do caráter paradoxal dos valores democráticos da igualdade e da liberdade), exige reconhecermos, por um lado, que a constituição de qualquer ordem social é precária e contingente, pois constituída através de relações antagônicas entre identidades políticas [“nós” x “eles”] e da institucionalização de uma alternativa de nomeação da sociedade como hegemônica [dimensão do político]; e, por outro lado, que uma política democrática deve-se caracterizar pela construção de uma esfera pública plural, configurada através do estabelecimento de práticas que transformem o antagonismo em agonismo [dimensão da política], de modo que o “nós” e o “eles” se concebam não como inimigos que visam erradicar um ao outro da esfera pública, mas como adversários, que ainda que constituídos pela diferenciação e que

reconheçam que não existe nenhuma solução racional para o conflito entre os projetos hegemônicos [pois o conflito é constitutivo das suas próprias identidades], defendem o direito de ambos disputarem legitimamente o modo de organização da sociedade. Situação que não significa a eliminação do antagonismo, pois este situa-se como dimensão constitutiva da comunidade política, podendo sempre emergir como tal [numa relação entre inimigos]; mas sim a busca de se estabelecer canais políticos legítimos, caracterizados por procedimentos aceitos pelos adversários, para que as vozes discordantes possam se manifestar legitimamente (MOUFFE, 2015).

Sob esta perspectiva política, entendemos que as metodologias participativas permitem, através da reflexão com os “outros” e, portanto, no reconhecimento deles como sujeitos epistêmicos legítimos, desconstruir relações sociais hegemônicas, isto é, visibilizar que práticas sociais são precárias e contingentes e, assim, podem ser alteradas a partir da disputa entre projetos hegemônicos, expandindo o debate sobre os princípios democráticos de igualdade e liberdade para relações sociais até então constituídas como relações de dominação.

Na atual conjuntura política nacional, contudo, torna-se um desafio refletir acerca dos processos democráticos na ciência. Qual perspectiva de ciência é considerada válida nesse atual contexto e como as relações entre quem governa e quem produz conhecimento se processam? A ascensão de um governo com traços autoritários no país traduz uma perspectiva de governança que reatualiza discursos de ódio e de subjugação do outro. Reatualiza-se, assim, velhos debates da humanidade rumo a uma perspectiva conservadora, que desconsidera os privilégios de alguns sujeitos em detrimento da subalternidade de outros.

Métodos narrativos como proposta de construção colaborativa de conhecimentos e práticas em Psicologia Social

Nesta seção, exploramos a delimitação das narrativas como opção eticamente engajada e politicamente comprometida com a colabora-

ção no ofício de pesquisar. Como forma de colocar em discussão os preceitos expostos, apresentaremos brevemente um percurso de pesquisa-intervenção, o Programa Interagentes, desenvolvido entre 2015 e 2018, que teve por objetivo desenvolver ações de articulação entre a universidade, a sociedade civil e o Estado, com atores vinculados a esses três cenários, de modo a potencializar ações locais de resposta à epidemia no município de Belo Horizonte.

Como autores que são referência criativa do grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS), destacamos as contribuições de Clandinin e Connelly (2016), Gubrium e Holstein (2008), Patai (2010), Portelli (2010, 2016), Georgakopolou (2007, 2017) e Reigota (1999), para mencionar alguns. Essas pesquisadoras e pesquisadores, oriundos dos campos da Educação, Linguística e História, tecem seu interesse no exercício de produção de “escuta sensível” de experiências cotidianas, que radicalizam o posicionamento de pesquisadores nos encontros proporcionados pelas investigações que conduzem.

Os métodos narrativos que se fundam na experiência cotidiana, entendida como simultaneamente pessoal e social, questionam também a posição dialógica entre pesquisadores e participantes, que se encontram “no entremeio de histórias”, como propõem Clandinin e Connelly (2016). Outro elemento comum em alguns autores, são os limites éticos na produção colaborativa de histórias, empreendendo-se uma discussão sobre a autoria dos textos derivados de pesquisas narrativas. Embora não se explicita como pesquisa-intervenção nos autores mencionados, a pesquisa narrativa, como a praticamos, desenha-se como metodologia participativa.

Em nossa trajetória no Programa Interagentes, impulsionada por pesquisas anteriores, iniciou-se uma aproximação com a Comissão Municipal de IST/aids de Belo Horizonte. Logo nos primeiros encontros, fomos convidadas por membros da Comissão (gestores, trabalhadores, representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais), a nos vincularmos formalmente a eles, como representantes de instituição formadora. Assim o fizemos. Com essa

entrada, os projetos que compunham o Programa Interagentes, seus objetivos e contornos metodológicos, o envolvimento de participantes e estratégias de intervenção foram desenhados de forma profundamente colaborativa, interdisciplinar e interinstitucional.

No panorama dos métodos narrativos, estávamos próximas do que Gubrium e Holstein denominam de etnografia narrativa a prática investigativa que “focaliza a atividade narrativa cotidiana que se revela na interação situada.” (p. 25). Para esses autores, “histórias são montadas e contadas para alguém, em algum lugar, num certo momento, por diferentes motivos e com uma variedade de consequências.” (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008, p. 10). As cenas que construímos de forma colaborativa, ao longo do projeto, envolveram a participação em reuniões da Comissão Municipal de IST/aids, organização de eventos e ações voltadas para a população jovem, oficinas de educadores e multiplicadores do Programa BH de Mãos Dadas contra a Aids¹, e a produção de material audiovisual como proposta conjunta de promoção da saúde. A posição da equipe nesses cenários, se orientava por estratégias de observação, conversas no cotidiano e coprodução de narrativas.

Dessa experiência, destacam-se duas webséries² produzidas para acesso aberto, com finalidades distintas e inspirações múltiplas. A primeira websérie, intitulada *Trajetórias Reinventadas*, foi composta a partir de questões discutidas precocemente nos contatos com a Comissão: quem, entre os segmentos ali representados, detinha a melhor versão sobre a história das políticas públicas de enfrentamento ao HIV/aids no Município? Os gestores e trabalhadores? Os pesquisadores? Os representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais? Dos diálogos com a Comissão, identificamos pessoas que participaram dessa construção em cada segmento e as convidamos para

.....
1 Criado no início dos anos 2000, este Programa é uma das principais iniciativas da Coordenação de Saúde do município para o enfrentamento da epidemia de HIV/aids.

2 Disponível no canal do NaGeS no *Youtube*: <https://www.youtube.com/c/NaGeSgrupo-de-pesquisa>.

contar suas histórias. Com apoio do Laboratório de Audiovisual da PUC Minas Coração Eucarístico e no São Gabriel, as entrevistas foram filmadas em estúdio. Além da perspectiva narrativa, inspiramo-nos no cinema, mais especificamente na produção de documentários em que a entrevista é a fonte básica, como encontro que ativa a memória e coloca em ênfase a “palavra falada” (LINS; MESQUITA, 2011). Com inspiração na obra cinematográfica de Eduardo Coutinho, buscamos igualmente a “escuta do sensível”, apostando no caráter transformador da memória narrada (FIGUEIRÔA, BEZERRA; FECHINE, 2003).

A segunda websérie, *Histórias Curtinhas*, dispõe vídeos de animação com pautas consideradas como relevantes pela equipe e pelos colegas de Comissão, pensados como peças de prevenção à infecção por HIV/aids, voltadas para jovens. Um registro mais detalhado da produção das *Histórias Curtinhas* pode ser encontrado em Kind e Souza (2019). Dos quatro episódios já publicados, são abordados os temas do preconceito contra a pessoa que vive com HIV, as ações do vírus no organismo, a transmissão vertical em situações de gravidez e dos movimentos sociais como espaços e formação política e de sociabilidade para pessoas que se descobrem infectadas.

Ambas as produções audiovisuais aguçaram a imaginação intelectual da equipe, a posição permanente de trocas e diálogos e o exercício participativo de todas as pessoas envolvidas. Em ambas, estávamos sintonizadas com preocupações com as manifestadas por algumas autoras e autores que se debruçam sobre as responsabilidades relacionais que caracterizam a ética no trabalho com narrativas (CLANDININ; CONNELLY, 2016; CLANDININ; CAINE; HUBER, 2017; REIGOTA, 1999; PATAI, 2010). Na pós-produção das entrevistas narrativas filmadas, os vídeos foram segmentados em unidades mais curtas, configuradas como episódios. Eles só foram publicados após a autorização do formato editado por parte de quem foi filmado. Realizamos uma exibição especial para os colegas de Comissão antes de publicá-los, oportunidade em que todos discutiram o alcance possível da websérie documental. Os episódios das *Histórias Curtinhas* foram igualmente construídos em colaboração com

colegas de Comissão e com pessoas da Rede de Jovens+, movimento social de enfrentamento ao HIV/aids que esteve em fase de revitalização acompanhada pela equipe entre 2017 e 2018.

Para todos nós, nos dois processos de produção audiovisual, foi preciso nos reconhecermos nos vídeos, dialogarmos sobre a fabricação de novas linguagens para o registro da memória das políticas de IST/aids de Belo Horizonte e na prospecção de convite a pessoas jovens para a reflexão sobre o HIV/aids. Já havíamos experimentado antes posições colaborativas de escrita coautoral com participantes de pesquisa (KIND; CORDEIRO, 2016). Intensificamos, nessa experiência, a coparticipação de linguagens aproximadas das artes (LEAVY, 2018), como proposta deliberada de que os encontros entre participantes da universidade, dos serviços de saúde e de movimentos sociais e organizações da sociedade civil ressoassem para além dos textos acadêmicos, ampliando a audiência habitual do que se produz em nome da inserção que temos na universidade.

Tamboukou e Livholts (2015) defendem que as narrativas criam um efeito de “futurismo radical” (*radical futurity*), na medida em que permitem pensar não apenas o self que se narra, mas possibilitam “imaginar um futuro, mundos e pessoas ainda por vir.” (p. 96). As autoras partem do pressuposto de que as histórias que se contam, como eventos, são “forças narrativas”, na medida em que produzem efeitos de saber/poder e que são construtoras de realidades e sujeitos. Movidas por essa noção das narrativas como força, como potência, pelo apoio que essas autoras têm nos pensamentos deleuziano e foucaultiano, seguimos com nossa aposta de que contar, ouvir e compartilhar histórias ativam a imaginação, convidam à participação e à reflexão política das nossas formas de pensar e agir como pesquisadoras.

Por uma ciência democrática

Pensar processos democráticos, sejam esses políticos ou científicos, exige problematizar as experiências dos sujeitos considerando-os como

coprodutores da realidade e corresponsáveis pela transformação da realidade, inclusive aqueles colocados historicamente à margem por questões políticas específicas da nossa configuração enquanto nação brasileira.

Junto com isso deve-se repensar o próprio processo de construção do conhecimento cientificamente válido no país, e entendemos que as metodologias participativas são estratégias importantes para o reconhecimento de sujeitos à margem, de suas demandas e saberes como legítimos. Uma universidade se torna mais democrática à medida que mais atrizes e atores sociais participem desses processos e que sujeitos, que outrora eram objetos de pesquisa e de políticas públicas, se tornem coprodutores dessas mesmas pesquisas e políticas. Em tempos de retrocesso da democracia e de aniquilamento das diversidades, a ciência e as universidades são chamadas ao embate no sentido de se localizarem quanto à sua contribuição ao pleno exercício da cidadania e da democracia.

Nesta perspectiva, alguns aportes teóricos e conceituais podem ajudar na continuidade dessa reflexão aqui iniciada. Abordagens como a análise genealógica de Michel Foucault, as teorias feministas pós-coloniais, a teoria *queer* e a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe têm fornecido recursos conceituais e analíticos importantes para a reflexão sobre democracia, contribuindo para a problematização de modos de legitimação de dominações pela ciência e por outras práticas sociais.

Referências

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n.3, p. 552-563, 2012.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. 2. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2016.

CLANDININ, D. Jean et al. Ethical considerations entailed by a relational ontology in narrative inquiry. In: GOODSON, Ivor (Ed.). **The Routledge International Handbook on Narrative and Life History**. Abingdon, UK: Routledge, 2017. p. 418-430.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. Conos: **Revista de Ciencias Sociales**, v. 39, p. 79-95. 2011.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: ALBERTSON, Martha; MYKITIUK, Roxanne; FINEMAN, Martha (Org.). **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994. p. 93-118.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

FIGUEIRÔA, Alexandre; BEZERRA, Cláudio; FECHINE, Yvana. O documentário como encontro: entrevista com Eduardo Coutinho. **Galáxia**, n. 6, p. 213-229, 2003.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-239.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

Processos democráticos na ciência e na política: Metodologias participativas, sujeitos...

GEORGAKOPOULOU, Alexandra. **Small Stories, interaction and identity**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra. Small Stories Research: a narrative paradigm for the analysis social media. In: SLOAN, Luke; QUAN-HAASE, Anabel (Ed.). **The Sage Handbook of Social Media Research Methods** (Kindle Edition). Los Angeles: Sage, 2017, p. 266-281.

GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A. **Analysing narrative reality**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. **Notícias da vida: narrativas sobre a morte com mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/aids**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

KIND, Luciana; SOUZA, Emilene Araújo de. Calidoscópios narrativos: uma proposta de trabalho sobre o tópico sensível viver com HIV/aids. In: HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina Dellamore (Org.). **Alteridades em tempos de (in)certezas**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 43-56.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 10-19.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer; SAWAIA, Bader. Psicologia: ciência ou política? In: MONTERO, Maritza (Org.). **Acción y discurso**. Venezuela: Eduven, 1991, p. 05-69.

LACLAU, Ernesto; BHASKAR, Roy. Discourse Theory vs. Critical Realism. **Journal of Critical Realism – Alethia**, London, v. 1, n. 2, p. 9-14. 1998.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

LEAVY, Patricia (Ed.). **Handbook of ARTs-Based Research**. New York: The Guilford Press, 2018.

LEITE, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, v. 20, p. 2, p. 559-568. 2012.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación. **Boletín de Psicología**, v. 22, p. 219-231. 1986.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de La Liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MOANE, B. Bridging the Personal and the Political: Practices for a Liberation Psychology. **American Journal of Community Psychology**, v. 31, n. 1/2, p. 91-101, 2003.

MONTERO, Maritza. El paradigma de la psicología comunitaria y su fundamentación ética y relacional. In: **Introducción a la psicología comunitaria**. Desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 41-53.

MOUFFE, Chantal. A política e o político. In: **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 07-32.

NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; XIMENES, Verônica Morais. Pobreza e Saúde Mental: determinações do processo saúde-doença de usuários de um CAPS no nordeste do Brasil. In: RONZANI, Telmo Mota; SARTES, Laís Marcórela Andreoli; PERUCCHI, Juliana. **Psicologia e Saúde: contribuições e desafios**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015, p. 95-123.

PRADO, Marco Aurélio. Psicología Comunitaria nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 201-210, 2002.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Processos democráticos na ciência e na política: Metodologias participativas, sujeitos...

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre o ativismo e a academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REIGOTA, Marcos. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 1999.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. Representações culturais de sexualidade: construção, essência, heteronormatividade, ato sexual, sentimentos. **Enseñanza de las Ciencias**, v. 7, p. 1-4, 2005.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. 2003 Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1

SANDOVAL, Salvador. O que há de novo na psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho (Org.), **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 101-109.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, p. 14-24, 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Sociedade e pobreza**. Vitória: UFES, 2006.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGADÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014, p. 13-30.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; FEITOSA Marcos Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: RelumeDummará, 2004.

TAMBOUKOU, Maria; LIVHOLTS, Mona. **Discourse and narrative methods.** Los Angeles: Sage, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Pela descolonização das identidades trans. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO- ABEH, **Anais e Resumos.** p. 1-15. 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. Dissertação (Mestrado em Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



Pensando a intervenção: **Articulações entre a Psicossociologia e a Psicologia Social do Trabalho**

Fabiana Goulart de Oliveira

Leny Sato

Maristela de Souza Pereira

Vanessa Andrade de Barros

Introdução

O presente capítulo propõe-se a tecer reflexões sobre a intervenção no campo do trabalho, colocando em diálogo a Psicologia Social do Trabalho e a Psicossociologia. A noção de intervenção, tão cara à Psicologia Social de vertente crítica, à Psicossociologia e às perspectivas clínicas no âmbito do trabalho, é atravessada por um conjunto de questões que abrangem desde a origem da demanda, passando pelas configurações da proposta de trabalho, assim como pelos resultados esperados.

Esse texto objetiva tomá-la especialmente como objeto de análise, do ponto de vista teórico-político-metodológico. Inicialmente, são apontadas algumas compreensões possíveis sobre esse fenômeno à luz

da Psicologia Social do Trabalho. A seguir, são trazidas as contribuições da Psicossociologia e é apresentado um caso real, que dá sentido e concretude aos tópicos abordados. Por fim, são elencados alguns pontos de contato entre essas perspectivas.

A intervenção sob o ponto de vista da Psicologia Social do Trabalho

A primeira questão que emerge ao pensarmos as possibilidades de intervenção em Psicologia Social do Trabalho é justamente o que é “intervenção”, e algumas perguntas se seguem a esta: quem demanda? Quem a conduz? Como se dá a relação entre as/os psicólogas/os e as pessoas que vivem a situação que será objeto da intervenção? Quais os conhecimentos que embasam a intervenção? Quais as finalidades da intervenção?

Se buscarmos os significados do substantivo feminino “intervenção” no dicionário Houaiss, encontraremos, como definição mais geral: “ato de intervir, ingerência de um indivíduo ou instituição em negócios de outrem, como intercessor, mediador, etc.” Por sua vez, o verbo “intervir” é assim definido: “ingerir-se (em matéria, questão, etc.) com a intenção de influir sobre o seu desenvolvimento; interferir; interceder; (...); interpor sua autoridade, usar seu poder de controle; emitir opinião, contribuir com ideias, etc. (em conversa, debate, etc.); (... ; ...); estar presente, assistir. Buscando a etimologia latina do verbo – *Intervenio* –, encontramos os significados: “estar entre, sobrevir, assistir, entremeter-se, ingerir-se, meter-se de permeio, embaraçar-se, impedir” (HOUAISS, 2001). Essas palavras são usadas para se referir a várias situações, dentre as quais a intervenção do Estado ou intervenção cirúrgica.

Depreende-se, pelas definições acima, que a amplitude de entendimentos possíveis é vasta. Em um extremo, tem-se “entremeter-se” e “ingerir”, “impedir”, as quais implicam em ação quase unilateral e até autoritária, como seria o caso de uma intervenção do Estado.

Também denota que a intervenção é praticada por alguém de fora do contexto e que a assimetria de poder estrutura a relação entre aquele que faz a intervenção e aquele que a sofre. No outro extremo, tem-se “emitir opinião”, “contribuir com ideias”, “assistir”, que remetem à possibilidade de conversa e de cuidado. Nesta acepção, a intervenção dá-se por meio de uma relação dialógica, na qual saberes e concepções podem ser intercambiados e discutidos.

Nossa compreensão sobre intervenção em Psicologia Social do Trabalho (PST) aproxima-se do segundo posicionamento, baseando-se tanto em um entendimento teórico quanto político sobre o trabalho numa sociedade estratificada e desigual como a nossa, como explicitado na coletânea organizada por Coutinho, Bernardo e Sato (2017). Importante notar que nessa perspectiva o trabalho é considerado objeto central.

“Ao problematizar o modo como o trabalho se apresenta em nossa sociedade a PST tem, sobretudo, a intenção de questionar e apontar as condições e relações de trabalho que restringem as ações das pessoas, constroem seus modos de ser e limitam suas condições de vida.” (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 14).

Seguindo dois campos de conhecimento que proveem as fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho – a Saúde do Trabalhador e a Economia Solidária –, sempre partimos do ponto de vista e dos conhecimentos construídos pelos trabalhadores sobre sua realidade (ESTEVEVES; BERNARDO; SATO, 2017). São com as lentes dos trabalhadores e das trabalhadoras que procuramos ver as realidades de trabalho e é a partir de tais lentes que construímos os problemas que reclamam intervenção; em suma, interessa à Psicologia Social do Trabalho conhecer, equacionar e dar subsídios para encaminhar a resolução dos problemas-para-os-trabalhadores. Importante notar que a intervenção demanda uma postura investigativa; ou seja, uma prática de pesquisa, pois cada situação na qual os problemas se situam é fruto de circunstâncias que a tornam singulares, quer pelos processos, quer pelos contextos ou quer pelas pessoas que nelas estão implicadas.

Como bem nos ensinou Paulo Freire (1985), devemos acessar a “realidade concreta”, e a pesquisa-intervenção mostra-se adequada para tanto.

“Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que os fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.” (FREIRE, 1985, p. 35).

Orientada por estas linhas mestras, a intervenção só pode ser construída e conduzida juntamente com trabalhadoras e trabalhadores que vivem as situações-problema. Assim sendo, psicólogas e psicólogos nos vemos como co-partícipes de um processo em que conhecer os problemas e construir alternativas possíveis para resolvê-los (ou ao menos para minimizar suas implicações) é uma prática coletiva. Merece destaque o fato de que tal processo se constitui, a um só tempo, em intervenção baseada na pesquisa e em formação para psicólogas/os e para trabalhadoras/es, dado que ele oferece a oportunidade de conhecer a realidade, refletir sobre ela, podendo levar à ressignificação da relação trabalhadores/as-condição de trabalho, subsidiando a construção de novas formas de construção de ação coletiva. Nesse processo, conhecimento técnico/acadêmico e conhecimento construído na prática cotidiana de trabalho dialogam, muitas vezes de forma tensa, levando a novas indagações.

Desta feita, a intervenção em Psicologia Social do Trabalho enseja caminhos singulares, coletivamente construídos, nos quais tanto o processo como o produto são igualmente relevantes.

Apontamentos sobre a criatividade em processos de intervenção psicossociológica

Buscar compreender e intervir em situações de trabalho no mundo contemporâneo é um desafio constante, que exige do pesquisador sensibilidade, olhar e escuta apurada nas situações concretas de trabalho e diálogo com disciplinas diversas. Isto porque pensar o trabalho é interessar-se, sobretudo, pelos sujeitos na complexidade que os funda – suas singularidades, seus processos de constituição e engendramentos psíquicos e sociais, e sua capacidade criadora (BARROS; SILVA, 2017).

Em situações de intervenção psicossociológica – seja atendendo demandas externas ou do próprio pesquisador (CARRETEIRO; BARROS, 2014) – a capacidade criadora do profissional é convocada em permanência, especialmente porque lidar com as imprevisibilidades do meio e com as necessárias renormalizações assim o exigem.

Em um processo de intervenção, sobretudo em situações marginais, hostis, desvalorizadas, vulnerabilizadas (LHUILIER, 2015) onde se pretende a construção de novas maneiras de viver, de trabalhar e de resistir às situações adversas, essa capacidade criadora é essencial para o bom desenvolvimento do trabalho, tanto do profissional de intervenção quanto dos sujeitos que dela fazem parte.

Importante frisar, no entanto, que há um condicionante para o funcionamento criativo em um processo de intervenção: a implicação do profissional e o engajamento dos participantes. Para Enriquez (2001) a implicação significa simpatia e distância, o que impõe a dificuldade de equilibrar essas duas dimensões. A simpatia significa o interesse pelo objetivo da intervenção, pelas pessoas que dela participam e pelas questões que as atravessam tanto individual quanto coletivamente. De acordo com Amado (2013), o que é estudado nunca é totalmente exterior ao profissional da intervenção. Já a distância significa a necessidade de sair da situação para estranhá-la. Como afirma Barus-Michel: “é preciso entender a implicação como a capacidade de se dispor ao sentido, de acolhê-lo e em primeiro lugar admiti-lo ali onde ele nos atravessa o que é a melhor oportunidade para atingi-lo. Isso

não quer dizer imergir nele, mas reconhecê-lo, o que supõe ao mesmo tempo uma distância.” (BARUS-MICHEL, 2004, p. 126).

O engajamento dos participantes diz respeito a um desejo de mudanças, à mobilização de um potencial criador para o desenvolvimento de outras formas de seguir adiante sem sucumbir a uma posição vulnerabilizada, culpabilizada, adoecida.

Tais considerações nos aproximam das reflexões de Winnicott (1975) sobre criatividade, retomando análises desenvolvidas em artigo precedente (BARROS; SILVA, 2017). Em um recorte psicanalítico, a criatividade se apresenta como uma atitude do sujeito em relação a uma realidade que lhe é exterior e que ele associa ao sentido e ao gosto pela vida. Isto garante uma percepção de que a vida vale a pena; daí o sujeito agir em relação a ela e não ficar à sua mercê.

A esse respeito, Retondar e Mattos (2011) recorrem a Nietzsche, em *Assim Falava Zaratustra* (1985), onde ele afirma que o sujeito, diante do mundo, ou se coloca em uma relação de coisa, de objeto deste mundo moral que é dado de antemão, cabendo a ele somente atender e se guiar por tais preceitos ou, ao contrário, se rebela contra o instituído, contra as verdades pré-estabelecidas e funda uma nova possibilidade de ser no mundo da vida; constitui-se então como um sujeito que cria e recria o mundo, isto é, um sujeito que age e não aquele que reage à vida, uma vez que sua ação se encontra pautada em uma necessidade fundamental de expressão. O ato de criar, de resolver problemas e de inventar possibilidades significa oportunizar ao sujeito se apresentar como protagonista em dinâmicas que lhe dizem respeito.

Tal perspectiva dialoga com Danielle Hans, quando afirma que “a intervenção psicossociológica é uma prática de ajuda a mudanças nas organizações ou em meio aberto onde o objetivo principal é de sustentar as demandas e de colocar os sujeitos como protagonistas de suas evoluções e transformações” (2019, p. 387 tradução livre). Para essa autora (assim como para os psicossociólogos em geral), os dispositivos e as regras que estruturam um processo de intervenção

são construídos em situação, junto com as pessoas envolvidas e em função dos problemas colocados, das demandas elaboradas e das restituições efetuadas.

Nesse sentido, entendemos a importância da criatividade para ajudar a construir o movimento que deve ser realizado pelo sujeito para ser um pouco mais do que era antes, para fortalecê-lo e tornar-se protagonista.

Winnicott (1975), Retondar e Mattos (2011) nos ajudam a entender o lugar do profissional da intervenção nesse processo, ao explicarem que criar é destruir a realidade tal como ela se apresenta, visando acessar um novo domínio do sujeito em relação ao mundo, é se arriscar, é caminhar sobre novos trilhos, propor a novidade, não se contentar com a realidade fática, o que inscreve o sujeito como agente do mundo e não reagente deste mundo. Como alerta Jean Dubost (2006), o profissional de intervenção deve conceber seu papel em ruptura com o do especialista, do educador, do militante, do proselitista; ele deve tentar igualmente escapar das armadilhas da tecnocracia, da tentação de doutrinar, da ilusão pedagógica. Para nós, isto significa criar um lugar no processo de intervenção que seja único, singular àquela situação, que não se replica, dado que as situações são igualmente singulares.

Mas além de um processo de fomento e acompanhamento de mudanças orientadas por demandas e suas elaborações, a intervenção psicossociológica é igualmente um método de pesquisa “capaz de construir e de elaborar conhecimentos que outras orientações científicas não conseguem atingir.” (HANS, 2019, p. 388). Isto porque a intervenção é tributária da perspectiva clínica, não possui protocolos a serem seguidos e só se constrói em situações reais, convocando saberes múltiplos – teóricos e da experiência – e em processos de co-construção de dispositivos e instrumentos, seguindo especificidades e necessidades de cada fase do processo, que irão facilitar o desenvolvimento da pesquisa/intervenção. (CARRETEIRO; BARROS, 2014).

Interessante observar os efeitos formadores do trabalho de intervenção e sua transmissão – tácita e explícita – na medida em que os diversos saberes em cena constroem interfaces e abrem novas perspectivas de ação sobre a situação que está em análise: transmissão de saberes profissionais, científicos, de valores, de relações sociais, de uma cultura, de uma visão de mundo, de um ponto de vista sobre o trabalho. Entendemos que as dimensões da criatividade e transmissão se constituem em potentes analisadores de nossa prática e implicação quando incluídos em nossas reflexões sobre os processos de intervenção que realizamos; constroem novos olhares e caminhos para fazer avançar o campo de investigação sobre o mundo do trabalho em suas mais variadas modalidades.

A dialética da intervenção

A intervenção objetiva uma transformação no contexto onde ela opera, o que nos convoca a refletir acerca da natureza dessa transformação e da relação entre aquele que intervém e os trabalhadores que atuam. Retomando as questões apontadas no início da primeira seção, essas se apresentam com todo o vigor ao se iniciar uma experiência de intervenção. Se essa é sempre fundada numa “demanda social”, de que forma ela se expressa e quem são seus portadores/porta-vozes? Qual é o saber daquele que intervém? Em que medida ele é necessário para produzir transformações?

A intervenção, aqui, pode ser concebida como uma questão de postura. Uma postura de pesquisa, uma postura clínica, ou “desconforto intelectual” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016) que se diferencia daquela do *expert*. Dessa forma, a postura do profissional de intervenção está relacionada a uma determinada forma de produzir conhecimento e de inovar a partir do real. Uma maneira de acompanhar os indivíduos e os coletivos na sua história (DE GASPARO, 2018).

No âmbito dos trabalhos que se desenvolvem na marginalidade, fora dos espaços de valorização e prestígio social, muitas vezes con-

cebidos como “trabalho sujo” (HUGUES, 1996), o desconforto se apresenta também de forma objetiva, através da sujeira, do odor, da violência, dos perigos que confrontam diretamente o pesquisador nos processos de intervenção. Esses desafios, que podem ser abordados sob a noção de “implicação”, colocam em campo a subjetividade do profissional da intervenção, das pessoas junto às quais ele intervém, e diversas relações de intersubjetividades (AMADO, 2013).

A relação com o campo se constrói na interseção de um engajamento pessoal, de uma trajetória profissional e das regras sociais que estruturam a atividade. Assim, diversas demandas se articulam e se colocam em movimento (DE GASPARO 2018).

Uma pesquisa realizada numa cooperativa de catadores de materiais recicláveis apresenta uma situação em que a posição assumida por mim¹, enquanto pesquisadora, junto às trabalhadoras, facilitou minha compreensão acerca da atividade das triadoras² e permitiu que elas conversassem sobre o seu fazer. O recorte apresentado a seguir, refere-se a uma situação de pesquisa cuja análise não se esgota nesse texto.

Durante a pesquisa, depois de seis meses de observação e entrevistas com as trabalhadoras que separavam os materiais recicláveis sobre a esteira, tentando compreender as relações presentes naquela atividade, eu tinha a impressão de que não conseguia ir além do que eu já havia enxergado. Comecei a indagar se eu compreenderia diferentemente o trabalho, ou se conseguiria levantar outras questões se o fizesse junto com as triadoras.

Habitada por este incômodo, cheguei um dia à cooperativa onde “a esteira estava desfalcada”. Três triadoras haviam faltado. Perguntei se eu poderia experimentar triar com elas. Além disso, perguntei se havia um par de luvas que eu poderia usar e se havia um lugar na esteira

.....

1 A pesquisa foi realizada por uma das autoras. Como a narrativa ofertada trata justamente da implicação da pesquisadora, optamos por mantê-la em primeira pessoa.

2 As triadoras são trabalhadoras, em sua maioria mulheres, responsáveis pela separação dos materiais recicláveis.

que me possibilitaria triar sem atrapalhá-las. A primeira resposta foi de espanto: “Você está doida?”, perguntou uma triadora. Insisti que gostaria de aprender como funcionava o trabalho.

Uma triadora me jogou as luvas e sugeriu que eu me posicionasse no início da esteira e separasse o plástico. O movimento da esteira foi interrompido para que eu pudesse chegar até o posto onde eu deveria ficar ao lado da controladora da esteira, próximo à “boca”, onde saem os materiais. Disseram-me que eu separasse os plásticos coloridos e leitosos dos transparentes. Assim que vesti as luvas e a esteira começou a movimentar, fiquei um pouco apavorada porque era difícil reconhecer os materiais e, ao mesmo tempo, coordenar os movimentos de pegá-los e colocá-los nos locais adequados. Tentei usar as duas mãos para pegar materiais diferentes, como eu as via fazer, mas isso tornava a tarefa mais difícil. Além de separar os plásticos, eu tinha que abrir os sacos que as triadoras anteriores não conseguiram abrir. As orientações ainda me foram sendo dadas durante o trabalho, pelas triadoras que estavam do meu lado. Elas me corrigiam à medida em que eu ia colocando os materiais nos funis. Na verdade, os critérios para separação não eram tão simples como pareciam. Nem todos os plásticos transparentes podiam ser postos no mesmo funil. Os “barulhentos”, por exemplo, eram de menor qualidade, deveriam ser colocados junto aos coloridos, mas isso dependia do grau e do tipo de sujeira neles envolvidos. Se estivessem “muito molhados” ou “muito sujos” não poderiam ser aproveitados, mas, “se dessem pra secar”, poderiam. As regras de separação dos plásticos coloridos e das sacolinhas de supermercado também apresentavam exceções. Nem todas elas podiam ser explicitadas. Portanto, além de coordenar os movimentos junto com a esteira, eu perguntava o tempo todo às triadoras mais experientes: “Este pode colocar aqui?” “Este está certo?”

Triei durante quase 40 minutos que me pareceram horas. Com a atenção focada na triagem, não conseguia conversar, como faziam as triadoras experientes. O movimento da esteira, às vezes, me deixava tonta. Algumas triadoras já haviam falado dessa sensação de

enjoo, causada pelo movimento da esteira. Quando apareciam muitos plásticos e eu percebia que não conseguiria pegar todos, empurrava-os na direção contrária ao movimento da esteira para tentar ganhar tempo – quando eu as observava, eu as via fazendo isso. Eu fazia por imitação esse movimento, mas uma triadora, que estava à minha frente, pediu que eu não fizesse isso, porque provocava buracos na esteira e atrapalhava o trabalho das outras. Disse ainda que eu precisava “mexer mais o corpo” porque daquele jeito eu “não conseguiria pegar nada”.

Mais tarde, no intervalo, uma triadora comentou que eu não queria dobrar o corpo pra não sujar a roupa, mas que as mulheres que trabalham lá “de verdade” têm que dobrar o corpo, encostar a barriga na esteira. “Não pode ter medo do lixo ou medo de se sujar” – explica ela. Algumas triadoras, sobretudo as mais baixas que precisam debruçar-se sobre a esteira para alcançar os materiais, mostraram marcas da esteira na barriga. Já as mais altas sentem dores nas costas porque têm que ficar abaixando.

Depois que participei da triagem, durante o intervalo, tive a impressão de que as triadoras se aproximaram de mim, ou permitiram que eu me aproximasse delas. É possível que o fato de eu ter participado da triagem as tenha estimulado a falar sobre a atividade delas e/ou me sensibilizado a ouvi-las, apurando meu olhar e escuta. Talvez, agora fizesse mais sentido falar comigo sobre o assunto!

“Ser afetado” diz respeito a uma dimensão central do trabalho de campo. Trata-se da experiência de habitar um outro lugar, de ser tomado pelas suas intensidades específicas, as quais, em geral não são significáveis (BARBOSA, 2012). Como lembra Barbosa Neto (2012), não se trata de entrar em uma relação fusional com as pessoas com as quais estudamos, nem de imaginar, por uma condescendente empatia, como seria estar no lugar delas, mas de efetivamente estar nesse lugar, de habitá-lo, ou de ser habitado por ele.

Naquele dia, após ter triado com as triadoras, sentei-me junto delas numa pedra onde elas costumavam ficar durante o intervalo. Diferente das outras vezes, naquele dia e nos que se seguiram, pare-

ceu-me que havia mais pessoas sentadas ali. Considerei a hipótese de que, antes, a minha presença pudesse afastar algumas delas e que a minha participação na triagem tivesse estreitado o vínculo entre nós.

Uma triadora perguntou-me o que eu achei de triar, e eu respondi que era mais difícil do que parecia. Elas riram. Perguntei se eu havia passado no teste. Responderam que não. “Você é ruim demais!” Observaram que, num determinado momento, eu havia começado a tossir. “Gente assim não fica”. Observaram que eu parecia ter medo de rasgar os sacos. De fato, eu temia que, dentro dos sacos houvesse algum objeto perfurocortante ou nojento.

A minha participação na triagem trouxe novos elementos de análise, e acredito que tenha permitido uma melhor orientação das entrevistas, baseadas numa melhor compreensão, tanto de minha parte, quanto das trabalhadoras, que puderam dialogar acerca da sua atividade. Além disso, foi interessante perceber como, de certa forma, eu me tornei uma espécie de instrumento, por meio do qual as triadoras puderam falar sobre seu trabalho.

Tessituras

Apesar das diferenças que perpassam as abordagens aqui focalizadas, optamos por dirigir nosso olhar para os aspectos de encontro, aqueles que ambas perspectivas compartilham ao tomar a intervenção como tema de interesse.

O primeiro que apontamos é a produção de saber, dimensão indissociável da intervenção, que é atravessada pela investigação da qual se faz inseparável, posto que gera conhecimentos para os sujeitos envolvidos e também para o sujeito que intervém. Há que se considerar ainda o sentido inverso, qual seja, de que qualquer modalidade de investigação comportará, em maior ou menor grau, algum nível de intervenção.

Outro aspecto comum às visadas aqui consideradas, é o propósito de intervir junto a coletivos ou em contextos de trabalho. O

clássico enunciado “conhecer para transformar” traduz as relações entre a produção de saber e a produção do mundo, utilizando-se da primeira para gerar mudanças no segundo. No entanto, essa é também uma relação dialética, uma vez que ao se intervir sobre o meio, esse também se torna inteligível. Conhecimento e ação mostram-se assim como aspectos entrelaçados, como condição e simultaneamente como efeito do processo interventivo, que buscará a resolução de problemas concretos e a transformação do ambiente e das condições de realização da atividade.

Ainda sobre a dimensão do saber, um aspecto a ser apontado é que, tanto para a Psicologia Social do Trabalho, quanto para a Psicossociologia, essa tem como premissa um protagonismo dos/as trabalhadores/as, que são sujeitos do conhecimento e não meros objetos de estudo. Sob esse signo, afastam-se do lugar do saber único e das decisões unilaterais do “especialista”, que marcam relações hierárquicas com os sujeitos com os quais estabelece contato e posturas autoritárias de produção de conhecimento no âmbito da academia. Nesse sentido, é importante apontar que não se trata apenas de conceber um lugar privilegiado para o saber dos trabalhadores, mas também de reconhecer o não saber daqueles que intervêm, sejam psicossociólogos, psicólogos sociais, ergonomistas, dentre outros. Tal aspecto relaciona-se ao já mencionado desconforto intelectual e deve ser perseguido através de um interrogar-se constante por parte daquele(s) que conduz(em) a investigação.

No âmbito da ação/transformação, é fundamental destacar que ela afeta os sujeitos e coletivos de trabalhadores e também os sujeitos que promovem a intervenção, como o exemplo destacado no tópico anterior deixa evidente. Arelada a essa questão, devemos refletir sobre a questão da demanda, também já discutida nas seções precedentes. A intervenção, seja guiada pela PST, seja orientada pela Psicossociologia do Trabalho, jamais se dará a partir um vazio de intenções. Essa poderá ser originária do grupo de trabalhadores/as, mas também poderá ser disparada pela pessoa que intervêm ou que pesquisa. Nos dois cenários,

o que se coloca como fundamental é discernir os aspectos explícitos e implícitos, diferenciando a “encomenda” do que efetivamente constitui a demanda, tal qual discutido por Barros, Pereira e Barros (2017).

Diante das considerações aqui apresentadas, resta reconhecer a dimensão política do processo de intervenção. Não há agir neutro. Não há ciência neutra. Não há produção humana que não seja atravessada por concepções de mundo, por projetos de sociedade. Para aqueles que teimam em negar essa constatação, deixamos aqui as palavras de Alejandro Jodorowsky, portadas por Walter Hugo Mãe: “Pássaros criados em gaiolas acreditam que voar é uma doença” (2018, p. 13).

Referências

- AMADO, Gilles. Implication. In: BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LÉVY, Andre. (Ed.). **Vocabulaire de Psychosociologie références et positions**. Toulouse: Eres, 2013. p. 367-374.
- BARBOSA, Edgar Rodrigues. O quem das coisas: etnografia e feitiçaria em Les mots, la mort, les sorts. **Horiz. antropol.** [online]. 2012, v. 18, n. 37, p. 235-260, 2012. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100010
- BARROS, Vanessa Andrade; PEREIRA, Maristela de Souza; BARROS, Carolyne Reis. Intervenção Psicossociológica no campo do trabalho: pesquisar e intervir. In: VIEIRA-SILVA, Marcos et al. (Org.). **Democracia, política e psicologia social: rupturas e consolidações**. Coleção Encontros em Psicologia Social. Florianópolis: ABRAPSO, 2017, p. 139-154.
- BARROS, Vanessa Andrade; SILVA, M. S. La créativité nécessaire dans les activités marginales. In: AMADO, Gilles et al. **La créativité au travail**. Toulouse, FR: Eres, 2017. p. 241-258.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. **O sujeito social**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina Othenio; BARROS, Vanessa Andrade. Intervenção psicossociológica. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira. **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho: clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 101-128.
- COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. (Org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- DUBOST, Jean. **Psychosociologie et intervention**. Paris: L'harmattan, 2006.
- DE GASPARO, Sandro. Editorial. In: **Education Permanente. Actualité de L'intervention. Évolutions, Pratiques, Transmission**. Paris, n. 214. p. 5-8, 2018.
- ENRIQUEZ, Eugène. **Implication et distance. Les cahiers de l'implication**. Paris: Université Paris 7, 2001.
- ESTEVEES, Egeu; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In: COUTINHO,

Maria; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny (Org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 49-80.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 34-41.

HANS, D. Intervention psychosociologique In: Vandeveldde, R.; Fugier, P. **Dictionnaire de Sociologie Clinique**. Toulouse: Eres, 2019. p. 387-390.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUGUES, Everett Cherrington. **Le Regard Sociologique**. Paris: Éd. de l'École des hautes études em sciences sociales, 1996.

LHUILIER, Dominique. Puissance normative et créative de la vulnérabilité. **Revue Education Permanente**, v. 202, p. 101-116, 2015.

MÁE, Walter Hugo. **Contos de cães e maus lobos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2018.

NIETZSCHE, F. **Assim falava Zaratustra**. São Paulo: Hemus, 1985.

RETONDAR, Jeferson José Moebus; MATTOS, Rafael da Silva. A criatividade como vontade de potência e como expressão da agressividade no contexto de uma pedagogia humana. **Revista Filosofia Capital**, v. 6, n. 12, p. 14-24, 2011.

SATO, Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In: **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 11-24.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e Ergologia II: Diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016.

WINNICOT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

IX

A “balbúrdia” da construção das universidades como espaços democráticos:

Relato de experiências

Rafaela Vasconcelos Freitas

Roberto Alves Reis

Dalcira Ferrão

Introdução

Este breve capítulo integra as discussões propostas por esse livro, através de reflexões sobre duas experiências que envolvem militâncias universitárias em busca de relações mais democráticas entre os gêneros e as sexualidades no contexto educacional. As autor(e)s em suas diversas filiações institucionais participaram dessas ações ao longo de suas trajetórias de formação e profissional e acreditam que essas experiências foram fundamentais para ampliar em seus respectivos espaços o debate a respeito do papel da escola na manutenção de hierarquias sexuais e de gênero, e seu poder de transformação social.

Ao longo da última década, Minas Gerais, assim como outros estados brasileiros, foi palco de diversas iniciativas de jovens que buscavam

ocupar e transformar os espaços institucionais de formação acadêmica, tanto aqueles de âmbito público quanto os de instituições privadas. (AMARAL, 2014; LIMA, 2018) Muitas delas buscavam construir formas de participação e ação que se diferenciavam das tradicionais militâncias partidárias e/ou estudantis organizadas, por não compartilharem de seus modos de ação e filosofia e/ou por perceberem uma moralização/hierarquização sobre os debates de gênero e sexualidades nos mesmos. De modo geral, compartilham do entendimento de que a homofobia, esse termo em constante tensionamento e disputa no âmbito público, pode ser entendida como um mecanismo de produção das hierarquias sexuais e sociais e efeito das mesmas, assim como representa as violências, manutenções e naturalizações das normas de gênero (BUTLER, 2006; RUBIN, 1984).

O Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GU-DDS!) composto majoritariamente por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nasce em 2007, quando estudantes da graduação em Psicologia (seguidos por outros de Letras, Artes Cênicas, Belas Artes e Farmácia) se reúnem para discutir a necessidade de um espaço de compartilhamento de suas vivências não-heterossexuais na universidade. Tanto para a troca de experiências como para o estudo de textos teóricos relacionados à diversidade sexual. Havia uma sensação de que suas vivências, performatividades e falas públicas os subalternizavam, inclusive nas universidades, e de que era necessário agir politicamente. A reflexividade sobre as dinâmicas de gênero estruturando hierarquias e formas de participação interna e externamente faz com que alguns anos depois surgisse em seu interior um seguimento nomeado Articulação Feminista do GUDDS! a AFGUDDS!.

Por sua vez, o projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia, do Centro Universitário Una, tem promovido, desde 2011, diferentes ações com o intuito de se construir uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. Para isso, o projeto busca dialogar com aqueles e aquelas que integram o dia

a dia de uma instituição de ensino superior: estudantes, professores, colaboradores, coordenadores e diretores, por meio de palestras, mesas redondas, oficinas de capacitação e eventos culturais. Duas vezes agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, o projeto estendeu suas ações para além dos muros da escola e mantém estreita proximidade com ONGS e movimentos LGBT de Belo Horizonte e região, promovendo coberturas audiovisuais de Paradas do Orgulho LGBT, assessorias de imprensa e comunicação e formação de educadores de escolas públicas e privadas.

Esses grupos, assim como muitos outros formados ao longo do país, têm formatos específicos, histórias de criação e fortalecimento diversos e modos de ação e parcerias singulares em função dos contextos locais e consensos grupais. No entanto, se assemelham na proposição de re-pensar e re-construir os espaços acadêmicos (públicos e privados) a partir da criação de redes de sociabilidade para lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) e também heterossexuais nos *campi*; e por entender que a ação política pode se dar também através das ferramentas de produção de saber como, a proposição e reformulação de disciplinas, produção de artigos e outras publicações, promoção de eventos que considerem tanto o saber acadêmico como aquele produzido no âmbito dos movimentos sociais e populares, assim como a interpelação de políticas institucionais que desconsiderem as especificidades das vivências LGBT ou promovam e silenciem violências.

Seus contextos de criação estão inseridos em um panorama nacional mais amplo. Políticas federais como o Programa Brasil sem Homofobia (2004) possibilitaram a criação de espaços nas universidades públicas, que tensionaram estruturas canônicas revelando a urgência de “chamar as violências pelo nome”. Novos núcleos de pesquisa e centros de referência, por exemplo, estabeleceram espaços institucionais para a pesquisa e debate de temáticas como as sexualidades, as dinâmicas raciais e sociais. Em muitas universidades, esses sítios foram fundamentais no estabelecimento de parcerias e apoio institucional, que, de modo

material e/ou simbólico, apoiaram alunos em iniciativas de criação e fortalecimento de seus coletivos, ampliando os espaços de formação para além das salas de aula e auditórios; expandindo e legitimando (novas) áreas de pesquisas e projetos de extensão; estimulando novas pesquisas de mestrado e doutorado que produziram outras leituras sobre relações e experiências marginalizadas, inclusive revisando produções das próprias áreas; aproximando movimentos sociais e políticas públicas locais das dinâmicas universitárias através de diversas parcerias; além de promover o estabelecimento de políticas afirmativas e de democratização do acesso e permanência no ensino superior, como as políticas de cotas e de reconhecimento do nome social.

Além disso, desdobramentos das políticas nacionais promoveram, em parceria com esses núcleos e laboratórios, cursos de formação continuada para diversos profissionais, principalmente educadores, em temáticas diversas, tanto relativas aos gêneros e as dinâmicas da sexualidade, mas também ao campo da inclusão, questões indígenas e relações étnico-raciais. Ao longo dos últimos anos, muitas produções têm avaliado as potências e limitações dessas iniciativas nos formatos ofertados (DINIZ, 2017; ROCHA, 2012). No entanto, é inegável que elas revelaram dinâmicas interpessoais e institucionais que reproduzem exclusões e legitimam a hierarquização das experiências, e que se perpetuam através de uma formação profissional que ignora e/ou silencia o caráter violador de determinadas concepções normativas. Entranhada nos currículos, nos financiamentos de pesquisa, no delineamento das fronteiras do fazer dito científico.

Discutir das temáticas de gênero e diversidade no contexto acadêmico se faz urgente na medida em que grande parte das(os) estudantes passam a ter a dimensão de que não se enquadram nas lógicas cis-hetero-normativas e sentem na pele os efeitos da LGBTfobia.

Diante do exposto, esse capítulo apresenta a experiência do saudoso Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), cujas ações têm início no contexto da capital, mas que, com o passar dos anos, alcançaram outras cidades mineiras por meio da Rede

Universitária de Diversidade Sexual (RUDS). A seguir, o capítulo traz os depoimentos de alunas e alunos LGBT a respeito de como as ações do projeto Una-se contra a LGBTfobia, ao longo de oito anos, impactaram suas vidas pessoais e acadêmicas no interior de uma instituição de ensino privado em Belo Horizonte. Terminando com alguns apontamentos que indicam como as universidades “tem contexto” estão inseridas em comunidades e podem e devem contribuir para a resolução dos problemas sociais de cada época. Porque elas são complexas e pertencem ao mesmo tempo, tanto à produção normativa dessa sociedade, das suas estruturas, das categorizações sociais, da distribuição de recursos, como ao espaço da sua contestação e das leituras possíveis sobre o comum.

Do GUDDS! a RUDS

O GUDDS! ao longo da sua trajetória e através de diversas e importantes parcerias promoveu e participou da organização de uma série de ações, entre elas se destacam a I Semana Universitária da Diversidade Sexual – I SUDS (2008), premiada pelo Ministério da Cultura em 2008, o VII Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual – ENUDS 7, em 2009, na UFMG; VII Encontro Sudeste de Travestis e Transexuais e I Encontro da Rede de Professoras TRANS-EDUC da ANTRA (2012), em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG). Anualmente, esteve envolvido em comemorações ao Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Destacamos esses eventos, pois eles promoveram uma série de tensionamentos nas dinâmicas institucionais da universidade, alterando os cenários, mobilizando outros atores da comunidade acadêmica para além dos alunos. Realizar esses eventos nos *campi*, preenchiam os corredores de palavras e sujeitos que no cotidiano, não pareciam habitá-los.

Uma das ações que também merece destaque foi a criação da Rede Universitária de Diversidade Sexual – RUDS Minas. A RUDS

foi uma articulação de grupos universitários que tinha como objetivo a promoção da diversidade sexual e o combate à homofobia nas universidades. Surgiu de uma iniciativa do GUDDS! /UFMG e do grupo Primavera Nos Dentes, composto por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Após a realização da I SUDS, em Belo Horizonte, integrantes do GUDDS!, em contato com estudantes de graduação na UFV, estabeleceram uma rede de cooperação, tendo em vista a expansão dos trabalhos de produção acadêmica e militância LGBT universitária já em curso na UFMG e o fortalecimento do grupo do interior mineiro. No ano seguinte, ocorreu o primeiro seminário de Diversidade Sexual da UFV, e, no ano posterior, a I Semana da Diversidade Sexual da UFV. Dessas interações nasce a REMIGUDDS – Rede Mineira de Grupos Universitários em Defesa da Diversidade Sexual, posteriormente renomeada para Rede Universitária de Diversidade Sexual – RUDS Minas.

A Rede surge e atua em função do histórico de preconceito e discriminação contra as sexualidades não-heterossexuais e identidades de gênero não-normativas de estudantes de diferentes universidades mineiras, buscando romper com o silenciamento sobre esses temas. Teve como principais ações a promoção de debates públicos, convocando a comunidade acadêmica para discutir sobre homo e transfobias, mobilizando diferentes atores como funcionários/as das universidades, professores/as de diversas unidades acadêmicas, representantes do poder público estadual e municipal e também representantes dos movimentos sociais LGBT e dos movimentos estudantis. Em uma parceria entre RUDS, a Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base (RedEAmérica) e o Instituto Pauline Reichstul (IPR), foi criado um Edital de Fortalecimento desta Rede com o intuito de fomentar grupos universitários de diversidade sexual em todo o estado. Esse edital permitiu que a RUDS tomasse novas dimensões, visto que mais sete grupos, cada qual com um projeto de ação específico, passaram a integrá-la. Os projetos foram executados principalmente entre 2011 e 2012. Os

grupos estavam localizados tanto na capital do estado como em cidades da região metropolitana e o interior mineiro, como Viçosa, Juiz de Fora, Contagem, Uberlândia, Lavras e Ouro Preto.

A RUDS foi plural e diversa, com integrantes de diferentes instâncias acadêmicas (graduação e pós-graduação) e de diversas áreas de conhecimento, tanto aquelas das ciências humanas, como Psicologia, Direito, Ciência Política, Artes Cênicas, Comunicação, quanto outras de áreas biológicas e agrícolas, abundantes no interior do Estado. Contou com o apoio de núcleos de pesquisa e estudos sobre sexualidade e gênero e também de organizações LGBT. Durante a vigência do projeto, integrantes do dois grupos proponentes da Rede viajaram por todo o Estado, visitando as sedes do novos grupos, apoiando a organização e realização de eventos locais e compartilhando experiências sobre as militâncias universitárias. A heterogeneidade dos grupos e contextos locais não impedia os diálogos, mas tornava desafiadora a construção das ações e interpelações institucionais.

O Una-se contra a LGBTfobia

“Eu só consigo enxergar o projeto como uma oportunidade para ocupar a faculdade, de ter o meu espaço, de ser visível do modo que eu sou, do jeito que eu sou dentro da faculdade. Para mim, o projeto significa liberdade”. A fala do estudante de Psicologia do Centro Universitário Una Matheus Soares, que abre o vídeo de comemoração dos sete anos do Una-se contra a LGBTfobia, lançado em julho de 2018 e disponível no canal da UnaTV no Youtube, desperta em nós sentimentos ambíguos e contraditórios¹.

Por um lado, a fala do jovem homem trans nos mostra que ações de projetos de extensão, como o Una contra a LGBTfobia, podem ter um grande impacto na trajetória escolar de alunas e alunos LGBT em um local, que, muitas vezes, mostra-se extremamente hostil e excludente a elas e eles. Quando o Una-se foi lançado no primeiro semestre

.....
1 O vídeo completo pode ser visto em: <https://www.youtube.com/user/canalUNATV>.

de 2011, vinculado ao curso de jornalismo do Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG), o objetivo era promover ações que buscassem construir uma cultura do respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. O foco era e continua sendo uma formação cidadã dos estudantes, futuros profissionais que atuarão, em breve, na sociedade. O depoimento do estudante de Psicologia parece indicar que o projeto está próximo do que esboçou como objetivo.

Por outro lado, a mesma fala desvela a dura realidade a qual estão submetidos estudantes LGBT, principalmente pessoas trans e travestis, no ambiente escolar em nosso país. Quando Matheus diz que vê o Una-se “como uma oportunidade para ocupar a faculdade”, ele expõe como uma exceção a ser celebrada: aquilo que deveria fazer parte do dia a dia de todas as escolas. Ao comemorar poder ser visível do jeito que é, a realidade que as palavras do estudante denunciam é a de um ambiente escolar historicamente construído a partir de padrões heteronormativos, que promovem diversas formas de violência contra aquelas pessoas que não se adequam a tais padrões. Invisibilizá-las é uma dessas violências, que ainda ganham forma em insultos, ameaças e humilhações, chegando a agressões físicas e exclusão. Qualquer educador ou educadora que prestar atenção em sua sala de aula percebe essa dinâmica violenta, seja pelas piadas e comentários LGBTfóbicos e as agressões verbais de estudantes contra colegas LGBT, seja pela ausência quase total de estudantes travestis e trans. Essas observações podem ser feitas tanto se considerarmos os ensinamentos fundamental e médio quanto o ensino superior. Infelizmente, comentários e comportamentos LGBTfóbicos explícitos não ocorrem apenas em salas de aula, mas também nas salas dos professores e em outros espaços das escolas. O pesquisador Rogério Junqueira (2009) fala em uma verdadeira “pedagogia do insulto”.

No mesmo vídeo do Una-se, o então estudante de jornalismo da Una, Gael Benítez, explica uma das frentes de atuação do Una-se contra a LGBTfobia: “Quando a gente vai falar sobre LGBTs, quan-

do a gente vai falar de respeito e diversidade, eu acho que a base de tudo é a educação, e é exatamente isso que o Una-se trabalha, tanto levando informação para aqueles que não estão nesta sigla, para as pessoas que não vivem essa realidade e que precisam aprender isso para terem mais tolerância, para terem mais respeito, e também como uma forma de empoderamento para aqueles que estão dentro da sigla”. Homem trans, Gael foi voluntário do projeto durante três anos e participou de várias ações de sensibilização e conscientização junto a outros estudantes, professores, funcionários e mesmo com o público externo. Em 2017, por exemplo, Gael integrou uma equipe, junto com o aluno de Cinema Jacson Dias, que promoveu a oficina de capacitação “Cine Diversidade” para funcionários e funcionárias dos Correios em diversas agências de Belo Horizonte.

Ter como objetivo construir uma cultura do respeito no ambiente escolar implica envolver todas as pessoas que participam das diversas interações que existem ali. É comum vermos ações de combate a LGBTfobia voltadas exclusivamente para estudantes por meio de palestras, mesas-redondas ou oficinas. O Una-se também promove tais ações, elas são fundamentais para se promover a conscientização, para dar visibilidade às opressões de gênero e sexuais que subjazem nas práticas cotidianas de uma escola. No entanto, essas ações não podem visar apenas aos estudantes como agentes de transformação.

Como já apontamos, opiniões e comportamentos LGBTfóbicos provêm também de professoras e professores, mesmo nas universidades. É importante estarmos atentos sobre o quão pouco a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual ocorre na formação desses professores e professoras. Em nossa experiência, encontramos poucos profissionais de educação no ensino superior que tiveram a oportunidade para refletir, ao longo de sua trajetória acadêmica, sobre heteronormatividade, LGBTfobia, gênero, sexualidade e temas afins. Provenientes de áreas diversas, como Saúde ou Exatas, tais profissionais, quando vão para sala de aula, acabam reproduzindo, de modo acrítico, preconceitos presentes na sociedade brasileira. É preciso entender a

LGBTfobia como um preconceito estrutural, que organiza, hierarquizando, as relações sociais e que não se apresenta como tal. Como Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Machado (2008, p. 67) defendem, o preconceito “nos impede de ‘ver’ que ‘não vemos’, e ‘o que é que não vemos’, ou seja, ele atua ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos”. A reprodução acrítica da LGBTfobia por professoras e professores pode ser vista como parte desse processo. Quando iniciaram-se as ações do Una-se, estava-se ciente dessa discussão. Vale lembrar que, desde o começo do projeto, contou-se com a parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH), da UFMG, cujo trabalho pioneiro e de relevância nacional, é coordenado pelo professor Marco Aurélio Máximo Prado. Assim, desde o início, o Una-se focou na sensibilização e conscientização de professores e professoras, principalmente, do próprio Centro Universitário Una, mas também de educadores de escolas públicas e privadas de Belo Horizonte e região.

Além de professores e estudantes, é preciso engajar nesse diálogo para a construção de uma cultura do respeito outros membros que compõem a comunidade escolar, funcionários administrativos, receptionistas, porteiros, colaboradores dos serviços gerais, coordenadores de cursos, membros dos colegiados e diretores de diferentes *campi*. Palestras e campanhas são algumas das estratégias. Recentemente, foi criado nas redes sociais internas da instituição um grupo que se chama “Diversidade e inclusão” para levar a importância dessa discussão para colaboradores de diferentes estados. São primeiros passos, necessários, mas que precisam avançar se realmente se deseja construir uma sólida cultura do respeito às diferenças na qual todas e todos estejam dispostos a reconsiderarem conceitos e práticas.

Em um certo momento do seu emocionante depoimento no vídeo do Una-se, a estudante trans do curso de Cinema da Una Alice Saturno afirma:

Você não ter que entrar em uma lista gigantesca e burocrática para

do projeto, ela, ao mesmo tempo, desvela como a dinâmica familiar pode ser cruel para pessoas trans ou travestis. Aqui, o Una-se se depara com seus limites, pois pode-se promover o respeito e também o acolhimento de dos estudantes LGBT no ambiente acadêmico, pode-se também promover uma maior conscientização desses alunos e alunos e o orgulho de serem quem são. No entanto, não alcançamos essas dinâmicas familiares.

O vídeo em comemoração aos sete anos do Una-se contra a LGBTfobia foi produzido por estudantes do curso de cinema que integram o projeto. Ao longo desses anos, é perceptível que o engajamento dos estudantes em eventos e ações do Una-se, como a cobertura da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, desperta-lhes uma consciência política em relação às questões LGBT, que passam a ser vistas para além de uma questão de vivência pessoal. É possível perceber também que muitos passam a integrar ONGs LGBT da cidade. Essa prática pelas quais essas alunas e alunos passam é transformadora, pois leva também a autorreflexão.

As aulas inaugurais do campus no qual nasceu o projeto, que se chama Liberdade, têm um instante dedicado à apresentação do Una-se contra a LGBTfobia. Nessa hora, explica-se o projeto e exibe-se o vídeo com os depoimentos. Calouras e calouros têm a oportunidade de, nesse primeiro momento, serem apresentados a diferentes histórias. Alguns se identificarão com as pessoas que aparecem nas imagens, outros estarão escutando pela primeira vez sobre vivências como aquelas. O vídeo funciona como um gesto de boas-vindas e um convite à reflexão.

Alguns apontamentos

As experiências relatadas acima exigiram dos jovens universitários envolvidos um aprendizado sobre as dinâmicas institucionais e as estruturas organizacionais, mas também reflexões sobre as políticas do cotidiano e a sua centralidade para as mudanças desejadas. Se no

contexto de criação do GUDDS! não havia estudantes trans nomeados enquanto tal, participando da criação do grupo, na atuação do Una-se essas demandas têm centralidade, e são possíveis também em função das conquistas e transformações geradas nessa trajetória.

Corroboramos com Prado, Arruda e Martins (2009) quando afirmam que o debate sobre as militâncias universitárias está relacionado à noção de políticas públicas, à gestão dos corpos e das funções em uma sociedade.

Ora, se a escola é, ou pode ser entendida como, uma instituição da esfera da política, então ela terá de lidar com a regulação e a norma. Mas não só, terá também de se ater ao conflito que ainda não se institui como fala, mas pode ser encontrado no silêncio, na violência ou nos antagonismos contemporâneos (MOUFFE, 2005). Ou seja, sendo um braço da esfera da política, a escola é, por excelência, o espaço não da regulação, mas, ao mesmo tempo, da afirmação e da interpelação da regulação, da sua crise e da sua crítica. Ela é parte do mundo comum instituído pela própria divisão. Por isso, a escola precisa ser contraditória, laboratório de experiências da inovação do cotidiano, espaço que disponibiliza instrumentos, criados através dos conflitos e da regulação, capazes de nomear as experiências de sociabilidade, sem necessariamente impor hierarquias valorativas para cada uma delas. Dessa forma, se a escola é uma instituição da política, ela não é uma instituição da moral. (PRADO; MARTINS; ROCHA, 2009, p. 218).

Entendemos que a atuação desses grupos teve grande contribuição no alargamento da compreensão sobre as dinâmicas da homofobia, ao afirmarem suas dimensões interpessoais e institucionais, colocando em debate, tanto seu âmbito psicológico e social que produz adoecimentos e abandono das trajetórias de formação, quanto seu atrelamento à estruturação institucional que utilizava de uma “moralização da sexualidade” para despolitizá-la. Relegando ao espaço privado e individual o seu domínio, desconsiderando sua responsabilidade nessa dinâmica. Essas iniciativas visibilizaram também as frágeis fronteiras

entre ciência e posicionamento político, que muitas vezes dizem mais uma negação das implicações socioeconômicas e políticas da produção de conhecimento, do que de uma suposta objetividade e neutralidade científicas.

A atual e multifacetada ofensiva anti-gênero e suas consequências no contexto nacional atual podem estar relacionadas ao que Prado e Machado (2008) indicaram como a colonização da esfera da política através de uma gramática moral, que impede que as opressões sociais produzam antagonismos políticos. Essas contraposições revelariam a historicidade de seus arranjos simbólicos e estruturais, atribuindo contingencialidade aos discursos e as práticas que parecem distribuir características naturais, psicológicas ou espirituais aos indivíduos.

Para finalizar, destacamos que a desordem barulhenta, as vozearias e algazarras que caracterizam o fazer científico dizem das disputas pelos significados desse espaço. Longe de deslegitimar a sua produção, indicam a potência daqueles que a constituem, que não reconhecem a produção científica como lugar do silêncio e da conformação, mas também de transformar ruído em palavras.

A “balbúrdia” da construção das universidades como espaços democráticos: relato...

Referências

AMARAL, Gonçalves Julião. **Lutas por reconhecimento e heteronormatividade nas universidades**: Um estudo descritivo sobre os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

BUTLER, Judith. La cuestión de la transformación social. In: **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006, p. 289-328.

DINIZ, Juliana. **Homofobia e Escola Básica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 13-51.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “Ativista” e “Horizontal”: Uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, UFJE, v. 13, p. 18, 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71.

PRADO, M. A. M.; MARTINS, D. A.; ROCHA, L. T. L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 209- 232, jan./jun. 2009.

PRADO, Marco Aurélio. M.; MACHADO, Frederico V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Preconceitos, v. 5).

ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. **Norma de gênero e instituição escolar**: um estudo psicossocial sobre a construção de estratégias de enfrentamento à homofobia nas escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE et al. **The Lesbian and Gay** Studies Reader. New York: Routledge, 1993, p. 3-44.



Juventude e participação política:

Avanços, retrocessos e desafios

Ana Karina Brenner

Luiz Carlos Castello Branco Rena

Paula A. de F. e Paula

Fiel ao espírito do XXI Encontro Regional da ABRAPSO Minas, essa mesa contou com a participação de três professores universitários e um jovem estudante de Ciências Sociais, líder das ocupações quando estudante secundarista. Sabemos que os jovens sempre se manifestam politicamente de maneira espontânea, quando são fisgados por uma utopia ou determinado projeto de sociedade. Vimos isso acontecer em 1992, com os caras-pintadas (movimento estudantil brasileiro) que lutava pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e depois em 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL), que ficou conhecido como “Jornadas de junho”, levou às ruas uma massa de jovens. Em 2013, Žižek analisou que o engajamento em massa dos jovens nesse episódio aconteceu por contágio por causa da insatisfação da sociedade com a ruptura de continuidade das conquistas sociais atribuídas à partidos de esquerda no poder, após vitória da política neoliberal dos estados. Outro

movimento, em 2016, esse prioritariamente de jovens secundaristas, ocupou escolas a princípio para lutar contra a Medida Provisória 746 (que previa a reforma do ensino médio), mas incluiu também a luta contra o Projeto de Emenda Constitucional 241 (que acabou estabelecendo um teto para os gastos públicos por 20 anos) e a luta contra a lei da mordça, que até hoje leva o nome de projeto “Escola Sem Partido”. Era perceptível que o movimento em Betim se inspirava no sucesso que os protestos dos estudantes paulistas tiveram em 2015, quando fizeram o governador Geraldo Alckmin recuar da proposta de reorganização das escolas estaduais, pois eles tomaram para si a responsabilidade de lutar pela educação que queriam ter e deixar para os próximos.

Por considerar que os jovens costumam estar fora das conversas e decisões que implicam suas vidas no presente e afetam seu futuro, decidimos que a mesa deveria dar voz e oportunidade de participação do jovem Gabriel Queiroga que, em 2016, liderou o movimento estudantil secundarista de ocupação das escolas na cidade de Betim/MG. Gabriel nos contou que em uma semana de ocupação, ele e seus colegas aprenderam mais sobre política e cidadania do que em muitos anos dentro de sala de aula. Eles se nomeavam como apartidários e tinham receio de que a qualidade da Educação fosse, com a MP, ainda mais prejudicada, e por isso suportavam toda sorte de temores e inseguranças. Esse movimento dos jovens ocuparem as escolas se contrapõe à forma hegemônica usada atualmente para a comunicação e a mobilização de pessoas, que é a das redes sociais na internet. Zizek (2013) mostra o quanto é paradoxal o efeito do sucesso desse tipo de comunicação, pois como depende apenas dos algoritmos, ela é mais fácil e mais rápida, mas ao mesmo tempo desencoraja a criação de movimentos políticos mais consistentes e duradouros, pois esses dependem da presença dos corpos e dos afetos. Agora vamos as considerações apresentados pela professora Ana Karina Brenner e em sequência o de Luiz Rena.

Uma análise de engajamentos políticos pela perspectiva de “carreira”

Os estudos sobre militância e engajamento político no Brasil têm em Marialice Foracchi (1972, 1977, 1982) uma pioneira ao realizar, desde os anos 1960, pesquisas com jovens estudantes e, posteriormente, engajados no movimento estudantil universitário. O Brasil vivia, naqueles tempos, o fechamento político imposto pelo regime militar, e o movimento estudantil ia se constituindo, junto com alguns movimentos religiosos, espaço de possibilidade de engajamento frente à clandestinidade ou extinção dos partidos políticos.

Com o processo de redemocratização e reabertura política, espaços tradicionais de engajamento se reorganizaram, partidos políticos e sindicatos se fortaleceram, saíram da clandestinidade ou foram recriados.

Os estudos mais recentes sobre a juventude brasileira, a partir dos anos 1990, deslocaram suas preocupações de pesquisa para o campo dos estudos sobre as identidades e os grupos juvenis. Assim sendo, o engajamento de jovens em espaços tradicionais de mobilização – partidos políticos, sindicatos, etc. – perdeu espaço e visibilidade na academia e entre o senso comum. Mas as mobilizações estudantis e partidárias continuaram e continuam ocupando a cena pública.

Paradoxalmente o *Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social* (1999-2006) (SPOSITO; BRENNER; MORAES, 2009) mostrou que os estudos que se dedicaram ao engajamento político de jovens brasileiros na atualidade se dedicavam principalmente à mobilização de jovens estudantes em espaços institucionais de participação (grêmios, centros acadêmicos, movimento estudantil). O balanço, que coletou teses e dissertações defendidas em todo o Brasil no período de 1999 a 2006, encontrou 35 trabalhos – entre mais de 1300 coletados – referidos à mobilização de jovens, estudantes ou não, mostrando o baixo interesse das ciências sociais no tema dos engajamentos políticos de jovens no país.

Em pesquisas sobre militância, quer de jovens ou de adultos, pesquisadores (AGRIKOLIANSKY, 2001; CICCHELLI, 2009; FILLIEULE, 2001; GAXIE, 2002) são entusiastas do uso de abordagens longitudinais nos estudos sobre a construção de disposições para o engajamento e das carreiras militantes. Nesta perspectiva, seria possível acompanhar militantes e perceber, “em tempo real”, as inflexões, rupturas, mudanças e variações de investimentos na militância. Desta forma, a reconstrução das experiências de militância ocorreria através das diversas narrativas recolhidas ao longo do tempo, narrativas que se referem sempre a um tempo vivido mais próximo ao tempo presente e não àquilo que se passou há muito tempo. O que leremos a seguir não é precisamente uma narrativa recolhida ao longo do tempo, mas recontada e refletida por um militante que revisita sua trajetória e a associa com caminhos militantes de jovens do tempo presente. Ao ler aquilo que foi narrado por Luiz ocorreu-me revisitar os estudos empreendidos em minha tese que se referiam à noção de “carreira militante”, pois a trajetória de Luiz assim se constitui.

A noção de carreira na análise de percursos militantes

A permanência no tempo, a presença em diferentes espaços de mobilização partidária e até mesmo variações de engajamento é o que permite uma análise sob a chave das carreiras militantes, conforme os sentidos dados por Hughes (*apud* FILLIEULE, 2001), Becker (2009) e Fillieule (2001).

Hughes se inspira nas dinâmicas da carreira profissional para compor a noção de “carreira” no engajamento. Ou seja, há diferentes etapas de acesso e exercício de uma profissão. Baseado nessa definição, Fillieule (2001) afirma que a análise das carreiras militantes também precisa considerar as variáveis de duração e intensidade.

Becker (2009) usou o conceito de “carreira” por poder considerar as ações humanas como um processo em que as atividades se desenvolvem, com dinâmicas próprias, no tempo; a noção de carreira

permite considerar as intensidades variadas nos investimentos militantes e compreender que estas variações não são simples reflexos das restrições estruturais.

Ainda para Becker (2009), o engajamento se constrói numa sucessão de etapas em que cada uma é parte da explicação da conduta resultante. É importante referir que a noção de etapas é usada como sucessão e também sobreposição e que seu uso não significa que o presente esteja totalmente influenciado pelo passado; há acontecimentos do presente que podem influenciar etapas que se concretizam também no presente.

As diferentes inserções de “eventos” da vida produzem “camadas de experiências” simultâneas e sucessivas, que têm importâncias distintas em cada carreira (carreira da vida afetiva, carreira escola, carreira profissional, carreira militante, etc.).

Há duas dimensões importantes na compreensão do fenômeno. Por um lado, a construção de disposições duráveis que permitam que indivíduos se coloquem a possibilidade de engajar-se em alguma pauta ou ação militante. Por outro, a necessidade de haver interações, grupos, redes, espaços, situações que permitam o efetivo engajamento.

Segundo Klandermans (1984), uma pessoa se engajará se tiver oportunidades para fazê-lo, se for capaz de lançar mão de uma ou mais oportunidades e se estiver disposta a isso. Klandermans e Oegema (1987) afirmam que há 4 aspectos a serem considerados para a concretização do engajamento: (a) formação de potenciais disposições para o engajamento; (b) formação e ativação de redes de mobilização; (c) ativação das motivações para o engajamento e (d) remoção das barreiras à participação. Os dois primeiros aspectos precisam estar presentes para que o terceiro seja ativado e, quanto mais motivado estiver o sujeito, maiores as barreiras que ele será capaz de transpor para concretizar seu engajamento (BRENNER, 2018, p. 242).

No sentido de encontrar espaços e remover barreiras, também é preciso considerar que os movimentos sociais ou grupos ativistas precisam acessar redes de modo a tornarem-se visíveis e acessíveis

àqueles que têm disposições ao engajamento e precisam encontrar os espaços para a transformação das disposições em ação efetiva. No caso narrado a seguir, os espaços variados do engajamento religioso católico foram os de produção e de transformação de disposições em efetivo engajamento político, e produziram percursos de militância que passaram também pelo movimento sindical e por partido político; uma efetiva “carreira militante”.

O recrutamento de possíveis militantes pode se dar através de anúncios em mídia de massa, correspondência direta, vínculo com organizações e laços de amizade. Os dois primeiros mostram-se menos efetivos, o terceiro permite o recrutamento coletivo e os laços de amizade se mostram importantes (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987), mas, segundo McAdam e Paulsen (1993), foram pouco estudados. Para eles (MCADAM; PAULSEN, 1993), as pesquisas mostram que os laços sociais são importantes para o ativismo mas não explicam porque e como tais laços operam na realização do engajamento, e afirmam que há muito mais pessoas com “disposições” ao engajamento do que pessoas efetivamente engajadas. Relacionam, então, a influência de fatores estruturais para o engajamento; se não houver estruturas que exponham os sujeitos à participação (espaços, grupos organizados localizáveis), as disposições terão pouca importância, porque permanecerão inativas.

“Redes interpessoais densas encorajam a extensão de um convite à participação e reduzem a insegurança sobre ela” (MCADAM; PAULSEN, 1993, p. 644, tradução nossa). Isso parece fato para o recrutamento realizado pelos partidos políticos no movimento estudantil: não há, necessariamente, laços interpessoais fortes, mas a rede escolar parece dar suporte e segurança aos alunos para a participação em algo que ocorre dentro do espaço escolar ou universitário.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as redes sociais encorajam ou dão suporte ao engajamento, elas também podem operar no sentido contrário, desencorajando-o. Por estarmos envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos – alguns poucos institucionalizados em

organizações e a maioria identificada como relacionamentos interpessoais informais que envolvem uma ou mais pessoas –, é preciso levar em conta os diversos aspectos que caracterizam a vida das pessoas. Assim sendo, McAdam e Paulsen resgatam o conceito de identidade proeminente de Stryker, para melhor explicar a influência dos laços interpessoais no engajamento. Segundo a definição de Stryker, as identidades estariam organizadas em uma hierarquia com proeminências definidas pela probabilidade de as várias identidades serem evocadas em uma determinada situação. Seria, então, a centralidade ou importância atribuída a cada relacionamento que definiria ou sustentaria as proeminências das várias identidades.

Quando aplicada ao processo de recrutamento, essa perspectiva sugere que a decisão de juntar-se ou não a um movimento será mediada pela proeminência da identidade invocada pelo movimento (ou grupo) e pelo suporte, ou ausência dele, que o possível recruta recebe das pessoas que normalmente lhe servem de apoio ou que reforçam a identidade em questão. (MCADAM; PAULSEN, 1993, p. 647, tradução nossa).

Deve haver, portanto, identificação com o movimento ou grupo pelo qual está sendo recrutado, e ausência de fortes oposições a esse engajamento por parte dos outros espaços ou laços de relacionamento. Havendo fortes oposições, se estabelecerá um conflito que exigirá do sujeito a mediação entre suas disposições ao engajamento e as oposições enfrentadas junto a seus amigos, familiares, colegas de trabalho ou mesmo repressões institucionais de forças policiais (caso da repressão perpetrada pela ditadura militar dos anos 1960-70, mas também da repressão policiais que enfrentaram os estudantes que realizaram as ocupações de escolas nos anos 2015-16) etc.

Fillieule (2001) afirma que as variáveis de “duração” e “intensidade” devem ser consideradas na análise do fenômeno do engajamento articulando os vários contextos e situações vivenciadas. Segundo o autor, o engajamento é uma atividade social, individual e dinâmica e

é a noção de “processo” que articula as dimensões de estrutura com as interações em sua análise. Para integrar as perspectivas de análise diacrônica e sincrônica, buscando um modelo explicativo mais adequado àquilo que se observa entre os militantes, o autor sugere a utilização da noção de “carreira”. O termo foi inicialmente utilizado por E. Hughes (*apud* FILLIEULE, 2001), a partir de uma reflexão sobre itinerários e biografias profissionais; foi posteriormente reelaborado por Howard Becker para a análise dos engajamentos, a partir de suas elaborações sobre comportamento desviante. Na definição de Hughes, a carreira compõe-se de, por exemplo, etapas de acesso e exercício de uma profissão, com uma sequência de mobilizações de uma posição a outra no sistema ocupacional. Contempla, também, a noção de “contingenciamentos da carreira”, referidos tanto aos fatores objetivos das estruturas sociais quanto às mudanças de perspectivas, de motivações e desejos do sujeito. Associam-se a esta definição duas dimensões, uma objetiva, visto que cada profissão é regida por estatutos específicos e definidos, sucessão de posições bem marcadas, responsabilidades, e outra subjetiva, na medida em que ocorrem mudanças de perspectiva e de interpretação do sujeito em relação aos diversos momentos de sua vida¹.

Becker (2009) redefine o conceito, ampliando sua aplicação à análise dos engajamentos como “um modelo sequencial de análise de comportamentos sociais”. Insere-se assim a dimensão temporal na análise, sem perder de vista tanto as socializações precedentes quanto as diversas inserções sociais dos sujeitos (engajados ou não). O interessante do conceito é considerar as ações humanas como um processo, ou seja, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem dinâmicas próprias, com intensidades variadas e não como simples reflexo de restrições estruturais ou de um cálculo utilitário. Assim, é possível perceber como uma fase do engajamento político

.....
1 Ainda que o mundo do trabalho se modifique, e com isso se altere o modo de definir e realizar a carreira profissional, a ilustração de Hughes ajuda a interpretar os engajamentos do ponto de vista de um processo.

é influenciada pelas fases anteriores. Para Becker, o engajamento se constrói numa sucessão de etapas em que cada uma é parte da explicação da conduta resultante². Cada fase requer uma explicação e uma causa que pode ter importância para outra fase subsequente³.

A variável que predispõe um indivíduo a dar o passo em direção a uma fase pode não atuar porque o sujeito ainda não chegou à etapa do processo em que é possível dar este passo. (BECKER, 2009, p. 32).

A seguir, formas e conteúdos de ação se apresentam como concretizações de tempos distintos e que se encontram no presente com expressões de engajamentos que se mostram distintos pelo próprio curso da história. Um adulto, de carreira militante constituída desde sua própria juventude, narra sua história e a faz encontrar, na ação de pesquisador, com as experiências de jovens dos tempos atuais que iniciam ou dão continuidade a processos de engajamento através das ocupações a escolas de ensino médio.

Percursos de formação política: ontem e hoje

Um pouco da minha história ou como descobri a política como ativismo e engajamento.

Para aqueles e aquelas que iniciaram a juventude na segunda metade dos anos 1970, a única alternativa de participação comunitária eram os grupos de jovens organizados pelas igrejas como estratégia de evangelização. Não se ouvia falar de grêmios escolares, muito menos

.....
2 Becker desenvolveu o conceito a partir do estudo dos comportamentos desviantes e apontava que cada etapa do processo que levava à conduta desviante era parte da explicação da própria conduta.

3 Deve-se ter em atenção que a sucessão de etapas não significa que o presente seja absolutamente dependente do que aconteceu no passado. Pode haver acontecimentos no presente que influenciam mudanças e sucessões também no presente.

de Movimento Estudantil, cujas lideranças haviam sido perseguidas, muitas ainda permaneciam como presos políticos e algumas haviam sido mortas pelo Regime Civil-militar implantado após o Golpe de 1964. A primeira grande concentração de jovens ocorreu em julho de 1977 por ocasião do Jubileu da Diocese de Lins. Por uma semana, 3.500 jovens, vindos de todos os estados brasileiros, fizeram acontecer o Concílio de Lins, protagonizando debates em profundidade sobre os desafios da realidade brasileira ainda no contexto da Ditadura. As obras de Paulo Freire já circulavam no País de forma clandestina entre educadores e lideranças estudantis do Ensino Médio e Ensino superior.

Nos últimos anos da década de 1970, dois grandes movimentos abriam espaço para participação de jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o Movimento contra Carestia, que denunciava a falácia do Milagre Econômico, e o Movimento pela Anistia, que exigia a volta dos exilados e a libertação dos homens e mulheres presos por razões políticas. Os Comitês da Anistia e as Associações de Moradores nos bairros periféricos ganharam força e acolhiam os jovens comprometidos com a redemocratização do país.

No início dos anos 1980, o Movimento Sindical estava em ebulição, sobretudo pela ação das Oposições Sindicais, que buscavam derrubar pelo voto os interventores ou aquelas lideranças submissas aos interesses do capital. As lideranças dos Grupos de Jovens, sobretudo aquelas vinculadas à Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, se envolveram diretamente nas campanhas de sindicalização, indispensável para ampliar os trabalhadores sindicalizados e arejar a base das organizações sindicais.

Na primeira metade da década de 1980, a reconstrução do Movimento Estudantil na educação básica (UMES) e nas Universidades (UEE/UNE) produziu uma enorme efervescência política nos *campi* e nas escolas de EM do país. Essa rearticulação dos grupos político-ideológicos no mundo estudantil era atravessada pela reorganização partidária, produzindo o fenômeno das tendências que expressavam a pluralidade de posições políticas e perspectivas ideológicas utilizadas

para ler, interpretar e intervir na realidade brasileira. A mobilização para as “Diretas Já”, em 1984, permitiu aos jovens daquele tempo a primeira experiência de mobilização de massa sem risco de ser reprimido com violência pelas forças do Estado. Neste mesmo período, surge a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, berço da primeira central sindical livre: a Central Única dos Trabalhadores – CUT. É no bojo da ANAMPOS, também, que nasce o Partido dos Trabalhadores – PT, com a tarefa política de viabilizar uma representação legítima da classe trabalhadora no cenário da política nacional. A participação juvenil na ANAMPOS foi tímida, mas organização da juventude petista não demorou muito a ser formalizada como uma estratégia do partido.

Onde acontecia a formação política?

Entre as muitas preocupações que marcaram os coletivos, organizações e movimentos de juventude que compartilharam das lutas pela redemocratização do país, a formação política das lideranças e do conjunto dos jovens implicados nas ações era uma constante. Já naquela época havia uma compreensão de que a formação eficaz deveria contemplar a articulação teoria e prática. Uma formação teórica pura e desconectada da realidade brasileira e da prática cotidiana dos militantes e ativistas não contribuiria para qualificar a atuação desses jovens nos ambientes em que estavam inseridos. Mas, era evidente uma tensão entre o ativismo e a necessidade da sistematização/reflexão sobre a experiência vivida. Podemos identificar os coletivos das juventudes partidárias e das tendências políticas no ME, como lugar do debate e discussão da prática política. Mas é preciso reconhecer também os Encontros, os Grupos de Base da Pastoral da Juventude, os cursos de Fé e Política como espaços valiosos de formação das juventudes dentro de uma perspectiva freiriana de produção da consciência crítica e de engajamento da luta política. Sem as múltiplas possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento que se tem hoje, os jovens

daquele tempo buscavam na grande mídia, afinada com o sistema e hegemônica na produção da notícia, elementos para compreender o seu tempo. A imprensa alternativa (impressa) e as editoras mais combativas ofereciam publicações de qualidade para leitura crítica da realidade, mas a um grupo restrito de jovens. Assim, o papel das assessorias era fundamental nas atividades coletivas de formação, que valorizava o diálogo e a troca de ideias, oferecendo chaves de leitura indispensáveis para uma compreensão crítica do mundo. É preciso reconhecer também o lugar especial da escola e da universidade neste esforço de preparar a juventude para um novo tempo que se anunciava. Havia um ambiente de liberdade e criatividade que começava na experimentação de novas didáticas, passava pela agenda paralela de eventos culturais e acadêmicos oficiais e extraoficiais, pela criação de publicações e alcançava as organizações estudantis autônomas em fase de reconstrução.

Onde acontece a formação hoje?

O movimento de ocupação das escolas de Ensino Médio em 2016 foi a boa notícia para um Movimento Estudantil que, ao longo dos últimos 20 anos, se burocratizou excessivamente e ficou restrito às ações das lideranças muito formais. A decisão do Estado de impor uma reforma do Ensino Médio durante uma gestão ilegítima de Michel Temer foi o estopim que precisava para acender a chama frágil do Movimento Secundarista, que se renovou e pode experimentar um processo de enfrentamento político no nível local, no chão da escola, e no nível mais amplo da política pública nacional.

Uma das lições importantes do Movimento Secundarista de ocupação das escolas em 2016 é o aprofundamento da consciência de que a Escola não é apenas uma estrutura de reprodução de uma lógica hegemônica. Mas a escola permanece sendo lugar de encontros, de formação de coletivos, de exercício de liderança, de experiência de poder. É na convivência promovida pela escola que se iniciam muitas

experiências de produção cultural, esportiva e de participação política. Portanto, há um processo de formação e produção de subjetividades acontecendo informalmente, quase sempre sem a presença marcante dos adultos, que se sustenta nos vínculos entre pares, entre iguais.

Não se pode ignorar as diversas experiências em curso como coletivos culturais, organizações de minorias e as juventudes partidárias, como o Levante, por exemplo.

Diferente de 40 anos atrás, a mídia contra-hegemônica vem se afirmando como fonte de informação e conteúdos alternativos que desestabiliza a mídia convencional, lhe retirando a condição de única produtora de uma narrativa dos fatos que constituem a realidade. As juventudes do tempo presente encontram no mundo virtual as mídias digitais com diferentes possibilidades discursivas: redes sociais, blogs, canais de vídeo, *sites*. É indiscutível o papel central dos coletivos de comunicação em tempo real que se formaram nas redes sociais como instrumento de mobilização e organização das ocupações em 2016. As comunicações pelas redes sociais eliminaram o problema da distância física e favorecem decisões coletivas.

Algumas considerações

Numa perspectiva que integra a noção sincrônica e a diacrônica das análises sobre o engajamento individual, podemos dizer que ele é produto dos processos de socialização que constroem disposições e capitais para o engajamento e das experiências da vida pessoal – os contextos interacionais e a biografia dos sujeitos. Pertencimentos sociais, capitais culturais, valores e crenças compõem um conjunto importante de fatores que tornam determinados sujeitos particularmente receptivos a determinados tipos, formas ou temas de militância e engajamento. Além disso, é preciso considerar fatores contextuais e uma constelação de fatores objetivos que tornam o engajamento possível (OLIVEIRA, 2005).

A diversidade e a variabilidade de pertencimentos sociais são características da vida moderna e delas decorrem tensões e conflitos. Isto significa que os sujeitos respondem simultaneamente a diferentes regras, normas e lógicas de ação referidas a esses diferentes espaços, que podem entrar em conflito. Aliás, conflitos também podem surgir das diferenças entre a socialização familiar e as socializações posteriores, decorrentes das múltiplas inserções (GAXIE, 2002). A relação com os diferentes espaços, normas e lógicas de ação, os conflitos e as diversas valorações atribuídas pelos sujeitos a essas experiências configuram um repertório de esquemas de ação e atitudes que os ajudam a lidar com tais tensões.

Analisar as carreiras militantes é um processo complexo, que exige apreender os sentidos que são atribuídos pelos indivíduos à atividade específica da militância em todos os seus aspectos – o investimento realizado, as retribuições, os limites estabelecidos pelo coletivo às vontades individuais, as diferentes valorações atribuídas aos diversos espaços e atividades da carreira militante. A noção de carreira implica, no entanto, uma dimensão temporal que para o caso dos secundaristas que realizaram ocupações de escolas ainda não está presente de modo que se possa inferir nem mesmo a efetivação de um engajamento político para além do evento. A narrativa de Luiz, no entanto, é a expressão clara de uma carreira militante que se realizou e segue realizando junto a amplas redes e conjuntos de outros militantes; algumas das quais talvez ainda coloquem em contato o militante pesquisador e estudantes que porventura estejam também construindo engajamentos políticos que consolidem carreiras militantes que se realizem pela vida.

Referências

AGRIKOLIANSKY, E.. Carrières militantes, et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits de l'homme dans les années 1980. **Revue française de science politique**, v. 51, n. 1, p. 27-46, 2001.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, H. Notes on the Concept of Commitment. **The American Journal of Sociology**, v. 66, n. 1, p. 32-40, 1960. The University of Chicago Press. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/2773219>

BRENNER, Ana Karina. Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 239-266, 2018.

CICCHELLI, V. The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programas and the multiplying forms of grouping. **Italian Journal of Sociology of Education**, v. 2, p. 104-122, 2009.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue française de science politique**, v. 51, n. 1, p. 199-215, 2001.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FORACCHI, Marialice. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GAXIE, D. Appréhensions du Politique et Mobilisations des Expériences Sociales. **Revue française de science politique**, v. 52, n. 2-3, p. 145-178, 2002.

KLANDERMANS, B. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilizations theory. **American Sociological Review**, Washington, v. 49, p. 583-600, 1984.

KLANDERMANS, B.; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations and barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**, Washington, v. 52, p. 519-531, 1987.

MCADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between Social Network and Activism. **The American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 99, n. 3, p. 640-667, 1993.

OLIVEIRA, W. J. **Paixão pela Natureza. Atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SPOSITO, M; BRENNER, A. K; MORAES, F. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: SPÓSITO, Marília Pontes (coordenação). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 175-212.

ZIZEK, S. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre a as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 95-100.

XI

Maternagens violadas e Redes de Cuidado e Atenção em Direitos Humanos

Egídia Maria de Almeida Aiexe

André Luiz Freitas Dias

Historicamente, é grave a situação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres no Brasil, em especial das mulheres negras e pobres. Nos últimos cinco anos, tem-se evidenciado em Belo Horizonte um grave cenário de violações de direitos de mulheres em situação de rua, sofrimento mental e/ou algum histórico de uso de álcool e outras drogas, com a retirada dos seus filhos, sob a justificativa do melhor interesse da criança. Nesse período, passou a ocorrer um aumento substancial de retiradas compulsórias de crianças de suas mães e famílias, com a alegação de suposta “situação de risco” e/ou “vulnerabilidade”. Tal violação ocorre por vezes ainda na maternidade, o que revela o caráter ao mesmo tempo cruel, racista e elitista dessa violência institucional, tendo em vista que têm como vítimas majoritariamente mulheres e famílias negras e pobres, que têm tido seus direitos reprodutivos cerceados pela arbitrariedade do Estado.

Uma questão que entidades e movimentos de direitos humanos identificam como pano de fundo dessas violações é o racismo institucional e social, que se reproduz nas relações usuário(a)/servidor(a), e

mesmo entre colegas, no ambiente de trabalho. Diversos indicadores do Sistema Único de Saúde apontam disparidades de acesso à saúde enfrentados pela população negra no Brasil, desigualdade que se estendem também a áreas como educação, trabalho e moradia. Especificamente na área da saúde, o racismo institucional é um problema que atua por vezes de forma silenciosa, mas que se revela evidente nos dados estatísticos da saúde no país. Exemplo dessa conjuntura é o alto índice de mortalidade materna evitável de mulheres negras no Brasil.

Neste cenário, tem se configurado como um imperativo ético a imprescindível atuação articulada das Redes de Cuidado e Atenção em Saúde, Assistência Social, de Justiça e de convivência familiar e comunitária. Contudo, atravessamentos nos fluxos e circuitos de cuidados e atenção elaborados arduamente por essas Redes têm se mostrado cada vez mais presentes, dificultando o acesso aos direitos fundamentais das crianças, mulheres e famílias envolvidas.

O honroso convite feito pela coordenação da ABRAPSO para participarmos do XXI Encontro ABRAPSO Minas nos instigou a refletir e construir uma narrativa sobre a experiência de trabalho que temos desenvolvido, em particular no Tecitura/PADHu, do Programa Polos de Cidadania da UFMG, no que diz respeito às possibilidades e desafios vivenciados pelos profissionais da rede pública de atenção e cuidado, no enfrentamento de inúmeras situações desafiadoras do cotidiano. A expectativa é que tais apontamentos, embora recentes, por estarem em curso, possam somar ao conjunto de esforços de se pensar e transformar o quadro muitas vezes dramático, que adocece os sujeitos, em um lugar de oferecer possibilidades de construção conjunta, entretecida de distintos saberes e aprendizagens.

O Polos de Cidadania (POLOS) é um programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), voltado para a efetivação dos direitos humanos e construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes. O Tecitura é um projeto de ensino da Plataforma Aberta de

Atenção aos Direitos Humanos (PADHu), criada pelo Programa Pólos, em 2017, tendo por objetivo a efetivação dos direitos de mulheres e famílias em condições históricas e diversas de vulnerabilização social, em risco com relação às suas maternagens. O projeto tem por objetivo fortalecer as narrativas e lugares de fala dessas mulheres e famílias e das Redes de Cuidado e Atenção voltadas às mesmas, mais especificamente as Redes de Saúde Pública, Assistência Social, Justiça e Convivência Familiar e Comunitária.

O Tecitura nasceu no final de 2017, em um contexto extremamente adverso, quando as retiradas compulsórias de bebês por parte do sistema de justiça davam sinais de persistência cruel e irrestrita, e ainda se somavam perseguições aos profissionais que resistiam a tais violências. Talvez por isto mesmo, e pelo seu ineditismo, tem encontrado muita receptividade por parte de técnicos e profissionais das redes já atuantes nas questões, bem como por parte daqueles que ainda não estavam inseridos no debate, mas que já vinham se defrontando com dilemas para os quais não estavam encontrando respostas.

Cientes da complexidade das realidades e condições de vulnerabilidade vivenciadas e enfrentadas cotidianamente por essas mulheres e suas famílias, as equipes do projeto Tecitura consideram de vital importância o conhecimento das singularidades de cada pessoa, suas histórias de vida e múltiplos modos de existência para que se possa promover um cuidado ampliado, articulado e compartilhado, de modo a efetivar a garantia dos direitos fundamentais, dentre eles o direito integral à saúde, tal como preconizado pelo Sistema Único de Saúde. Este é um dos principais eixos norteadores do trabalho do projeto com todas as mulheres e famílias que procuram o nosso acompanhamento.

A partir das experiências com os casos acompanhados, observamos diversos atravessamentos, ou “curtos-circuitos”, que têm fragilizado as Redes Públicas de Saúde e Assistência Social, como (1) a dificuldade na construção e comunicação dos projetos terapêuticos singulares e dos planos de acompanhamento familiar e comunitário orientadores do cuidado nos territórios; (2) a falta de entendimento nos cuidados

oferecidos pela Atenção Primária e Saúde Mental; (3) o desconhecimento dos serviços oferecidos pelas políticas públicas. O projeto tem buscado incidir em alguns desses atravessamentos, com o objetivo de buscar a efetivação dos direitos de mulheres e famílias em condições históricas e diversas de vulnerabilização social, bem como o fortalecimento das suas narrativas, lugares de fala e modos de existência e das Redes de Cuidados e Atenção.

O trabalho em questão interpela diferentes campos do saber e suscita reflexões éticas acerca do cuidado ofertado pelas instituições e equipamentos públicos para essas mulheres e famílias. Nesse percurso, tem sido possível aprender um pouco sobre o funcionamento e os fluxos de trabalhos da rede de atenção e cuidado, bem como da rede do sistema de Justiça. Conforme tentaremos descrever resumidamente a seguir, a expectativa é que esse aprendizado em curso possa contribuir para otimizar e aprimorar o potencial das redes e desenhar algumas alternativas para o trabalho na defesa ou promoção das pessoas que têm sofrido violações aos seus direitos, seja sob forma de omissão (privação no acesso a direitos, que é também privação da cidadania) ou de ações arbitrárias, preconceituosas e violentas, como as que têm ocorrido.

Em um relato trazido em um evento promovido pela Rede de Apoio e Defesa das “Mães Órfãs”, uma expositora trouxe à memória a história contada por uma médica pediatra, quando fazia sua residência em uma maternidade, que um dia ouviu um grito desesperado de mulher e saiu correndo para ver do que se tratava. Deparou-se então com a cena de uma mãe que acabara de ter seu bebê retirado à força de seus braços enquanto amamentava, e a criança ser levada para uma instituição por ordem judicial. Enquanto tentava entender aquela situação, ouviu de uma colega: “você vai ter que se acostumar com isto”. Logo depois, ela ficou sabendo que tal evento, ao mesmo tempo dramático e desumano, era tão rotineiro/comum, que se tornou quase “natural” em maternidades da rede pública, para onde vão ter seus filhos as mães pobres, com seus bebês pobres e suas vidas miseráveis ou miserabilizadas.

O Estado, no seu papel de administrador-gestor, que se fez ausente em assegurar-lhes as condições mínimas de existência e sobrevivência digna, agora se faz presente no seu papel soberano de determinar mortes e disciplinar vidas, para negar-lhes o mais essencial direito: o de ser reconhecida em sua condição de mãe e amparada para que possa exercer sua maternagem.

Fruto da perplexidade e indignação, a primeira reflexão, que nos moveu a formular este Projeto, atende a um princípio fundamental do Programa Polos de Cidadania da UFMG, bem como das redes de apoio e defesa de direitos humanos, é de que uma sociedade não pode silenciar, muito menos naturalizar, as diversas formas de violência e violações aos direitos das pessoas que vivem em condições históricas de vulnerabilidade econômica e social. No caso, mulheres pobres, não por acaso em sua maioria negras, e suas famílias, consideradas incapazes ou indignas de cuidarem de seus filhos e filhas segundo o julgamento de uma autoridade que sequer as ouviu ou considerou sua existência como sujeito de direitos.

As pessoas que sofrem violações aos seus direitos costumam sofrer, antes de tudo, mais uma violência: a negação ao seu direito de fala. Seus relatos, demandas e queixas, quando ouvidas, são muitas vezes silenciadas ou negligenciadas em serviços de atendimento ao “público”. Na esfera judicial, este fenômeno ganha maior gravidade, porque ocorre antes de ter início o processo em si, nas etapas iniciais, quando um conflito acontece. É exatamente neste momento que as pessoas mais pobres têm restringido ou negado o direito de se manifestar sem coação, sem prejulgamento, bem como de produzir provas para responder as alegações que foram apresentadas.

Vistas como um problema, pessoas inferiores e tratadas como objeto de medidas estatais, não é incomum serem menosprezadas como sujeitos de direito ou cidadãos. Mesmo quando ocupam os poucos espaços que lhes foram reservados pela hierarquia social, ainda são tratados como se atender suas demandas fosse um favor do Estado e não um direito. Não deixa de ser curioso esse incômodo que suas

presenças e reivindicações geram em alguns(as) trabalhadores(as) – atendentes, técnicos e profissionais, no mínimo um contra-senso para quem escolheu atuar nos serviços de atenção e promoção social. Poderíamos considerar que a pobreza tornada visível, a denunciar a extrema desigualdade na distribuição de recursos sociais e econômicos, poderia estar na origem desse incômodo. Mas essa atribuição de “lugar”, que é um lugar social e político, talvez possa ser melhor explicada pelo conceito de “cidadanias hierarquizadas”. (BARROS; JOSEPHSON, 2001, p. 59, citado por SILVEIRA; VIEIRA, 2005, p. 99).

O acolhimento, por outro lado, segundo Silveira e Vieira (2005), enquanto agir, pode atravessar os processos relacionais em saúde, rompendo com os atendimentos tecnocráticos e criando atendimentos mais humanizados:

Este é o deslocamento fundamental operado pela noção de acolhimento. O acolhimento pode ser expresso num olhar dirigido a quem chega ao serviço, em uma palavra entonada de forma mais acolhedora, pode estar presente em atividades de sala-de-espera que estejam para além da recepção, num gesto que demonstre que o espaço do serviço constitui-se verdadeiramente numa referência constante para o sujeito. (SILVEIRA; VIEIRA, 2005, p. 99).

Se não podemos silenciar ou naturalizar, o que nos cabe fazer para não sermos omissas diante de tamanha violência? Em primeiro lugar, ouvir e acolher essa mãe em sua dor, seguindo os princípios de uma Ética do Cuidado, como destaca a autora Carol Gilligan abaixo:

Em meio a uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina. Em meio a uma estrutura democrática, o cuidado é uma ética humana. A ética do cuidado feminista é uma voz diferente em meio a cultura patriarcal porque ela junta razão com emoção, mente com corpo, *self* com relacionamentos, homens com mulheres, resistindo às divisões que mantêm uma ordem patriarcal. (GILLIGAN, 2011, p. 22).

Fortalecer as narrativas significa, em primeiro lugar, ouvir os relatos dessas mães e famílias. Em todos eles, encontramos histórias de uma série de violações sofridas, tanto no âmbito familiar quanto no da esfera pública. Aos poucos e com muito respeito e cuidado, é imprescindível conhecer as suas histórias, reconhecer a legitimidade das emoções e sofrimentos que as envolvem e procurar construir um vínculo de confiança, sabendo que tem que se levar em conta o tempo de cada pessoa.

Para Pedrosa e Spink (2011), a abordagem da violência de gênero nos serviços de saúde demanda práticas congruentes com essa perspectiva, em que o profissional se posiciona como facilitador do processo terapêutico, construindo estratégias com as usuárias que contemplem e respeitem seu contexto social e suas singularidades. Para isso, é necessário se aproximar dessas realidades e dar visibilidade aos conflitos que estão subentendidos nas queixas (PEDROSA; SPINK, 2011).

Uma questão que tem sido apontada por muitas profissionais das Redes de Cuidado e Atenção tem sido a falta de comunicação com algumas instituições do sistema de justiça, a começar por um ator extremamente relevante para o conjunto das intervenções: o Conselho Tutelar. Embora grande parte dos conselheiros manifeste sensibilidade e preocupação com a proteção das crianças e adolescentes das comunidades onde atuam, uma parcela significativa reproduz práticas discriminatórias e bastante equivocadas.

Entre essas práticas, por exemplo, verifica-se uma confusão de papéis e subalternidade ao Judiciário, que revela um problema de identidade entre sua função e a dos órgãos de justiça, como o Ministério Público Estadual. Talvez, essa indefinição os leve a transferir para o Judiciário, por meio especificamente do Juizado da Infância e Adolescência, inúmeras questões de ordem social, contrariando seu papel, fundamental, a partir de sua criação, de superar a cultura de judicialização das questões sociais. Deste modo, perde-se exatamente o potencial emancipatório dessa instância, que foi criada juntamente

com o Estatuto para implantar a Doutrina de Proteção Integral e superar a Doutrina de Situação Irregular, de triste memória.

Por sua vez, a nossa experiência de trabalho no Tecitura tem confirmado o que já vinha sendo trazido em depoimentos nos encontros de profissionais que atuam na defesa do SUS e do SUAS, ou seja, que alguns integrantes do Sistema de Justiça não acreditam nas potencialidades das Redes de Cuidados e Atenção. Por não acreditarem, ou simplesmente a desconhecem, atropelam seu funcionamento com medidas autoritárias e desumanas, que agravam aquela condição em que as famílias se encontravam antes de chegarem à Rede.

A julgar pelas medidas que vêm adotando, desconhecem ou negligenciam o fato, previsto em leis, a começar pela Constituição Federal, de que cabe ao Estado, (leia-se Poder Executivo) por meio da sua rede de serviços, efetivar a promoção e defesa de direitos das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, e que sua função primordial é exatamente fiscalizar e pressionar para que ele as cumpra.

Entre um problema de identidade, de um lado, e um problema de descrédito no Sistema, de outro, autoridades e servidores nas instituições do sistema de justiça reforçam estereótipos baseados em crenças equivocadas a respeito da capacidade das pessoas de transformarem suas vidas quando contam com a devida proteção e promoção social que lhes é devida, por força de lei. Apoiadas em tais convicções superadas, negam e violam direitos de quem deveriam proteger, e com isto fragilizam e vulnerabilizam o próprio sistema.

Conforme nos advertiu uma médica colaboradora do projeto Tecitura, Márcia Parizzi, que tem desenvolvido um brilhante percurso na rede pública de atenção à saúde, existe um potencial inestimável de profissionais, trabalhadores(as) e servidores(as) comprometidos com os princípios e objetivos do SUS e do SUAS, e dedicados a fazer com que missão seja cumprida com profundo respeito e profissionalismo para com as pessoas.

No entanto, encontram-se e persistem, por vezes, em alguns pontos dessa rede, determinadas práticas ou protocolos cujo objetivo

parece ser exatamente o de impedir o livre fluxo de sua potencialidade para o cuidado e atenção, seja por medo do novo, dificuldades de compartilhamento e partilha ou apego a concepções políticas superadas sobre a sociedade e o papel do SUS naquele contexto. Isto se torna perceptível no cotidiano das unidades de atendimento da Atenção Primária, bem como no âmbito da gestão, no planejamento e operacionalização das ações.

Identificar esses curto-circuitos, termo originalmente empregado pela dra. Márcia Parizzi em nossos diálogos e atuações coletivas, torna-se crucial muitas vezes para viabilizar ou aprimorar o trabalho. Atuar sobre eles, por sua vez, demanda um esforço de articulação que possibilite torná-los visíveis e pensar sobre os seus efeitos sobre o trabalho coletivo, na perspectiva de uma clínica coletiva ampliada.

Durante encontros com diversos profissionais que trabalham no serviço público, particularmente na saúde e na assistência social, a sensação descrita é de certo desalento, para não dizer cansaço, que reverbera muitas vezes em adoecimentos sistemáticos **no** e **do** ambiente de trabalho. Os efeitos deste fenômeno se manifestam no desgaste das relações interpessoais e também na qualidade da comunicação com as pessoas que as procuram para receber atendimento.

Conforme lembramos, essa convivência cotidiana com o sofrimento, “estar perto da dor como uma ferida”, pode ser extremamente desafiador, e seus efeitos subjetivos também precisam ser levados e trabalhados pelos gestores. Outro ponto relevante que surge nos debates tem sido a falta de um lugar de fala desses trabalhadores nos planejamentos das ações que realizam, e demandam maior interlocução entre planejamento, gestão e execução.

Como decorrência do que apontamos acima, tem sido possível constatar também que muitos profissionais/trabalhadores(as)/servidores(as) não acreditam no potencial das próprias Redes de Cuidados e Atenção de que participam, em parte porque muitos nunca tinham tido a oportunidade de serem ouvidas na sua formulação e vivenciar a construção coletiva e compartilhada de um estudo e acompanhamen-

to de caso. A surpresa que tivemos foi perceber como a elaboração e execução de um Projeto Terapêutico Singular tem se mostrado uma oportunidade ímpar de experimentar o novo.

Como a maior parte das ferramentas ou metodologias desenhadas para lidar com casos complexos, esta possui pressupostos como o do trabalho coletivo, e requisitos como a articulação das redes numa lógica de intersectorialidade relativamente nova e que não se consegue implantar e muito menos consolidar sem um trabalho prévio de diálogos e “costuras” entre os diversos atores.

Em síntese, existem caminhos e ferramentas para articulação entre os diversos atores da Rede de Atenção e Cuidado, mas como eles não atuam por si sós; requerem o protagonismo de diversos atores, que pode ser fomentado por meio de novas metodologias em sua implementação e execução. Por sua vez, essa articulação deve ser construída dentro de um processo coletivo e de interlocução entre os atores.

Já caminhando para uma finalização, é de vital importância que a garantia dos direitos humanos seja universal. Considerando todas as dificuldades que pessoas em vulnerabilidade social enfrentam para alcançar direitos básicos, como saúde, educação e até mesmo permanência em sua própria família, entendemos que o fortalecimento das Redes Públicas de Cuidado e Atenção deve ser um compromisso ético e político do Estado e da sociedade civil para a construção de um mundo mais justo para todos.

Embora diferentes indicadores do SUS venham apontando as disparidades de acesso às políticas públicas de qualidade por parte da população negra no país, é muito comum que o tema da discriminação racial seja rechaçado enquanto aspecto importante de ser pautado para a qualificação das políticas públicas na área da saúde, embora não apenas nesta. Políticas ditas universais, como é o caso das da saúde, não têm sido suficientes para o enfrentamento de tais desigualdades.

Tudo isso está interligado ao mito da democracia racial, que constitui o modo peculiar com que a discriminação racial se perpetua no país. Com o objetivo de apaziguar as denúncias do racismo estru-

tural brasileiro, foi criada a imagem de uma suposta nação que, após superar a escravidão, trata seus integrantes como iguais, e entende a miscigenação como pacífica, igualitária e necessária. Essa estratégia faz com que as pessoas sequer tenham meios para se identificar como negras (já que acreditam serem apenas miscigenadas), o que resulta na impossibilidade de identificar os problemas advindos de “ser negro” no Brasil.

Por esse motivo, as violências continuam a ocorrer sem que a raiz do problema seja alcançada – ou seja, a crença de que o negro é inferior e por isso precisa ser embranquecido ou morto –, o que torna mais difícil o combate ao racismo como forma de melhorar as condições de vida da parcela mais vulnerável da população. Mulheres negras continuam morrendo e sendo alvo de diversas violências, enquanto o Estado mantém o discurso de que todos são tratados com igualdade. Deste modo, pouca atenção tem sido assegurada a essas mulheres e famílias nas políticas de assistência social e saúde. Em um país onde, só no ano de 2017, mulheres negras formaram 63,1% dos óbitos maternos, é preciso dar visibilidade urgentemente a esse problema.

Enquanto os retrocessos político-institucionais incidem nos planos econômico e social e se fazem cada vez mais sensíveis nas vidas das pessoas mais pobres, as redes públicas de atenção e cuidado serão mais convocadas a assegurar-lhes o que se pode chamar de mínimo existencial, que está cada vez mais longe de alcançar um patamar mínimo de existência digna. Neste cenário, reitera-se, em lugar de aceitar o inaceitável, acomodar-se ao conhecido, mesmo quando ele já deu incontáveis mostras de falência, cabe a todos, mas em especial aos trabalhadores(as) das Redes de Cuidado e Atenção em Saúde, Assistência Social, de Justiça e de convivência familiar e comunitária elevar a outro patamar de civilização e humanidade o trabalho que realizam. Isto se chama resistência.

Referências

GILLIGAN, Carol. **Joining the Resistance**. 1. ed. Reino Unido: Polity Press, 2011.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A Violência contra Mulher no Cotidiano dos Serviços de Saúde: desafios para a formação médica. *Saude Soc.* [online], v. 20, n. 1, p. 24-135, 2011. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100015>.

SILVEIRA, Daniele Pinto; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. Reflexões sobre a Ética do Cuidado em Saúde: Desafios para a Atenção Psicossocial no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, v. 5, n. 1, p. 92-101, 2005.

Sites consultados:

<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/28/violencia-obstetrica-atinge-1-em-cada-4-gestantes-no-brasil-diz-pesquisa/>

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5645568-mulher-e-bebe-morrem-apos-dar-entrada-em-hospital-de-duque-de-caxias.html>.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/23/mae-e-bebe-morrem-apos-parto-no-hospital-adao-pereira-nunes-no-rj.ghtml>.

Sobre os(as) autores(as)

Ana Karina Brenner (anakbrenner10@gmail.com)

Graduada em Psicologia pela UEM. Mestre e Doutora em Educação (UFF e USP). Professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação/ProPEd da UERJ. Pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro e Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello para Refugiados/ACNUR da UERJ.

André Luiz Freitas Dias (andreluizfreitasdias@ufmg.br)

Professor e pesquisador-extensionista da UFMG, Coordenador Geral do Programa Polos de Cidadania, Coordenador Acadêmico da Plataforma de Atenção em Direitos Humanos (PADHu) e do Projeto Tecitura. Membro permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG; pesquisador colaborador do GIRCHE/ Universidade de Barcelona, Espanha.

Andréa Moreira Lima (andrea.m.lima10@gmail.com)

Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra/Portugal. É professora do Centro Universitário UNA, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso – Regional Minas Gerais, 2018-2019) e autora do livro “Política Sexual: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular”, lançado em 2017 pela Relicário Edições.

Arnaldo Mesquita Santos Júnior (arnaldojunior.luz@gmail.com)

Psicólogo pela Faculdade Pitágoras de Divinópolis, mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Licenciando em Filosofia pela UFSJ. Escritor e poeta.

Brune Coelho Brandão (brunecbrandao@yahoo.com.br)

Psicóloga, mestra em Psicologia (UFJF) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Camila Claudiano Quina Pereira (camilacquina@gmail.com)

Graduação em Psicologia (Mackenzie), Especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais (UNIFEI-MG), Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC-SP). Coordenadora do Mestrado em Bioética e docente no curso de Psicologia, ambos na Universidade do Vale do Sapucaí - MG. Coordena o Observatório de Direitos Humanos da Univás-FDSM.

Cíntia Maria Teixeira (cintia.teixeira@prof.unibh.br)

Doutora em Psicologia pela PUC Minas. É professora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH. Tem experiência nas áreas de Psicologia Social, Gênero e Saúde Coletiva, desenvolvendo pesquisas, extensão e atividades de formação em Psicologia com os seguintes temas: saúde pública, violência contra as mulheres, participação em saúde, e metodologias participativas. Integra o grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Política (NaGeS). Coordenou o Núcleo ABRAPSO-BH 2017-2018.

Claudia Natividade (claudianati@hotmail.com)

Psicóloga pela FUMEC, mestre e doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Atualmente é professora dos cursos de Psicologia da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais e Faculdade Arnaldo. Atua na clínica particular. Foi conselheira e presidenta do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e coordenou o “CREPOP - Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas” a “Comissão Psicologia e Juventudes” e a “Comissão Mulheres e Questões de Gênero”. É sócio-fundadora do Instituto Albam.

Dalcira Ferrão (dalcira_psicologa@yahoo.com.br)

Psicóloga clínica e social; especialista em Administração Pública com enfoque em Gestão Social (Fundação João Pinheiro); conselheira CRP-MG Gestão 2013-2026 e 2016-2019 e conselheira CFP Gestão 2020-2022; feminista; mulher negra e militante LGBTI.

Egídia Maria de Almeida Aiexe (egidhu@gmail.com)

Pesquisadora-extensionista e Coordenadora Técnica da Plataforma de Atenção em Direitos Humanos (PADHu) e do Projeto Tecitura, do Programa Polos de Cidadania da UFMG. Membro do Fórum de População em Situação de Rua de Belo Horizonte, membro do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas Municipais para as Pessoas em Situação de Rua BH.

Emerson F. Rasera (emersonrasera@gmail.com)

Professor da Universidade Federal de Uberlândia. Foi Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia (2008-2009). Foi Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (2016/2017). É Membro do Corpo Editorial e Revisor de vários periódicos de Psicologia. Atua principalmente nos seguintes temas: construcionismo social, processo grupal, saúde coletiva, sexualidade.

Fabiana Goulart de Oliveira (fabiana13maio@gmail.com)

Graduada em Psicologia, mestre em Engenharia de Produção, doutora em Psicologia pela UFMG. É docente no Centro Universitário Una e membro do Instituto ATEMIS - Análise do Trabalho e das Mutações Industriais e dos Serviços. É pesquisadora do Núcleo Alternativas de Produção em Economia Solidária da Escola de Engenharia e do Laboratório de Estudos em Psicologia do Trabalho, Direitos Humanos e Cárcere/UFMG.

Flávia Lemos Abade (flavia.abade@animaeducacao.com.br)

Psicóloga, Docente no Ensino Superior e Gestora Acadêmica. Doutora em Psicologia pela PUC-MINAS (2016). Graduação e Mestrado em Psicologia na UFMG. Tem experiência em Psicologia Social e processos grupais, atuando diretamente com a coordenação de centenas de pequenos grupos no âmbito da saúde, educação e programas sociais.

Frederico Alves Costa (fredericoalvescosta@gmail.com)

Professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) e ex-editor associado da Revista Psicologia Política (RPP). Coordenador do Núcleo de Psicologia Política da UFAL. Membro do Grupo de Trabalho da ANPEPP intitulado História Social da Psicologia.

Frederico Viana Machado (frederico.viana@ufrgs.br)

Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela UFMG. Professor do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS e Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS). Editor-chefe da Revista Psicologia Política.

Juliana Perucchi (jperucchi@gmail.com)

Professora da UFJF e coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social Políticas Públicas e Saúde. É pesquisadora-colaboradora do Núcleo Margens, da UFSC e do Nuh - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT, da UFMG. Doutora em Psicologia pela UFSC (2008), foi bolsista no exterior pela Capes com estágio de doutoramento na Universidade do Minho, em Portugal. Mestre em Psicologia pela UFSC e graduada em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

Lenise Santana Borges (esinel@uol.com.br)

Doutora em Psicologia Social (PUC-SP), é professora do curso de Psicologia na PUC-GO, atuando na graduação e pós-graduação (PSSP). Atualmente integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Psicossociais (NEPSI), coordenando o grupo de estudos e pesquisa “Construção de Fatos Sociais”. É co-fundadora e coordenadora do Grupo Transas do Corpo, organização feminista, desde 1987. Tem experiência de pesquisa, ensino e extensão na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social.

Leny Sato (lenysato@icloud.com)

Psicóloga, professora titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo. A partir da leitura do cotidiano, desenvolve pesquisas sobre trabalho, subjetividade e saúde, processos organizativos e polimorfia do trabalho.

Luciana Kind (lukind@gmail.com)

Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas. Coordenadora do grupo de pesquisas Narrativas, Gênero e Política (NaGeS). Tem experiência nas áreas de Psicologia Social e Saúde Coletiva, desenvolvendo pesquisas, trabalhos técnicos, textos e atividades de formação com os seguintes temas: saúde pública, práticas grupais, participação em saúde, sentidos da morte e metodologias qualitativas.

Luiz Carlos Castello Branco Rena (lcastellobranco00rena@gmail.com)

Pedagogo e Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professor na Educação Básica (1980- 2002) e na Educação Superior (2000-2019). Professor da Rede EDUCAFRO, Núcleo Betim e membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim.

Luiz Felipe Viana Cardoso (luizfelipevcardoso@gmail.com.)

Psicólogo clínico e social e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Psicodrama pelo Instituto Mineiro de Psicodrama Jacob Levy Moreno (IMPSI). Professor no Centro Universitário UNA e na Faculdade Pitágoras de Betim. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO Regional Minas Gerais (Gestões 2016/2017 e 2018/2019). É Conselheiro do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRPMG).

Manoela Costa Marra (Manoela_marra@hotmail.com)

Estudante do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), unidade São Gabriel. Representante discente da Regional ABRAPSO Minas. Integrante do Coletivo Articulando Redes, em que atua com articulação, mobilização comunitária e intervenções psicossociais nas políticas públicas.

Márcia Mansur Saadallah (marciamansurbh@gmail.com)

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Especialização em Políticas Sociais pela Escola de Serviço Social da PUCMG e mestrado em Ciências Sociais pela PUCMG. Atualmente é professora da PUCMG. Foi conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. É membro do grupo de pesquisa no cnpq “1. Psicologia social, trabalho, política e processos psicossociais”.

Marcos Vieira Silva (mvsilva@ufsj.edu.br)

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e Pós-doutor pela UFMG. Lecionou na PUC Minas e na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado). Foi Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários na UFSJ (2008-2012) e Coordenador do LAPIP/UFSJ (2000-2016). É sócio fundador da Abrapso, da qual foi Vice-Presidente - Regional Minas Gerais e Coordenador do Núcleo São João del-Rei.

Maria da Graça Marchina Gonçalves (gmarchina@pucsp.br.)

Professora na graduação em Psicologia e na Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); membro da diretoria do Instituto Silvia Lane; foi conselheira do CFP e coordenadora do CREPOP (2007-2010) e presidente do CRP/SP (2004-2007). Desenvolve pesquisa na perspectiva sócio-histórica, nos temas políticas públicas direitos sociais e desigualdade social.

Maria de Fátima Quintal de Freitas (quintal.fatima@gmail.com)

Psicóloga, Mestre e Doutora Psicologia Social (PUC-SP), Pós-Doutorado Psicologia Comunitária (Universidade Porto e ISPA). Professora Titular da UFPR e Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR. Coordena o Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde/UFPR. Presidente da Abrapso (1989-1992). Membro GT Psicologia Comunitária ANPEPP. Pesquisadora CNPq (1994-2019). Investiga direitos humanos e redes de solidariedade em intervenção comunitária e na Psicologia Social Comunitária.

Marília Novais da Mata Machado (marilianmm@gmail.com)

Professora doutora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Pesquisadora Visitante Nacional Sênior (PVNS/CAPES) na Universidade Federal de São João del-Rei e membro da comissão editorial da revista Pesquisas e Práticas Psicossociais de mesma universidade. É pesquisadora do Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais (L@gir/ FAFICH/UFMG) e do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP/ UFSJ).

Maristela de Souza Pereira (maristela.ufu@gmail.com)

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo com período sanduíche na Università degli Studi di Torino. Mestrado e graduação em Psicologia. Docente do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação

em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Atuação nas áreas de Psicologia Social do Trabalho, Saúde do Trabalhador, grupos, e pesquisa-intervenção no campo do trabalho.

Paula Ângela de Figueiredo e Paula (pauladepaula@uol.com.br)

Graduada pela Escola de Educação Física da UFMG e em psicologia pela PUCMG. Mestre em treinamento esportivo pela EEFUFMG e doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Psicóloga do Esporte, especialista em Clínica pelo CFP. Professora Assistente I da FAPSI e do curso de Educação Física da PUCMG. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais da PUCMG unidade de Betim. Atua como psicanalista e coordenadora de projetos de formação política.

Pedrinho Arcides Guareschi (pedrinho.guareschi@ufrgs.br)

Doutor em Psicologia Social pela University of Wisconsin-Madison, Pós Doutorado em Wisconsin, Cambridge, Università degli Studi La Sapienza, La Habana de Cuba (em andamento). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, bolsista CNPq de Produtividade em pesquisa.

Rafaela Vasconcelos Freitas (esh.rafaela@gmail.com)

Pós-doutoranda (CAPES/PNPD) e Professora Colaborada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e institucional da UFRGS. Integra a equipe de pesquisadores do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Sexualidades NUPSEX/UFRGS e do NUH/UFMG.

Roberto Alves Reis (robertocomunicabh@gmail.com)

Doutorando em Comunicação (UFMG) e Professor nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas do Centro Universitário Una (BH/MG). Coordenador do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia.

Rubens Ferreira do Nascimento (rubensfn@uol.com.br)

Professor da Faculdade de Psicologia da PUC Minas - principais disciplinas: Psicologia Social, Intervenções Psicossociais e Práticas Comunitárias; Supervisor dos estágios de Psicologia e Mediação de Conflitos, Psicologia e Justiça Restaurativa, Psicologia Social Comunitária, Oficinas Psicossociais; É Mestre em Psicologia pela UFMG; Coordenador do Projeto de Extensão MediAção Comunitária e Facilitador de processos e práticas restaurativas.

Sônia Sissy Kelly Lopes (soniasissykelly2020@gmail.com)

Mulher trans afetiva, uma prostitua na ditadura militar. Militante independente, moradora da ocupação Carolina Maria de Jesus – MLB.

Tayane Rogéria Lino (tayanelino@gmail.com)

Psicóloga social e clínica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como professora universitária no Centro Universitário UNA. É pesquisadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes/FAFICH/UFMG. Compõe o colegiado gestor da Regional Minas Gerais da Associação Brasileira de Psicologia Social.

Vanessa Andrade de Barros (vanessa.abarros@gmail.com)

Professora visitante da Universidade Federal da Paraíba. Professora voluntária no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga, doutora em Sociologia pela Université Paris 7; pós doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers. Membro titular do CIRFIP (Centre International de Recherche, de Formation et d'Intervention em Psychosociologie), membro fundadora do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania.